**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

BRUNO RANIELY GONÇALVES SANTOS

**ANÁLISE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS E DOS
EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS COM RECURSOS
DO FEHIDRO NA BACIA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ**

**SÃO PAULO
2018**

BRUNO RANIELY GONÇALVES SANTOS

ANÁLISE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS E DOS EMPREENDIMENTOS
FINANCIADOS COM RECURSOS DO FEHIDRO NA BACIA DO
SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Fracalanza

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Bruno Raniely Gonçalves.

Análise dos critérios adotados e dos empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO na bacia do Sorocaba e médio Tietê. / Bruno Raniely Gonçalves Santos; orientador: Ana Paula Fracalanza. -- São Paulo, 2018.

156 f.: il; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Recursos hídricos – aspectos político-socioeconômico. 2. Bacia hidrográfica. 3. Proteção ambiental. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: SANTOS, Bruno Raniely Gonçalves.

Título: Análise dos Critérios Adotados e dos Empreendimentos Financiados com Recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____
Julgamento _____ Assinatura _____

**Dedico este trabalho aos meus pais Socorro e
Neto e à minha esposa Flávia. Com todo carinho.**

AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus pais, Socorro e Neto, por acreditar e me apoiar em todas as situações. E por me ensinarem os valores essenciais da vida (família, honestidade e persistência).

À minha esposa Flávia, pelo companheirismo, carinho, incentivo e apoio durante todo esse tempo.

À Profª Ana Paula Fracalanza, pela orientação, disponibilidade, conhecimentos transmitidos e, acima de tudo, paciência e humanidade.

Aos colegas e professores do PROCAM por me incentivar constantemente em busca do conhecimento.

Aos colegas Sabespianos, pela inspiração e pela ajuda incondicional nessa jornada.

**“Conhecimento não é aquilo que você sabe, mas
o que você faz com aquilo que você sabe”**

Aldous Huxley

RESUMO

SANTOS, Bruno Raniely Gonçalves. **Análise dos Critérios Adotados e dos Empreendimentos Financiados com Recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Os conflitos pelo uso da água vêm se tornando cada vez mais comuns, impactando diretamente no comportamento dos usuários. Com isso, é fundamental a implantação eficaz da gestão desse recurso limitado, com a priorização dos usos múltiplos e a utilização mais racional da água, tentando conciliar preservação e desenvolvimento econômico e social. Para implementar esse processo de gestão no Brasil, foram criados os instrumentos constantes nas Políticas de Recursos Hídricos Nacional e do Estado de São Paulo, com destaque para os Planos de Bacia Hidrográfica. Tratam-se de documentos de planejamento criados no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica, com a proposição de metas vinculadas à recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos. Essas metas devem estar condizentes com os programas de desenvolvimento e ambientais estipulados no âmbito do estado, conhecidos como Programas de Duração Continuada (PDC). E, para proporcionar suporte financeiro a esse processo de gestão, foi criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Trata-se de um Fundo Estadual responsável por financiar projetos que possam trazer benefícios diretos para a melhoria da qualidade da água na Bacia Hidrográfica. Este trabalho teve como objetivo principal analisar as características desses projetos financiados com os recursos do FEHIDRO, na Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê, no período de 1995 a 2016. E também verificar se esses projetos estão condizentes com as metas estipuladas por esse Comitê. Para isso, foi realizada uma compilação das informações disponibilizadas pelo Sistema de Informação do FEHIDRO (SinFEHIDRO), com dados pertinentes aos projetos encaminhados ao Comitê. A partir dessa análise, foi possível constatar que, no período analisado, foram encaminhados 447 empreendimentos, sendo 261 aprovados e 186 cancelados. Dos aprovados, as principais áreas financiadas foram relativas à capacitação e educação ambiental, coleta e tratamento de esgoto e destinação adequada dos resíduos sólidos. O segmento Município foi o maior tomador dos recursos (66%), seguido da Sociedade Civil (24%) e do Estado (10%). Quanto às metas estipuladas pelo Plano de Bacia, a maior quantidade de projetos esteve atrelada a: educação ambiental (meta 14); alcance e manutenção de 100% na coleta e no tratamento de esgoto urbano (metas 1 e 2); implantação e adequação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos (meta 3); e, combate aos problemas de erosão urbana (meta 7). Já, com relação aos PDCs prioritários, a maior quantidade de projetos foi enquadrada nos PDC 3 (95 projetos na área de recuperação da qualidade dos corpos de água), PDC 1 (88 projetos relacionados a estudos e levantamentos de dados na bacia) e PDC 4 (26 projetos de conservação e proteção dos corpos d'água). Assim, foi possível concluir que houve coerência entre as áreas de atuação dos projetos financiados e as metas estipuladas pelo Comitê em seu Plano de Bacia, que estão relacionados principalmente à coleta e tratamento de esgoto; à destinação adequada dos resíduos sólidos; às áreas com erosão e aos programas de educação ambiental.

Palavras-chave: Comitê de Bacia Hidrográfica. Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Plano de Bacia Hidrográfica. Projetos Financiados.

ABSTRACT

SANTOS, Bruno Raniely Gonçalves. **Análise dos Critérios Adotados e dos Empreendimentos Financiados com Recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê.** 2018. 156 f. Thesis Master's Dissertation – Graduate Program of Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Conflicts surrounding the use of water are becoming increasingly commons, impacting directly on the users' behavior. As such, it is crucial that the management of this limited resource be implemented effectively, with a focus on multiple uses and the more rational use of water, trying to reconcile its preservation with economic and social development. To implement this management process in Brazil, the instruments listed in the Policies of National Water Resources and of the State of São Paulo were created, with emphasis on the Hydrographic Basin Plans. These are planning documents created in the context of the Hydrographic Basin Committees, with the proposition of goals linked to the recovery, protection and conservation of water resources. These goals must be consistent with the development and environmental programs set out in the framework of the State, known as Programs of Continued Duration (PDC). And, to provide financial support to this management process, the State Fund for Water Resources (FEHIDRO) was created. This is a State Fund responsible for financing projects that can bring direct benefits for the improvement of water quality in the Hydrographic Basin. The main objective of this study was to analyze the characteristics of projects funded by the resources of FEHIDRO, in the Hydrographic Basin of Sorocaba and Médio Tietê, in the period from 1995 to 2016. And, also, to check if these projects are consistent with the goals set out by this Committee and with the goals adopted by the framework of the State. For this reason, a compilation of data provided by the FEHIDRO Information System (SinFEHIDRO) was performed, with relevant data for projects forwarded to the Committee. From this analysis, it was possible to observe that, in the analyzed period, 447 projects were forwarded, of which 261 were approved and 186 cancelled. Of those approved, the main areas funded were those related to environmental education and training, sewage collection and treatment and proper disposal of solid waste. The Municipal segment was the main borrower of resources (66%), followed by the Civil Society (24%) and the State (10%). As to the goals stipulated by the Basin Plan, the largest quantity of projects was tied to technological capacitation and environmental education (goal 14); 100% reach and maintenance in the collection and treatment of urban sewage (goals 1 and 2), and; deployment and the adequacy of systems for final disposal of household solid waste (goal 3). Now, with regard to the priority PDCs, the greatest quantity of projects was assigned under PDC 3 (95 projects in the area of recovery of the quality of water bodies), PDC 1 (88 projects related to studies and surveys of data in the basin) and PDC 4 (26 projects for the conservation and protection of water bodies). Thus, it was possible to conclude that there was consistency between the areas of funded projects and the goals set out by the Committee in its Basin Plan, which are mainly related to the collection and treatment of sewage; to the proper disposal of urban solid waste; to erosion area and environmental education programs.

Keywords: Hydrographic Basin Committee. State Fund for Water Resources. Hydrographic Basin Plan. Funded Projects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Bacias Hidrográficas da França	31
Figura 2. Diretorias de Bacias do DAEE	39
Figura 3. Princípios Básicos da Política Estadual de Recursos Hídricos	40
Figura 4. Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de São Paulo	46
Figura 5. Unidades Geográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de SP - UGRHI	49
Figura 6. Etapas das tramitações dos pedidos de financiamento.....	52
Figura 7. Fluxograma para a aprovação e execução dos contratos FEHIDRO: (a) fase de aprovação; (b) fase de liberação das parcelas	53
Figura 8. Distribuição dos recursos do FEHIDRO provenientes da compensação financeira, agrupados por indicadores: (a) socioeconômicos; (b) criticidade hídrica; (c) planejamento e gerenciamento	55
Figura 9. Panorama da Cobrança nos Comitês do Estado de São Paulo	59
Figura 10. Localização da UGRHI 10 no Estado de São Paulo	62
Figura 11. Localização das Sub-Bacias.....	63
Figura 12. Distribuição dos municípios da UGRHI 10 em grupos de acordo com o IPRS	69
Figura 13. Quantidade de Projetos Encaminhados e as Metas do Plano de Bacia	86
Figura 14. Número de Projetos Financiados no Comitê com relação às Metas do Plano de Bacia	94
Figura 15. Distribuição por segmento dos projetos financiados e concluídos com recursos FEHIDRO, no período de 1995 a 2016.....	96
Figura 16. Quantidade de projetos cancelados e financiados por período	97
Figura 17. Distribuição dos projetos financiados por PDC	98
Figura 18. Tempo médio de duração dos projetos, agrupados por: (a) Compensação; (b) Cobrança	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	26
Quadro 2. Programas de Duração Continuada – PDC do PERH 2016/2019	43
Quadro 3. Coeficientes Ponderadores utilizados na Cobrança pelo Uso da Água	57
Quadro 4. Sub-bacias e municípios que integram a UGRHI.....	62
Quadro 5. Critérios adotados para a distribuição dos municípios e grupos	68
Quadro 6. Pontuações atribuídas pelo CBH-SMT a cada critério em 2001	81
Quadro 7. Pontuações atribuídas pelo CBH-SMT a cada critério.....	84
Quadro 8 Programas de Duração Continuada (PDC) 1 do PERH 1994/1995	114
Quadro 9. Programas de Duração Continuada (PDC) 2 do PERH 1994/1995	115
Quadro 10. Programas de Duração Continuada (PDC) 3 do PERH 1994/1995	115
Quadro 11. Programas de Duração Continuada (PDC) 4 do PERH 1994/1995	116
Quadro 12. Programas de Duração Continuada (PDC) 5 do PERH 1994/1995	116
Quadro 13. Programas de Duração Continuada (PDC) 6 do PERH 1994/1995	117
Quadro 14. Programas de Duração Continuada (PDC) 7 do PERH 1994/1995	117
Quadro 15. Programas de Duração Continuada (PDC) 8 do PERH 1994/1995	118
Quadro 16. Programas de Duração Continuada (PDC) 9 do PERH 1994/1995	118
Quadro 17. Programas de Duração Continuada (PDC) 10 do PERH 1994/1995	119
Quadro 18. Programas de Duração Continuada (PDC) 11 do PERH 1994/1995	119
Quadro 19. Programas de Duração Continuada (PDC) 12 do PERH 1994/1995	119
Quadro 20. Relação dos Projetos Enviados ao CBH-SMT no período de 1995 a 2016	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Valores dos Coeficientes Ponderadores utilizados no Comitê do Sorocaba e Médio Tietê..	57
Tabela 2. Distribuição das classes de uso e ocupação do Solo	64
Tabela 3. Distribuição da suscetibilidade à erosão na Bacia do Sorocaba	65
Tabela 4. As dimensões adotadas e suas respectivas contribuições para o indicador	67
Tabela 5. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 1995 a 2001	72
Tabela 6. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2001 a 2007	73
Tabela 7. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2007 a 2013	74
Tabela 8. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2013 a 2015	75
Tabela 9. Compilação da participação dos representantes da Sociedade Civil em todos os mandatos.	76
Tabela 10. Relação entre os Projetos Cancelados e os financiados, no período de 1995 a 2016.....	96
Tabela 11. Classificação dos Projetos Financiados quanto à abrangência territorial	100

LISTA DE SIGLAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
AT	Alto Tietê
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEEIBH	Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CEEIGUAPE	Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Ribeira do Iguape
CEEIJAPI	Comitê Executivo de Estudos Integrados das Bacias dos Rios Jaguari e Piracicaba
CEEIVAP	Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos
COFEHIDRO	Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
CORHI	Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos
CRH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CTCOB	Câmara Técnica de Cobrança
CTEEA	Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental
CTPA	Câmara Técnica de Proteção das Águas
CTPLAGRHI	Câmara Técnica de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos
CTPLANFLOR	Câmara Técnica Planejamento Florestal
CTSAN	Câmara Técnica de Saneamento
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DQA	Diretiva-Quadro da Água
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FUNDAP	Fundação de Desenvolvimento e Amparo à Pesquisa
GEX	Grupo Executivo
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
MME	Ministério de Minas e Energia
ONG	Organização Não Governamental
PCJ	Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PDC	Programa de Duração Continuada
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PS	Paraíba do Sul
SAGE	Schemas d'Aménagement et de Gestion des Eaux
SDAGE	Schema Directeur d'Aménagement et de Gestion des Eaux
SIGRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SinFEHIDRO	Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SMT	Sorocaba e Médio-Tietê
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
WFD	Water Framework Directive

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
OBJETIVOS	18
METODOLOGIA	19
1. UMA VISÃO TEÓRICA SOBRE O GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS	21
1.1 Processo Participativo e Aprendizagem Social na Gestão dos Recursos Hídricos	21
1.2 Gerenciamento de Recursos Hídricos: Visão Geral	23
1.3 Evolução dos Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos	25
1.4 Experiência Internacional em Gestão de Recursos Hídricos	27
1.4.1 Gerenciamento nos Estados – Membros - Experiência Alemã	29
1.4.2 Gerenciamento nos Estados – Membros - Experiência Francesa.....	30
1.5 Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil.....	32
1.5.1 Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal no 9.433/97.....	34
1.6 Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo	38
1.6.1 Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei estadual nº 7.663/91	39
1.6.2 Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos	45
1.7 Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO	51
1.7.1 Compensação Financeira	53
1.7.2 Cobrança pelo Uso da Água	56
1.8 Considerações Finais do Capítulo	60
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UGRHI 10: SOROCABA E MÉDIO TIETÊ	61
2.1 Localização da UGRHI	61
2.2 Principais Características da UGRHI.....	63
2.3 Situação da UGRHI 10.....	64
2.3.1 Uso e Ocupação do Solo.....	64

2.3.2 Saneamento Básico.....	66
2.3.3 Perfil Socioeconômico.....	66
2.4 Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia	69
2.4.1 Índice de Renovação do Segmento Sociedade Civil.....	71
2.5 Considerações Finais do Capítulo	77
3. RECURSOS FEHIDRO NA BACIA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ: CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS	78
3.1 Critérios Utilizados para Hierarquização dos Projetos na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê – Estudo das Deliberações do Comitê	78
3.1.1 Período de 1995 a 2000	79
3.1.2 Período de 2001 a 2009	80
3.1.3 Período de 2010 a 2016	83
3.2 Análise dos Projetos Encaminhados e Financiados pelo FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê	85
3.2.1 Projetos Encaminhados no Período de 1995 a 2016	85
3.2.2 Total de Projetos Financiados no Período de 1995 a 2016	94
3.2.3 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por Segmento	95
3.2.4 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por PDC	97
3.2.5 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por Tempo de Duração	99
3.2.6 Distribuição dos Recursos por Abrangência Territorial	100
3.3 Considerações Finais do Capítulo	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO 1 Caracterização dos Programas de Duração Continuada do PERH- 1994/1995	114
ANEXO 2 Projetos Enviados ao CBH-SMT	120

INTRODUÇÃO

A água é um elemento essencial à vida, exercendo grande influência para os seres vivos. Trata-se de um importante elemento representativo de valores culturais e sociais, e indispensável ao desenvolvimento das atividades humanas.

De acordo com Pompeu (2006), a água é o elemento natural, desvinculado de qualquer utilização. Por outro lado, recursos hídricos é a água como bem econômico, passível de utilização e gestão. A atribuição desse valor econômico decorre do fato de que todo recurso escasso acaba por afetar as relações econômicas, sendo assim necessário estimar seu valor (LANNA, 1993).

A atribuição do valor econômico para a água materializa-se no instrumento da cobrança pelo uso. Trata-se de um instrumento extremamente fundamental, com o objetivo de induzir ao uso mais racional, com uma gestão da demanda e uma tentativa de reduzir a descarga de efluentes sem tratamento em corpos hídricos (HESPANHOL, 2008). Os recursos arrecadados possuem como objetivo principal a recuperação e preservação dos mananciais e a implantação das ações de recuperação nas próprias bacias hidrográficas em que são gerados (VERA, 2014). Porém, segundo Hespanhol (2008), essas medidas ainda não são suficientes para manter o equilíbrio entre demanda e oferta de água, especialmente em cidades com perspectivas de crescimento populacional e industrial, onde a disponibilidade de recursos hídricos já se mostra insuficiente.

É a partir desse cenário que se faz necessária uma efetiva gestão dos recursos hídricos, com o intuito de manter a qualidade e a quantidade deste recurso, com o objetivo de evitar a sua escassez. Porém, o que acontece atualmente é uma demanda cada vez mais crescente aliada a uma oferta gradativamente reduzida, tanto pela sua degradação quanto pelo mau uso (KELMAN, 2004). Assim, torna-se cada vez mais importante a gestão da demanda com ações que visam à racionalização do uso, a partir de uma perspectiva de gestão integrada, descentralizada e participativa (RODRIGUES, 2007).

Essa gestão deve ser baseada no recorte territorial das bacias hidrográficas, com uma abordagem integrada, considerando o meio físico, biótico social, econômico e cultural. O foco principal deve ser a integração dos vários aspectos que interferem no uso dos recursos hídricos e na sua proteção ambiental (PORTO e PORTO, 2008).

O modelo de gestão das águas em vigor no Brasil foi fruto de uma mudança ocorrida entre os anos de 1970 e 1980. Tratou-se de uma mudança do antigo modelo de gestão “comando e controle” para um modelo mais participativo, que passou a considerar

os impactos socioambientais e os diferentes atores no processo de tomada de decisão. Essa mudança foi sendo motivada a partir de uma série de questionamentos, por parte da sociedade civil, no que tange à centralização dos meios decisórios, à exclusão de alguns atores no processo de decisão e à maneira como vinham sendo abordados e geridos os usos da água (CAMPOS, 2008).

Diante desse cenário instaurado e na tentativa de se buscar alternativas para solucionar os problemas relacionados à água, tornou-se essencial o envolvimento da sociedade civil nos debates e nas decisões relativas a esse tema. Nesse sentido, a Lei das Águas trouxe novos paradigmas de descentralização, mecanismos que facilitaram a participação pública nas discussões e decisões conjuntas, buscando assim uma gestão mais participativa e integrada no processo de tomada de decisão (AZEVEDO, 2009)

E todo esse processo de tomada de decisão deve ser embasado nos Planos desenvolvidos nas respectivas bacias hidrográficas. Esses Planos de Bacia são documentos de planejamento e articulação das ações a serem realizadas, com metas, propostas e soluções. Essas metas devem estar condizentes com os Programas previstos no âmbito do Estado, que são conhecidos como Programas de Duração Continuada (PDCs). Esses PDCs por sua vez englobam os principais temas a serem levantados e financiados para a gestão, recuperação e proteção das bacias hidrográficas.

E, para proporcionar suporte financeiro a esse processo de gestão, foi criado o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Trata-se de um instrumento responsável por propiciar apoio financeiro às ações estruturais e não estruturais para a gestão de recursos hídricos nas bacias. As suas fontes de recursos são provenientes da Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (nas Bacias onde esse instrumento já foi implantado) e da Compensação Financeira que o Estado recebe em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos em seu território (CFURH) (BRUNO et al. 2009).

Para que esse fundo tenha efetividade, deve-se assegurar que os recursos realmente irão retornar aos seus beneficiários, com aplicação direta em projetos de conservação, uso racional da água, controle e proteção dos recursos hídricos, realização de programas relativos a aproveitamento múltiplo, e proteção dos recursos hídricos, e na execução de obras de saneamento básico, entre outros (RODRIGUES, 2007).

Como essa verba repassada para o FEHIDRO é pública, sua distribuição deve seguir um processo de seleção claro e transparente. Esses critérios de distribuição dos recursos são previamente estabelecidos e divulgados por deliberações dos Comitês. Tratam-se de normas, fichas de pontuação, cronogramas das atividades, critérios de

desempenho, entre outros critérios, que os tomadores deverão respeitar (MARTINS, 2012).

Assim, propõe-se nesta pesquisa realizar um estudo dos procedimentos adotados para a priorização de ações no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10), a partir da análise dos projetos que foram financiados junto ao FEHIDRO, no período de 1995 a 2016, tendo como referência a atuação dos representantes ao longo dos períodos. O intervalo de tempo escolhido compreende o início da implantação do Comitê até o período de elaboração dessa dissertação.

A Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê foi escolhida devido ao fato de ser uma das primeiras a implantar a cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo e pelo seu amadurecimento no processo de distribuição dos recursos do FEHIDRO, o que será analisado nesta dissertação.

OBJETIVOS

O principal objetivo desta pesquisa é analisar e comparar, a partir das características dos empreendimentos, como se deu a distribuição dos recursos financeiros disponíveis pelo FEHIDRO para o período de 1995 a 2016, e se os critérios adotados para essa distribuição refletem de forma clara e igualitária os objetivos assumidos pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê em seu Plano de Bacia.

Para se atingir este objetivo principal, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Analisar os Programas de Duração Continuada (PDCs) e a sua interferência na maneira como os recursos do FEHIDRO são aplicados;
- ✓ Detalhar, a partir das Deliberações do CBH-SMT e das atuações dos seus representantes, os critérios utilizados para a hierarquização dos Projetos desenvolvidos na Bacia, e as linhas temáticas utilizadas para a sua distribuição, associando-os às metas do Plano de Bacia;
- ✓ Avaliar, a partir das informações do Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO) e dos Agentes Técnicos, as características dos projetos encaminhados e financiados, quanto a: PDC enquadrado; segmento tomador; tempo de duração do empreendimento, com foco nas maiores fragilidades da Bacia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração dessa dissertação contou com uma ampla Revisão Bibliográfica, por meio de pesquisas em livros, teses, dissertações e artigos científicos. Também foram realizadas pesquisas em Decretos e Deliberações aprovados pelo Comitê do Sorocaba e Médio Tietê para o período de 1995 a 2016. Essas Deliberações consultadas aprovam diretrizes e critérios gerais para a distribuição dos recursos disponíveis do FEHIDRO. Os dados extraídos dessas Deliberações foram tabulados em gráficos e tabelas.

Além da pesquisa documental, foram levantadas informações complementares com agentes técnicos do governo do estado de São Paulo participantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, principalmente, no que tange ao funcionamento do FEHIDRO. Também foi realizada entrevista com representante da Sociedade Civil do Comitê do Sorocaba e Médio Tietê.

O desenvolvimento da entrevista permeou alguns temas centrais, compreendendo os motivos que levaram aos critérios de pontuação adotados pelo Comitê, o processo participativo adotado entre os diversos atores, a rotatividade dos representantes entre as instituições e entre os segmentos, e o possível reflexo na qualidade dos projetos apresentados e cancelados ao longo das gestões. Também foram tratadas questões conceituais de gerenciamento de recursos hídricos, cobrança pelo uso da água e compensação financeira.

Por fim, foi realizada uma análise dos projetos financiados, a partir de dados disponibilizados pelos Agentes Técnicos e dados contidos no Sistema de Informação do FEHIDRO, objetivando detalhar suas principais características, em termos de distribuição por segmentos, por PDC, por tempo de duração e por abrangência territorial.

Todo o trabalho foi distribuído ao longo de 4 Capítulos, organizados da seguinte maneira:

O Capítulo 1 consistiu na elaboração de uma revisão bibliográfica a respeito dos temas abordados. Inicialmente foram levantados conceitos gerais sobre processo participativo e aprendizagem social na gestão dos recursos hídricos. Também foram tratadas questões de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de modelos de Gerenciamento existentes. A abordagem consistiu desde uma visão mais global com alguns exemplos internacionais de gestão de recursos hídricos até as experiências no

estado de São Paulo, objetivando mostrar as peculiaridades e os vínculos existentes em cada escala de gestão.

O Capítulo 2 tratou da caracterização da Bacia de estudo. Detalhou sua localização, as suas sub-bacias existentes e sua situação quanto ao Uso e Ocupação do Solo, Saneamento Básico e Perfil Socioeconômico. Por fim, trouxe um panorama da atual gestão que está sendo realizada nessa bacia, com enfoque no segmento da Sociedade Civil.

Na sequência, o Capítulo 3 mostrou os resultados e as discussões a respeito dos critérios utilizados para a hierarquização dos projetos encaminhados ao Comitê e as características dos empreendimentos que foram efetivamente financiados, com o intuito de analisar se houve coerência com as metas estipuladas no Plano de Bacia.

E, por fim, o Capítulo 4 trouxe algumas considerações finais a respeito dos temas abordados.

CAPÍTULO 1

UMA VISÃO TEÓRICA SOBRE O GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS

Este capítulo apresenta, inicialmente, conceitos gerais sobre processo participativo e aprendizagem social na gestão dos recursos hídricos. Em seguida são tratadas questões de gerenciamento de recursos hídricos e alguns modelos de gestão que estão sendo aplicados nessa área. São levantadas também experiências de gestão aplicadas na Alemanha, na França e no Brasil, com o intuito de demonstrar suas peculiaridades e semelhanças. No caso brasileiro, o enfoque é dado para o Estado de São Paulo. Procurou-se demonstrar as características principais da Política de Recursos Hídricos desse Estado, com ênfase para os Planos Estaduais de Recursos Hídricos e os Planos de Bacia desenvolvidos. Por fim, são elencados os aspectos gerais do Fundo de Recursos Hídricos de São Paulo, seu modo de operação e suas fontes de recursos.

1.1 Processo Participativo e Aprendizagem Social na Gestão dos Recursos Hídricos

O processo participativo na gestão das águas tem como propósito alcançar soluções mais democráticas para as questões socioambientais e também tentar buscar maneiras mais efetivas de gerenciar conflitos. Essa gestão se dá através de diálogos de aprendizagem e de trocas de experiências de diferentes atores sociais, com o intuito de proporcionar participações mais colaborativas (JACOBI, et. al. 2014).

Nesse contexto da gestão participativa, insere-se a Governança Ambiental. A governança deve ser entendida como uma prática contínua de desenvolvimento de poder social que possui como foco mediar as relações entre agentes econômicos, estado e sociedade civil organizada. Mais do que eliminar conflitos, a governança almeja administrá-los, de acordo com projetos coletivos. Essa mediação deve ser balizada a partir de um sistema de normas, regras e condutas que almejam espelhar os valores e visões de mundo dos atores incluídos nesse sistema. O desenvolvimento desse sistema também deve ser baseado em um processo participativo e de aprendizagem constante (FRACALANZA, 2016).

De acordo com Gohn (2007), a Governança pode ser conceituada como sendo um paradigma da ação que possui como foco central não apenas os órgãos e aparatos estatais, mas também a interação direta do governo com a sociedade civil organizada. Para que se tenha uma boa Governança, deve haver condições factíveis de interações entre os diversos atores sociais para que os pilares do entendimento possam ser construídos.

Essa boa Governança deve ser realizada a partir da participação e do envolvimento de multi-atores, sendo que a participação de novos agentes e instituições no processo de tomada de decisão somente ocorre quando há a disseminação de determinados poderes mais centrais para as instâncias mais locais (JACOBI et al. 2015). É fundamental a participação ativa desses multi-atores na resolução de problemas de alta complexidade, não admitindo soluções simplistas, baseadas no conhecimento técnicos de poucos envolvidos (CARVALHO, 2011).

Quando se tem um adequado processo de Governança Ambiental, um de seus principais resultados é justamente a possibilidade de aprendizado social (JACOBI et al. 2015). Esse aprendizado, é proveniente principalmente das interações envolvendo os diferentes atores, o que possibilita uma compreensão melhor dos distintos posicionamentos, melhorando as relações e construindo assim uma base sólida para a cooperação consistente e articulada. É preciso entender que o conhecimento não pode ser estabelecido de forma hierarquizada, mas sim, deve ser construído a partir de uma síntese entre o analítico e aquele do dia a dia, e como ele pode ser relevante para o contexto das ações (FURNIVAL e COSTA, 2003).

A aprendizagem social possui também o intuito de proporcionar aos atores uma visão mais ampla, compreendendo que no processo participativo há uma diversidade de interesses, de argumentos e de conhecimentos. E que isso é saudável para o processo, sendo que a solução de problemas complexos só se dá através de práticas coletivas, que são baseadas na disseminação de informações e conhecimentos. Trata-se, portanto, de um conjunto de ações que estimulam as pessoas a mudarem suas práticas, gerindo processos ambientais mais sustentáveis (JACOBI, et. al. 2014).

O primeiro passo é o entendimento do problema pelos diversos atores envolvidos, para que eles possam compartilhar sua compreensão e possibilidades de intervenção sobre o mesmo. Diante desse cenário, a aprendizagem social e a cooperação tornam-se imprescindíveis para o encaminhamento das diferentes propostas apresentadas pelos atores (JACOBI, et. al. 2014).

Porém, essa aprendizagem não é o único fator que vai determinar a postura adotada pelo representante. O que se observa, é que em alguns momentos, o posicionamento do representante é mais discreto, ou seja, ele atua apenas como um porta-voz de seus representados, sem emitir opinião. Porém, em outros momentos, ele age com mais liberdade, posicionando-se e atuando em nome daqueles que ele representa. Quando analisamos a partir do conteúdo da representação, o que se observa também é uma posição ambígua por parte do representante. Em certos momentos, ele defende os interesses do seu grupo; porém, muitas vezes o que prevalece são seus próprios interesses (FREITAS, 2013).

Ao se aprofundar mais especificamente na representação do segmento Sociedade Civil, é possível observar que ela é exercida por entidades de diversos segmentos, muitas vezes conflitantes entre si. Também não fica evidente como se dá a interface dos representantes com a entidade que ele representa, bem como, qual a sua legitimidade junto ao seu público. O problema decorre do fato que os líderes não são escolhidos diretamente pela maioria do público que eles alegam representar. Diante desse contexto, o que se questiona é até que ponto a aprendizagem social dentro dos colegiados impacta na postura adotada pelos atores no processo de tomada de decisão (FREITAS, 2013). E até que ponto essa aprendizagem contribui para o melhor entendimento dos objetivos e anseios requisitados pelo Comitê para que as metas propostas em seu Plano de Bacia sejam atingidas; ou seja, para que sejam elaborados projetos que de fato irão conseguir refletir as necessidades apuradas na Bacia.

1.2 Gerenciamento de Recursos Hídricos: Visão Geral

Yassuda (1993, p.5) faz a seguinte indagação: “*Por que a gestão dos recursos hídricos?*”. Por muitos anos, o setor hidrelétrico dominava as preocupações da maioria dos setores públicos responsáveis pela gestão das águas no Brasil, e como tal, a preocupação em torno dela era unicamente com relação aos aspectos quantitativos. Os demais valores da água eram tratados de forma fragmentada. Os usos e usuários não eram tratados de forma igualitária e não se fazia um planejamento adequado considerando a avaliação das múltiplas variáveis que caracterizam o seu valor. A mudança de paradigma surgiu à medida que o planejamento foi se tornando mais integrado, assegurando assim uma maior preservação, uso e recuperação desse recurso (YASSUDA, 1993).

O gerenciamento dos recursos hídricos, segundo Freitas (2001), consiste na articulação de ações de diferentes agentes sociais, econômicos ou socioculturais, tendo como principal objetivo compatibilizar o seu uso e proteção. Para que isso ocorra, deve-se haver planejamento, ou seja, avaliação das demandas e das disponibilidades, bem como, sua alocação entre usos múltiplos, de forma a obter benefício social e ambiental pelo máximo período possível.

De acordo com Yassuda (1993), a gestão integrada dos recursos hídricos deve assegurar a “preservação, uso, recuperação e conservação em condições satisfatórias para os seus múltiplos usuários e de forma compatível com a eficiência e o desenvolvimento equilibrado e sustentável da região”. Para se fazer uma boa gestão deve haver um conhecimento aprofundado da hidrologia regional, coordenação institucional e aparato jurídico adequado.

O desenvolvimento sustentável da região é entendido por Granziera (2014) como sendo a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ao Meio Ambiente, objetivando a permanência do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida.

Para um adequado gerenciamento dos recursos hídricos, na visão de Coimbra (1999), deve haver uma preocupação tanto com a Base Técnica, quanto com a Base Legal e o Ordenamento Institucional. A Base Técnica tem como objetivo garantir o conhecimento dos regimes dos rios e suas sazonalidades, os regimes pluviométricos das diversas regiões hidrográficas e mais uma série de informações do ciclo hidrográfico. Já a Base Legal, serve para que o gerenciamento seja embasado em sólidos fundamentos legais e conte sempre com o apoio jurídico. O ordenamento institucional é útil no estabelecimento de uma forma sistêmica de gerenciamento, adotando a composição de colegiados em diversos níveis, tendo em vista os domínios e usos da água.

Já, para Lanna (1993), gerenciar as águas consiste em compatibilizar os diversos usos e usuários, e pode ser analisada a partir de alguns modos de planejamento, tais como: Gerenciamento dos usos setoriais da água, pelo qual são levados em consideração os planejamentos setoriais e as ações de instituições públicas e privadas, que possuem relação com diversos usos dos recursos hídricos; o Gerenciamento interinstitucional, que objetiva integrar os diversos órgãos e instituições ligados à água, com preocupação na qualidade e na quantidade; o Gerenciamento da oferta da água, que possui o papel de mostrar que o uso global dos recursos hídricos não pode ser fruto apenas das pretensões dos usuários, mas sim, da compatibilização com a disponibilidade; e o Gerenciamento

ambiental, que se refere à utilização de padrões de qualidade ambiental a partir da utilização de instrumentos administrativos e legais.

Esses modos de planejamento mais conceituais apenas se tornam operacionais se estiverem presentes nas políticas de recursos hídricos.

1.3 Evolução dos Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos

A evolução do processo de gerenciamento de recursos hídricos pode ser identificada a partir da análise dos modelos de gerenciamento implantados ao longo dos anos. Esses modelos estão descritos a seguir.

De acordo com Coimbra et al. (1999, p.32), modelos de gerenciamento de recursos hídricos são definidos como sendo “o arranjo institucional que contempla a definição da política hídrica e os instrumentos necessários para executá-la de forma ordenada e com papéis bem definidos de cada ator envolvido no processo”. Lanna (1995), detalha os três modelos de gerenciamento mais difundidos no Brasil:

I. Burocrático: possui como principais características a racionalidade e a hierarquização das ações. Seu alicerce consiste em uma grande quantidade de Leis, Decretos, Portarias a respeito do uso e proteção ao meio ambiente. Desse modo, há uma maior concentração de poder e autoridade em entidades públicas, de natureza burocrática, que dão excessiva atenção aos aspectos formais sem considerar o dinamismo de todo o processo. Uma importante consequência desse modelo é a centralização das decisões, geralmente distante de onde surgiu a demanda, o que resulta em uma percepção de ineficiência e de falta de eficácia, comprometendo todo o sistema.

II. Econômico-Financeiro: esse modelo se utiliza de instrumentos econômicos e financeiros com o intuito de induzir à obediência às disposições legais vigentes. Sua força motora são os programas de investimentos em saneamento, irrigação, eletrificação, mineração e outros. A sua falha, assim como no modelo anterior, está no fato de não considerar o dinamismo de todo o processo.

III. Sistêmico de integração participativa: trata-se de um modelo que considera o dinamismo do processo de tomada de decisão, com o gerenciamento realizado de maneira

compartilhada, mediante discussões e deliberações multilaterais e descentralizadas e o planejamento estratégico realizado por bacia hidrográfica.

No gerenciamento de recursos hídricos brasileiro, o modelo adotado tem sido o sistêmico participativo, devido à valorização do papel de negociação, com a criação de instâncias específicas para o processo de discussão, entre os participantes do Estado e da sociedade organizada (LEAL, 2000).

Demais modelos de gerenciamento dos recursos hídricos também são trazidos por Barth (1999). O autor descreve que há três modelos de gerenciamento: conservador, inovador e avançado. Tais modelos são analisados pelo autor segundo a aplicação de dois instrumentos de gestão: a cobrança e a outorga; e dois órgãos do sistema: a agência e os comitês de bacias (Quadro 1).

Quadro 1. Modelos de Gerenciamento de Recursos Hídricos

	Conservador	Inovador	Avançado
Cobrança	Forma de obter receitas para as atividades de gerenciamento de recursos hídricos e recuperação de custos de investimentos públicos.	Contribuição dos usuários para melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos, assemelhando-se a contribuições de condôminos.	Relacionada ao valor econômico da água, sujeita às leis do mercado.
Outorga	Fundamental para a proteção dos direitos dos usuários, intransferível e revogável a qualquer tempo pelo poder concedente.	Subordinada à conciliação dos conflitos por negociação nos Comitês de Bacia, transferível no processo de negociação.	Direito de uso transacionável no mercado.
Agência de Água	Executora ou operadora de sistemas de fornecimento de água bruta.	Entidade de gestão dos recursos financeiros obtidos com a cobrança, gerida em parceria do Poder Público com os usuários e as comunidades.	Simplex reguladora do mercado, com autonomia em relação ao Poder Público.
Comitê de Bacia	Somente meio de interlocução do Poder Público com os usuários e as comunidades sem atribuição deliberativa.	Com atribuição deliberativa e poder de decisão sobre os valores a serem arrecadados e o plano de aplicação de recursos.	Dispensável ou mero supervisor da Agência de Bacia.

Fonte: BARTH, 1999

Tendo como referência a classificação de Barth, pode-se afirmar que, para o caso do estado de São Paulo, alguns instrumentos encontram-se em diferentes fases de implementação.

Por exemplo a outorga, a partir de 2017, vem passando por um período de transição, passando de um modelo mais conservador para inovador, principalmente devido a alguns aspectos. As novas determinações do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que é o órgão gestor, tornou-a transferível entre os usuários. Os comitês também passaram a poder deliberar sobre alguns parâmetros importantes (vazão de referência e vazão mínima), não ficando apenas a critério do órgão do Estado. Essas novas regras ainda estão sendo aplicadas gradualmente.

1.4 Experiência Internacional em Gestão de Recursos Hídricos

A escolha do tópico sobre as experiências internacionais em gestão de recursos hídricos foi motivada com o intuito de trazer exemplos de países que, de acordo com Bernal (2012), são considerados referências na gestão e os seus modelos foram utilizados para o desenvolvimento e a implantação da Política Brasileira de Recursos Hídricos, principalmente no que tange à criação dos Planos de Bacia para o processo de gestão. Segundo Correia (2005), o modelo de gestão de recursos hídricos adotado em muitos países da União Europeia (a Diretiva – Quadro da Água), é um grande laboratório para os demais países, ou seja, uma importante fonte de experiências e reflexão, que serão descritas a seguir.

De acordo com Santos (2002), a política europeia de água voltada às questões de saúde humana e do meio ambiente datam da década de 1970, com foco na qualidade da água. Os primeiros programas de ação surgiram em 1973, com a Diretiva 73/404, relativa aos lançamentos de detergentes nos rios, e foram seguidos por demais ações (Diretiva 75/440, relativas à qualidade das águas superficiais destinadas à produção de água potável; Diretiva 80/778 que estabeleceu os critérios sobre a qualidade da água para consumo humano; Diretiva 91/271 sobre tratamento de águas residuárias; e a Diretiva 91/676, sobre nitratos). Nessa época, o principal interesse era tentar padronizar as medidas ambientais por toda a Europa.

Porém, essa articulação dos países europeus desde a década de 1970 em prol da qualidade da água não resultou em uma abordagem integrada e global sobre o setor. Foi somente em 2000 que o Parlamento Europeu aprovou um amplo acordo sobre os princípios fundamentais da Gestão de Recursos Hídricos único para toda União Europeia, estabelecendo assim a *Water Framework Directive* (WFD), ou Diretiva-Quadro da Água

(DQA), como é conhecida nos países de língua portuguesa (CARDOSO SILVA, et al. 2013).

Essa Diretiva objetiva estabelecer um rol de medidas aos Estados-Membros, visando promover um gerenciamento integrado, participativo e descentralizado, no âmbito das Bacias Hidrográficas. Almejava-se alcançar o “bom estado” para a maioria das águas na Europa até 2015, ou no máximo até 2027; facilitar a valoração econômica dos recursos hídricos; e tentar aumentar o nível de participação pública na gestão das águas (CARTER e HOWE, 2006).

Segundo Correia (2005), quando se fala em boa qualidade de água, a DQA não considera apenas os conceitos tradicionais de qualidade (parâmetros físicos e químicos), mas também, aborda o conceito de “bom estado” ecológico das massas de água. Isso significa dizer que para cumprir as diretrizes da DQA, os corpos hídricos devem apresentar um quadro semelhante ao obtido na ausência de impactos antrópicos. Assim, a principal preocupação é tentar alcançar e manter a integridade ecossistêmica.

Esse é, portanto, o diferencial dessa diretiva, ou seja, ela reconhece, pela primeira vez, que a biota aquática deve ser considerada como prioritária para a avaliação da qualidade da água (COLLINS et al, 2012). Ela também é importante por trazer as questões de governança à luz da gestão dos recursos hídricos, assumindo a necessidade de novas configurações institucionais e o estímulo à participação da sociedade civil na gestão das Bacias Hidrográficas (FERREIRA e SCHMIDT, 2014).

Para se alcançar tais objetivos, de acordo com a DQA, os Estados-Membro deveriam implementar determinados requisitos específicos ao longo do tempo, tais como: adaptar as diretivas em Lei Nacional e definir as Bacias Hidrográficas individuais situadas em seu território, até 2003; caracterizar os corpos de água, incluindo os que foram fortemente modificados; rever os ambientes de grande pressões e impactos, identificando os locais com risco de não atingir os objetivos ambientais de “bom estado”, até 2004; tornar operacionais as redes de monitoramento, até 2006; apresentar publicamente os planos de gestão das Bacias Hidrográficas, até 2008; identificar, até 2009, com base no monitoramento e na análise das características da Bacia Hidrográfica, um programa de medidas para alcançar os objetivos ambientais da DQA (CIS, 2003).

Ainda, quanto aos objetivos, deve-se também implementar políticas de preços de água que melhorem a sustentabilidade dos recursos hídricos até 2010 e, implementar programas de medidas para alcançar os objetivos ambientais, até 2015 (CIS, 2003). Quanto à participação, de acordo com Ferreira (2014), trata-se do elemento principal da

política da água. O sucesso da Diretiva depende da informação, da consulta e do envolvimento do público, incluindo os usuários (EC, 2000).

Para De Stefano (2010), a participação pública pode ser definida como mecanismos intencionalmente instituídos que envolvam o público leigo nas tomadas de decisão, influenciando assim nos resultados dos planos e processos de trabalho. Ainda, segundo ela, há três níveis de participação: fornecimento de acesso público às informações nas tomadas de decisão; consulta pública na elaboração dos planos; e, por fim, a participação ativa dos envolvidos nas tomadas de decisão.

De acordo com Kochskamper (2016), a participação pública é considerada o elemento central do planejamento da DQA, e o fator chave para a efetiva implementação da Diretiva. Porém, a DQA não dispõe de regras que mostram o modo como essa participação deveria ser envolvida no processo.

Com relação aos processos de gestão, de acordo com Bernal (2012), o Plano de Bacias Hidrográficas é o principal instrumento da DQA, uma vez que se trata do principal mecanismo para que os objetivos sejam implementados. Correia (2005) mostra que esses Planos devem conter a descrição das características da Região Hidrográfica, bem como apresentar um mapeamento das redes de monitoramento e uma síntese das medidas tomadas para a consulta e informação pública.

A cada seis anos, deve haver uma atualização desses planos, sendo que, se os objetivos propostos não forem alcançados, eles devem ser justificados (BERNAL, 2012).

A seguir, serão descritos os exemplos de gestão praticados na Alemanha e na França. De acordo com Moreno Júnior (2006), trata-se de países onde a gestão já está consolidada e de alguma maneira se identifica com a gestão implantada no Brasil.

1.4.1 Gerenciamento nos Estados - Membros - Experiência Alemã

Na Alemanha, o sistema de gestão de recursos hídricos é descentralizado. Porém, essa descentralização ocorre por órgãos regionais, e não por bacias hidrográficas. Há uma legislação nacional mínima, que geralmente é ampliada pelos estados. Os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto são de responsabilidade dos municípios. A sua Lei Federal de Recursos Hídricos é de 1957, revisada em 1986 (MOTTA, 1998).

Existem diversos exemplos de associações com representantes de diversos setores, como a indústria e o ramo agrícola. Vale destacar que os governos estaduais não participam diretamente do processo administrativo, atuando apenas como fiscalizadores

do sistema, algo essencial para o desenvolvimento de projetos hídricos de longo prazo. Há também muitos casos de consórcios municipais (ANEAM, 2015).

Com relação ao instrumento da cobrança pelo uso da água, o que prevalece na Alemanha é o princípio do “poluidor-pagador”, ou seja, os usuários devem arcar com os custos dos danos causados aos recursos naturais. Sendo assim, os usuários urbanos e industriais que utilizam o meio hídrico como fonte de diluição devem pagar uma taxa federal de esgoto (CASTRO, 2012).

A essa taxa de esgoto foram incorporados incentivos aos usuários que promovam melhorias na qualidade de seus efluentes, ou seja, que conseguirem atingir os padrões de emissão antes da data constante na legislação. Tal desconto pode chegar a 75%. Outro incentivo é dado para as empresas que investem em controle (MOTTA, 1998).

Do total arrecadado, 20% são destinados à administração do sistema e o restante é destinado aos estados para que possam financiar investimentos municipais em água e esgoto (MOTTA, 1998).

Pode-se perceber que o sistema alemão, através da sua taxa de esgoto, preocupa-se mais com a preservação da qualidade da água do que com a questão de oferta/demanda hídrica. Estima-se que esse país não enfrentará problemas de escassez hídrica a médio prazo (CASTRO, 2012).

1.4.2 Gerenciamento nos Estados - Membros - Experiência Francesa

A Lei de água francesa de 1964 (conhecida como 1964 *Water Act*) foi importante por levar em consideração o quadro geográfico natural do ciclo da água para solucionar os diversos problemas que a envolve. Foram então delimitadas seis grandes bacias hidrográficas, sendo que, para cada uma, foram criados um Comitê e uma Agência (Figura 1). O Comitê é responsável pelo planejamento das ações e programas de intervenção na bacia. É composto por representantes dos municípios, dos usuários e por representantes do Estado. Já as Agências de Água possuem o papel de gerir os recursos financeiros da bacia, cabendo-lhes prover subsídios e empréstimos a pessoas físicas e jurídicas para a execução de obras e projetos de interesse comum (CAMPOS, 2008).

O 1964 *Water Act* adotou a bacia hidrográfica como unidade de Gerenciamento e introduziu de maneira formal a participação social na política de água francesa. Já, em 1992, com a promulgação da nova lei da água (1992 *Water Act*), houve a ampliação dessa participação social a partir da criação de dois procedimentos de planejamento

colaborativos (BERRY e MOLLARD, 2010). Essa nova Lei foi motivada, principalmente, pela intensificação da poluição de origem agrícola e pela promulgação da Diretiva-Quadro da Água aos Estados-Membros da União Europeia (BERRETA, 2012).

Figura 1. Bacias Hidrográficas da França
Fonte: Méridianes Geo, 2017

Um desses procedimentos de planejamento colaborativo é o *Schema Directeur d'Aménagement et de Gestion des Eaux* (SDAGE). Trata-se de um Plano Diretor de Aproveitamento e de Gestão das Águas, de maior abrangência, com objetivos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e linhas gerais de ação, levando em consideração os programas definidos pelas coletividades públicas. O SDAGE, que é elaborado pelo Comitê de Bacia, possui linhas gerais para a gestão dos recursos hídricos, considerando um horizonte de 10 a 15 anos, no âmbito das seis Agências de Água (MACHADO, 2003).

Já o segundo instrumento, o *Schemas d'Aménagement et de Gestion des Eaux* (SAGE), tem o foco na escala da sub-bacia. Trata-se de um Plano de Aproveitamento e de Gestão das Águas mais localizado que verifica como os objetivos definidos no plano maior estão sendo implementados. É concebido pelas Comissões Locais da Água, com

representantes eleitos e usuários (BERRY e MOLLARD, 2010). Essas comissões são responsáveis por elaborar, revisar e acompanhar a realização do Plano (MACHADO, 2003).

Ao se adotar o perímetro do Plano de Aproveitamento, é instituída uma Comissão Local de Água, com o intuito de iniciar a elaboração do SAGE. Essa Comissão Local é formada por representantes das coletividades e estabelecimentos públicos, por diferentes representantes dos usuários da água (ribeirinhos, industriais, organizações sócio-profissionais) e representantes do Estado (BERRETA, 2012).

O Comitê de Bacia deve ser consultado, e deve se manifestar quanto à coerência do projeto de Plano de Aproveitamento. Tal projeto também é colocado à disposição do público durante dois anos nas prefeituras envolvidas. As Comissões Locais de Água têm que observar se os objetivos e as prescrições por ela definidos estão sendo respeitados, bem como elaborar um relatório anual de acompanhamento, que é transmitido ao Comitê de Bacia (MACHADO, 2003).

Os planos devem definir, principalmente, os usos prioritários e o volume total de água retirada por uso (BERRY e MOLLARD, 2010).

Em uma análise mais global, no âmbito das bacias, a Lei nº 1245/64 criou as Agências Financeiras de Bacia. O objetivo era o de trazer melhorias ao sistema de distribuição de água e diminuir a poluição dos corpos hídricos, bem como, estimular os serviços públicos a utilizarem de forma mais racional os recursos hídricos, utilizando para isso instrumentos financeiros (MACHADO, 2003).

Entre as funções das Agências, têm-se que elas também são responsáveis por arrecadar os valores referentes à cobrança pelo uso da água; por participar no financiamento de obras destinadas à melhoria da disponibilidade do recurso e por distribuir empréstimos destinados a cobrir uma parte dos custos de capital das estações de tratamento locais e industriais (MACHADO, 2003).

As Agências de Bacia também possuem caráter participativo, uma vez que os integrantes do Conselho Administrativo são os representantes do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil (BERRY e MOLLARD, 2010).

1.5 Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

A estrutura do modelo de gestão dos recursos hídricos adotada no Brasil foi em grande parte influenciada pelo modelo implantado na França, principalmente, no que

tange aos aspectos organizacionais, com a figura dos Comitês de Bacia e das Agências de Água com poder deliberativo, e aos aspectos econômico-financeiro, com relação à cobrança pelo uso da água. É a partir dessa ótica que analisaremos então a evolução do modelo brasileiro.

O início do século XX no Brasil foi marcado por uma considerável expansão do aproveitamento hidrelétrico. Até então, a utilização da água era apenas de interesse local para abastecimento de pequenas cidades. Com essa mudança de cenário, e a partir dos debates sobre o regime jurídico a que estavam submetidas as águas, foi promulgado o Código de Águas (Decreto 24.643/34), que constituiu um marco para o setor de energia elétrica, ao proporcionar recursos legais, econômicos e financeiros para esse setor (BARTH, 1999).

A regulamentação do Código foi realizada apenas nos itens relacionados a aproveitamento hidrelétrico, ou seja, não abarcou os temas de usos múltiplos e conservação da qualidade das águas. A partir desse hiato, os estados encontraram uma maneira de ir contra a exclusividade federal de legislar, eles passaram a legislar sobre o controle de poluição das águas (BARTH, 1999).

A reformulação do gerenciamento de recursos hídricos apenas ocorreu em 1976, com a celebração de um acordo entre o Ministério das Minas e Energia e o Governo do estado de São Paulo, com o intuito de melhorar as condições sanitárias das bacias dos rios Tietê e Cubatão, e atuar nos conflitos pelo uso da água na Região Metropolitana de São Paulo. Foram criados comitês com o intuito de promover a integração interinstitucional e intergovernamental em prol do gerenciamento dos recursos hídricos (LANNA, 1995).

A partir dos bons resultados alcançados por esse acordo, os Ministérios de Minas e Energia e do Interior criaram o Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), em 1978, através da Portaria nº 90/1978. Esse comitê ficou responsável por promover a utilização racional dos recursos hídricos dos rios de domínio da União, e por classificar os cursos d'água. Vinculados ao CEEIBH, em inúmeras bacias hidrográficas de rios federais, foram criados comitês executivos, ainda com caráter centralizador e com atribuições apenas consultivas (SETTI, 2000).

Dentre esses comitês executivos, foram criados: o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul (CEEIVAP), em 1979; o Comitê Executivo de Estudos Integrados das Bacias dos Rios Jaguari e Piracicaba (CEEIJAPI), em 1982; e o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Ribeira do Iguape (CEEIGUAPE), em 1984 (BARTH, 1999).

Em 1986, o Ministério de Minas e Energia (MME), com a intenção de propor um sistema de gerenciamento de recursos hídricos, cria um Grupo de Trabalho, com a participação de órgãos federais e estaduais. No ano seguinte, os debates intensificaram-se e entenderam a necessidade de incluir segmentos sociais nas discussões. Ainda em 1987, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), com a elaboração da Carta de Salvador, manifestou a necessidade de criação de um sistema nacional e do afinamento da legislação, com o intuito de contemplar o uso múltiplo, a gestão descentralizada e participativa e a capacitação do setor (ANA, 2002).

Essa Carta, aprovada no VII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, considerou, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), que o país deveria apoiar oportunidades de aproveitamento de recursos hídricos objetivando as múltiplas finalidades, sempre observando o contexto de desenvolvimento integrado. Ela diz também que a gestão deveria proporcionar a descentralização do processo decisório e o incentivo à criação dos planos de recursos hídricos, com o intuito de promover o uso racional e a solução dos potenciais conflitos que viessem a surgir (ANA, 2002).

A partir daí uma série de acontecimentos permitiu uma rápida evolução na gestão dos recursos hídricos. Iniciativas locais, regionais e nacionais, tanto de entidades públicas e privadas e associações técnico-científicas e profissionais, colaboraram para a construção institucional dos recursos hídricos do país, o que culminou no primeiro Projeto de Lei (PL 2249/1991) prevendo a criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e definindo a Política Nacional, em 1991 (ANA, 2002). Porém, apenas em 1997 foi sancionada a Lei Federal nº 9.433, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema, e que será explicitada no próximo item deste trabalho.

1.5.1 Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/97

Após um longo debate envolvendo os poderes executivo, legislativo e setores da sociedade civil organizada, em torno da gestão das águas, foi promulgada a Lei Federal nº 9.433/1997, que regulamentou o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, que previa a obrigatoriedade da União instituir um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A instituição dessa nova lei trouxe ao país um instrumento legal com o objetivo de garantir às gerações futuras a disponibilidade do recurso hídrico (PORTO e PORTO, 2008).

Essa Lei mostra em seus fundamentos que a água é um bem de domínio público, limitada e dotada de valor econômico. Quanto aos usos, as prioridades são o consumo humano e dessedentação de animais. A bacia hidrográfica deve ser a unidade de planejamento e a gestão deve ser descentralizada, participativa e integrada, sempre tentando priorizar os seus usos múltiplos (BRASIL, 1997).

O primeiro **Fundamento**, de acordo com Leal (2000), enfatiza que a água é um bem que pertence a toda coletividade, tendo o Estado a obrigação de administrá-la. E que tal fundamento também remete ao estabelecido nos artigos 20 e 26 da Constituição Federal de 1988, ou seja, que as águas superficiais são de domínio da União e dos Estados e as águas subterrâneas são de domínio dos Estados, assim sendo, não existem águas de domínio municipal e particulares (BRASIL, 1998).

O segundo fundamento está ligado ao entendimento da escassez dos recursos hídricos, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, ou seja, da visão da finitude da água. De acordo com Milaré (2004, p. 116):

“O recurso hídrico (águas interiores, superficiais e subterrâneas) constitui um recurso ambiental natural finito e vulnerável. Como tal, deve ser considerado nas diversas políticas públicas como um bem, dotado de valor econômico. Trata-se do princípio indutor do uso racional do recurso, dado que serve de base à instituição da cobrança para a utilização da água” (MILARÉ, 2004, p.116).

Granziera (2014) salienta que recurso hídrico passa a ter valor à medida que se aumenta o interesse, e ao se tornar escasso ele passa a ter valor econômico. Nesse aspecto, a Declaração de Dublin afirma em seu quarto princípio que:

“No passado, o não reconhecimento do valor econômico da água conduziu ao seu desperdício e a danos ambientais decorrentes do seu uso. A gestão da água, como bem econômico, é uma importante forma de atingir a eficiência e equidade no seu uso e de promover a sua conservação e proteção” (Declaração de Dublin, 1992, p.2).

Os Fundamentos 3º e 4º podem ser entendidos como uma maneira de garantir as necessidades essenciais de acesso à água (consumo humano e dessedentação de animais), de preservar a integridade dos ecossistemas e combater as ameaças de desertificação e de degradação ao meio ambiente. As formas de repartição (usos múltiplos) devem manter um justo equilíbrio entre os usos concorrentes e considerar o valor social, econômico e ambiental da água (GRANZIERA, 2014).

O próximo Fundamento considera a bacia hidrográfica como sendo a unidade territorial para a implementação da Política. De acordo com Pompeu (2006), as políticas e legislações sobre as águas mostraram ao longo dos anos que a gestão dos recursos hídricos não pode ser concebida e praticada isoladamente, ela deve considerar os demais recursos naturais existentes na bacia como um todo, ou seja, o uso e ocupação do solo, aspectos quantitativos e qualitativos da água, os resíduos sólidos, entre outros, sempre contando com a participação dos usuários e da sociedade que residem na bacia (POMPEU, 2006).

O último Fundamento diz respeito ao modo da gestão. Diz que deve ser descentralizada, e deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Trata-se de uma mudança significativa da maneira de gerir as águas, passando de setorial e centralizada para multissetorial, descentralizada e participativa. Essa mudança permite a tomada de decisões em um nível mais local, tendo o objetivo de evitar que as decisões sejam tomadas apenas em instâncias superiores.

Outra conquista trazida pela Lei nº 9.433/97 é a garantia da participação dos usuários e da sociedade civil em todas as instâncias deliberativas, desde o Conselho Nacional de Recursos Hídricos até os Comitês de Bacia Hidrográfica.

Para viabilizar a implantação da Política de Recursos Hídricos, foram criados os seguintes instrumentos de gestão da água: os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga de direito de uso da água, a cobrança pelo uso da água e o sistema de informação sobre recursos hídricos. Esses instrumentos possuem o objetivo de controlar e coordenar as atividades, para que os usos da água sejam compatíveis com o plano estabelecido (BRASIL, 1997).

A elaboração do **Plano** constitui um mecanismo de planejamento e gestão, mediante processos participativos de construção de consensos com o intuito de solucionar problemas diversos da bacia, assumindo o caráter de pacto entre os atores envolvidos nos colegiados (LEAL, 2000). Segundo Porto e Porto (2008), a participação na elaboração dos Planos dá oportunidade para a inserção da sociedade civil organizada e de agentes econômicos com interesses particulares participarem de todo o processo de negociação (PORTO e PORTO, 2008).

O próximo instrumento, o **Enquadramento**, visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinados (BRASIL, 1997). Porto (2008, p.51) ressalta que o enquadramento deve ser baseado em negociações que permitam “*uma melhor explicitação da relação entre usos da água e objetivos de*

qualidade pretendidos, atrelados aos custos de investimento necessários para atingi-los”. Para Yassuda (1993), não é possível chegar a uma decisão equilibrada se não houver um sistema de informação confiável, baseado em um planejamento integrado regional, que consiga caracterizar, em médio e longo prazos, as metas, os objetivos, e os riscos ambientais, sociais e econômicos das várias alternativas de desenvolvimento.

Já o instrumento da **Outorga** é definido por Campos (2001) como sendo o instrumento de Comando e Controle em que uma determinada parte é disponibilizada para um dado uso, por um tempo limitado. Os objetivos são assegurar o controle quali/quantitativo dos recursos hídricos e proporcionar o acesso ao maior número de usuários possível. Trata-se de uma autorização condicionada de uso, emitida pela União ou pelos Estados, dependendo da dominialidade do corpo hídrico. Essa autorização é emitida pelo poder público mediante o conhecimento das disponibilidades hídricas e das demandas da região, permitindo que seja realizado um disciplinamento do tipo de atividade que se deseja implantar na bacia (PORTO e PORTO, 2008).

A **Cobrança pelo Uso da Água**, de acordo com a Lei Federal nº 9.433/97, tem como objetivo reconhecer a água como um recurso natural escasso, com valor econômico, cujo uso deve ser cobrado. Os recursos provenientes da cobrança deverão ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e deverão ser utilizados para o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídas nos Planos de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997). Na visão de Pinhati (1998), a cobrança pelo uso deve agir como um incentivo aos usuários no intuito de adotarem tecnologias e hábitos mais eficientes, ou seja, reduzindo as perdas e melhorando a qualidade dos lançamentos. Para Granziera (2014), a cobrança pelo uso da água fundamenta-se nos princípios do “poluidor-pagador” e “usuário-pagador”. De acordo com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (1994) *apud* Leal (2000, p.58), o princípio do poluidor-pagador estabelece que:

"ao poluidor devem ser imputados os custos necessários à prevenção e ao combate à poluição, custos estes destinados ao poder público para manter o meio ambiente em estado aceitável. Isto significa que o custo de tais medidas deve, necessariamente, repercutir no custo dos bens e serviços que dão origem à poluição. O princípio poluidor-pagador é, pois, um princípio de alocação de custos. Não é um princípio de compensação por danos causados pela poluição. Tampouco significa que ao ser taxado pelo poder público pela poluição que causou, o poluidor estaria conquistando o direito de poluir” (CRH 1994 *apud* LEAL, 2000, p.58).

Na mesma linha, o princípio do usuário-pagador estabelece que:

"os usuários de recursos naturais devem estar sujeitos a aplicação de instrumentos econômicos para que o uso e o aproveitamento desses recursos se processem em benefício da coletividade. O princípio fundamenta-se na ideia de que os recursos ambientais garantem bens e serviços para a coletividade como um todo. Desse modo, a apropriação desse bem ou serviço por parte de um ou de vários entes privados dá à coletividade o direito a uma compensação financeira" (CRH 1994 *apud* LEAL, 2000, p.59).

O último instrumento da Política de Recursos Hídricos diz respeito ao **Sistema de Informações**. Trata-se de um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre os recursos hídrico. E para que esse sistema funcione adequadamente, deve haver uma coordenação unificada das informações bem como uma descentralização na obtenção e produção de dados e informações (BRASIL, 1997).

1.6 Gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo

Em uma ordem mais hierárquica do que propriamente cronológica, o próximo tópico a ser analisado é a gestão dos recursos hídricos desenvolvida no âmbito do Estado de São Paulo.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Estado de São Paulo passou por um intenso processo de desenvolvimento econômico, associado a uma urbanização descontrolada. Essas atividades intensificaram os processos de poluição e de apropriação não planejada dos recursos hídricos, ocasionando diversos conflitos pelo uso da água e intensa degradação desse recurso (GANZELI, 1993).

Diante desse cenário, foram realizados debates em torno de como realizar melhorias na administração dos recursos hídricos no Estado. Com o apoio técnico da Fundação de Desenvolvimento e Amparo à Pesquisa (FUNDAP), foi desenvolvido um documento técnico com diretrizes para uma melhor gestão. Esse documento mostrava que a melhor alternativa seria um gerenciamento considerando as dimensões da bacia hidrográfica, a partir de um modelo de gestão descentralizado no Estado. Como resultado dessa mobilização, foi criado em 1986, as Diretorias de Bacias Hidrográficas do DAEE (Figura 2). Vale destacar que o DAEE foi criado originalmente com o intuito de executar obras e combater enchentes, e essa reestruturação foi importante no sentido de facilitar futuramente a descentralização administrativa e a formulação de uma política mais atualizada para o setor (ALVIM, 2003).

O próximo passo no processo de descentralização da gestão foi a criação do primeiro Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em 1987, a partir do Decreto Estadual

nº 27.576/87. O CRH foi criado com o intuito de implementar uma Política de Governo voltada aos recursos hídricos, além de estabelecer as bases técnicas e legais de estruturação do Sistema Integrado de Recursos Hídricos. Inicialmente, esse Conselho foi composto exclusivamente por órgãos e instituições do Governo, não se prevendo a importância da participação da sociedade civil e dos municípios nesse primeiro momento (GARCIA e VALENCIO, 2003).

Figura 2. Diretorias de Bacias do DAEE
Fonte: DAEE, 2017

E, em 1991, foi promulgada a Lei Estadual nº 7.663, que estabeleceu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SÃO PAULO, 1991).

1.6.1 Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei estadual nº 7.663/91

A política de recursos hídricos implementada no estado de São Paulo assemelha-se bastante com a política nacional, uma vez que a experiência paulista serviu como um modelo para a elaboração da nacional (LEAL, 2000).

Ela está consolidada na Lei nº 7.663/91, que regulamentou o Artigo 205 da Constituição Estadual, principalmente com relação ao modo de gestão descentralizada, participativa e integrada, com a participação dos órgãos estaduais, municipais e da sociedade civil, a partir de um sistema integrado de gerenciamento (Figura 3).

A gestão descentralizada está relacionada à divisão do estado de São Paulo em unidades descentralizadas de gestão (22 Unidades de Gerenciamento - UGHRI que

cobrem todo o Estado), bem como, com às instalações dos Comitês de bacias hidrográficas.

Com relação à gestão participativa, ela é formada por representantes do estado, dos municípios e da sociedade civil organizada, ou seja, trata-se de uma composição tripartite e paritária entre estes três componentes nos colegiados, nas diversas instâncias do Sistema Integrado.

A gestão integrada está relacionada à análise não desvinculada das águas superficiais e subterrâneas e da quantidade e qualidade das águas, e também deve compreender o uso e ocupação do solo e a cobertura vegetal (RAMOS, 2007).

Figura 3. Princípios Básicos da Política Estadual de Recursos Hídricos
Fonte: SIGRH, 2017

No âmbito das bacias hidrográficas, devem ser desenvolvidos os **Planos de Bacia**. Trata-se de instrumentos de planejamento e articulação das ações a serem realizadas nas bacias, baseados em metas, propostas e soluções com o intuito principal de recuperação dos recursos hídricos. Os integrantes dos comitês são responsáveis pela sua elaboração. Todo o processo de elaboração é dinâmico e evolutivo, devendo ser revisto constantemente. É fundamental que ele seja elaborado a partir de um amplo debate, por meio de negociações e articulações entre os atores envolvidos (GARCIA e VALENCIO, 2003).

A avaliação dos Planos é realizada a partir de relatórios anuais, conhecidos como “Relatórios de Situação”. Esses relatórios apresentam diagnósticos da bacia e acompanham se as metas contidas nos planos estão sendo cumpridas (GARCIA e VALENCIO, 2003).

A Deliberação que aprova os critérios mínimos para a elaboração do Plano de Bacia é a CRH nº 146/2012. De acordo com essa Deliberação, os Planos devem atender

às diretrizes constantes na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Devem também promover a gestão compartilhada a partir do envolvimento dos segmentos que integram o Comitê, bem como, estabelecer a compatibilização entre os recursos financeiros e as metas estabelecidas no Plano de Bacia, evitando a alocação de recursos em projetos que não contribuam diretamente na redução dos impactos negativos na Bacia (SÃO PAULO, 2012).

Já no âmbito do estado de São Paulo é instituído o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), que tem como base os planos de bacias hidrográficas. Ele deve conter os critérios gerais para o gerenciamento, através de metas de curto, médio e longo prazos, com o objetivo de atingir índices progressivos de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos da bacia (SÃO PAULO, 1991)

O primeiro Plano Estadual elaborado foi editado em 1990 (Decreto nº 32.954/91), antecedendo a própria Lei 7.663/91. O intuito desse plano era realizar um diagnóstico da situação dos recursos hídricos no Estado (ALVIM, 2003). Para o período de 1994/1995, foi elaborado mais um Plano, porém, esse aprovado por Lei (Lei Estadual nº 9.034/94). Esse Plano foi importante principalmente por aprovar a divisão do Estado de SP em 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e por definir 12 Programas de Duração Continuada, que englobam os principais temas a serem levantados e financiados para a gestão, recuperação e proteção das bacias hidrográficas (PARENTE, 2007). Esses primeiros PDCs estão contemplados no Anexo 1.

Os próximos Planos foram os com vigência de 1996/1999, 2000/2003, que não trouxeram mudanças significativas nem foram aprovados por Lei. Já o Plano 2004/2007 alterou a quantidade de PDCs (passando de 12 para 8), porém, sem alterar os temas abordados (PARENTE, 2007).

Todos os Planos desenvolvidos foram compostos por metas estratégicas e metas gerais. As estratégicas têm o intuito de traduzir os objetivos permanentes do Estado, enquanto as gerais devem apresentar as ações a serem realizadas para se alcançar as estratégicas. É diante desse cenário que entram os PDCs, com o objetivo de traduzir essas metas gerais em Programas a serem desenvolvidos na bacia hidrográfica, de acordo com a prioridade de cada uma (SÃO PAULO, 2006).

Como esse novo modelo de PDCs não foi aprovado em Lei (o Plano Estadual 2004/2007 não foi aprovado em assembleia legislativa), alguns Comitês ainda enquadraram os empreendimentos nos 12 PDCs anteriores.

Alguns anos depois, com o retorno da Coordenadoria de Recursos Hídricos à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos foi elaborado o Plano Estadual 2012/2015. Esse plano não alterou a quantidade e nem o teor dos PDCs apresentados no plano anterior (SÃO PAULO, 2014).

Por fim, em 2016, foi aprovada a Lei nº 16.337/2016, que estabeleceu diretrizes e critérios gerais para a elaboração e monitoramento do novo Plano Estadual de RHs, e determinou que o Plano deverá ser aprovado pelo CRH em até 180 dias a partir da sua publicação. Os novos PDCs foram revisados pelo CRH, passando a vigorar com a seguinte descrição, exposta no Quadro 2 (SÃO PAULO, 2016).

Esses oito novos PDCs servirão de base para o enquadramento dos novos projetos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO.

Outro importante instrumento que está diretamente relacionado aos Planos de Recursos Hídricos do Estado é a **Outorga** do direito de uso dos recursos hídricos. O direito de acesso à água é um direito fundamental, sendo assim, o domínio exercido pela União e Estados sobre a água não deve se traduzir em direito de propriedade; ou seja, não há o direito de usar a água como bem se entender, mas sim há o dever de fazer a gestão dos recursos hídricos com o intuito de atender às necessidades da população. Essa gestão manifesta-se a partir da emissão da outorga do direito de uso (SOUSA et al, 2006).

A outorga é um ato administrativo, de autorização ou concessão, no qual o Poder Público faculta ao outorgado a garantia de determinada vazão de água por um limitado período de tempo, nos termos e condições expressas no respectivo ato. O uso refere-se à captação de água para processo industrial ou irrigação, ao lançamento de efluentes industriais ou urbanos, ou ainda à construção de obras hidráulicas como barragens, canalizações de rios, execução de poços profundos, entre outros (DAEE, 2017).

O poder outorgante (Governo Federal, Estados ou Distrito Federal) é o responsável por analisar os pedidos de outorga para assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso, com o intuito de viabilizar o atendimento aos usuários. Cabe destacar que a outorga não implica na alienação parcial das águas, que são inalienáveis, implica apenas no direito de uso por tempo determinado (KELMAN, 1997).

No Estado de São Paulo cabe ao DAEE o poder de outorgante, por intermédio do Decreto nº 41.258/96, de acordo com o artigo 7º das disposições transitórias da Lei 7.663/91 (DAEE, 2017).

Quadro 2. Programas de Duração Continuada – PDC do PERH 2016/2019

PROGRAMA DE DURAÇÃO CONTINUADA – PDC	DESCRIÇÃO
1. Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos – BASE.	Compreende a produção de estudos técnicos e o desenvolvimento de Sistemas de Informação, bem como a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos. Abrange também as atividades de monitoramento e divulgação de dados relativos à qualidade e à quantidade dos recursos hídricos, além de outras ações atreladas a base de dados, cadastros, estudos e levantamentos.
2. Gerenciamento dos Recursos Hídricos – PGRH.	Contempla as atividades de apoio às entidades básicas do SIGRH e à implementação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos, assim como a articulação com os demais entes federativos, suas entidades e com organismos internacionais. Compreende também a promoção da participação do setor privado, além de outras ações atreladas ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos.
3. Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água – RQCA.	Abrange o tratamento dos efluentes dos sistemas de esgotamento sanitário, das ETAs, dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos e das fontes difusas de poluição, bem como disposição final dos lodos das ETEs e projetos e obras de prevenção e contenção da erosão. Abrange também outras ações atreladas à recuperação da qualidade dos corpos d'água.
4. Conservação e Proteção dos Corpos D'Água – CPCA.	Compreende estudos de viabilidade relativos à implementação da Política Estadual de Proteção e Recuperação dos Mananciais (Lei nº 9.866/97), ações de recomposição da vegetação ciliar, da cobertura vegetal e de disciplinamento do uso do solo, além de parceria com municípios para proteção de mananciais locais de abastecimento urbano. Compreende também outras ações atreladas à conservação e proteção dos corpos d'água.
5. Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos – URRH.	Contempla o fomento à racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano, em atividades industriais e no setor agropecuário. Contempla também outras ações atreladas à promoção do uso racional dos recursos hídricos.
6. Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos – AMRH.	Abrange estudos, projetos e obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, o incentivo à cogestão e rateio de custos com os setores usuários. Abrange também o aproveitamento do potencial da navegação fluvial e do potencial hidrelétrico remanescente, além de outras ações atreladas ao aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos.
7. Prevenção e Defesa contra Eventos Hidrológicos Extremos – PDEH.	Compreende a elaboração de Planos de Macrodrenagem Urbana, a operação de sistemas de alerta, radares meteorológicos e redes telemétricas, bem como projetos e obras de desassoreamento, retificação, canalização de cursos d'água e de estruturas para contenção de cheias. Compreende também outras ações atreladas à prevenção e defesa contra eventos hidrológicos extremos.
8. Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social – CCEA.	Contempla treinamento, capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.

Fonte: SÃO PAULO, 2016

A Portaria do DAEE mais recente que dispõe sobre procedimentos da outorga de direito de uso de domínio do Estado de São Paulo é a Portaria nº 1630/17 (que substituiu a Portaria DAEE nº 717 de 12 de dezembro de 1996).

De acordo com essa Portaria, a outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Bacias Hidrográficas e no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ela também detalha os usos que dependem de outorga:

“a execução de obras ou serviços que possam alterar o regime, a quantidade e a qualidade de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos; a execução de obras para extração de águas subterrâneas; a derivação de água do seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo, para fins de abastecimento urbano, industrial, agrícola e outros; o lançamento de efluentes nos corpos d’água, como esgotos e demais resíduos líquidos tratados, nos termos da legislação pertinente, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final” (DAEE, 2017, p.6).

A novidade trazida pela Portaria nº 1630/17 é que as concessões, autorizações e licenças passam a ser transferíveis, e os critérios de vazões de água considerados insignificantes passarão a ser estabelecidos nos planos de recursos hídricos. Trata-se de mudanças significativas uma vez que as definições dessas vazões insignificantes vão impactar diretamente em um outro instrumento importante, o da Cobrança pelo Uso da Água.

O instrumento da **Cobrança pelo Uso da Água** foi criado com o intuito de garantir o uso racional de um bem público de valor econômico. Diante desse objetivo, a cobrança no Estado de São Paulo já estava prevista na própria Constituição Estadual de 1989 (art. 211): “(...) a utilização dos recursos hídricos será cobrada segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica, na forma da lei.” (SÃO PAULO, 1989). Com o advento da Lei 7.663/1991, houve o reforço desse mecanismo, com a definição de critérios e metodologias. De acordo com ela, a cobrança deveria considerar a classe de uso preponderante em que for enquadrado o corpo de água, a vazão captada, o consumo efetivo, a finalidade a que se destina, entre outros (SÃO PAULO, 1991).

De acordo com Bello e Valencio (2003), a política de valoração dos recursos hídricos está baseada nos princípios “poluidor-pagador” e “usuário-pagador”. Trata-se de princípios que tentam transmitir a lógica de justiça social a partir da ideia de racionalidade econômica.

Para Granziera (2000), o princípio “poluidor-pagador” mostra que se todos têm direito a um ambiente limpo, deve o poluidor pagar pelo dano que provocou. Já o

princípio “usuário-pagador”, preconiza que se deve pagar pela utilização da água, em detrimento dos demais.

A materialização propriamente dita da Lei da Cobrança teve início com o Projeto de Lei nº 20/98. Esse PL já contava com critérios bem definidos de que tipo de utilização seria cobrada e as sanções em caso de inadimplência. Até ser aprovado, houve diversas propostas de emendas, as principais voltadas a isenções de atividades rurais (PEREIRA, 2002). Ainda no tocante ao PL, Campos e Fracalanza (2010, p.375) ressaltam que:

“(...) foi somente em 1997 que o anteprojeto de lei (PL 20) foi objeto de audiências públicas. Este anteprojeto passou por muita negociação – a maior resistência era dos usuários industriais e agrícolas e de seus ‘representantes’ na Assembleia Legislativa” (CAMPOS, 2008 *apud* CAMPOS e FRACALANZA, 2010, p.375).

E, após uma longa tramitação, o PL 20 foi retirado e substituído pelo PL 676/00, sendo então convertido na Lei nº 12.183/2005, que estabeleceu procedimentos para fixação dos limites, condicionantes e valores da cobrança em São Paulo, e que foi regulamentada pelo Decreto nº 50.667/2006.

1.6.2 Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

De acordo com Gomes e Barbieri (2004), o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) foi implementado com o intuito de possibilitar o estabelecimento de uma rede eficiente de gerenciamento das águas no Estado de SP. Possui como objetivo principal executar a política de recursos hídricos e assegurar meios financeiros para a sua utilização, proteção e recuperação. De acordo com a Lei 7.663/91, o Sistema, cuja dinâmica é apresentada na Figura 4, é composto por:

- I. Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH): com caráter consultivo e deliberativo;
- II. Comitê Coordenador do Plano Estadual de RHs (CORHI): de caráter mais técnico;
- III. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO): trata-se da estrutura financeira.

Figura 4. Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos de São Paulo
Fonte: SIGRH, 2017

Na sequência é realizada uma descrição sucinta dos componentes desse Sistema.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

O CRH é um colegiado consultivo, normativo e deliberativo, com a responsabilidade de formular, implantar, e acompanhar o desenvolvimento da Política Estadual de Recursos Hídricos. Ele é composto por representantes dos órgãos estaduais, municipais e sociedade civil (ALVIM, 2003).

Inicialmente, quando foi criado, em 1987, ele era composto apenas por representantes da Secretarias do Governo do Estado. Já possuía a incumbência de propor ações relativas à gestão de recursos hídricos de São Paulo, a estruturação do SIGRH e a elaboração de Plano Estadual de Recursos Hídricos. Contudo, em 1993, a sua estrutura foi readaptada, com base na Lei Estadual nº 7.663/1991, houve uma reformulação na sua composição, sendo atualmente formada por representantes do Estado, municípios e sociedade civil, tornando-se, desta forma, um colegiado tripartite. Esta reorganização foi resultado de articulações entre diversos segmentos sociais e de um momento de reabertura política do país que refletiu nas mais diversas instituições (ALVIM, 2003).

Atualmente, é constituído por 33 conselheiros, sendo 11 de cada segmento (Estado, município, sociedade civil). Integram o CRH os titulares, ou seus representantes, das seguintes Secretarias de Estado (SIGRH, 2017): Saneamento e Recursos Hídricos,

que o presidirá; Meio Ambiente, que será seu vice-presidente; Educação; Planejamento e Desenvolvimento Regional; Agricultura e Abastecimento; Saúde; Logística e Transportes; Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; Fazenda; Energia, e; Desenvolvimento Metropolitano (casa Civil).

São também integrantes do CRH onze representantes dos Municípios eleitos por seus pares (de cada grupo de bacia hidrográfica): 1º Grupo: Alto Tietê; 2º Grupo: Paraíba do Sul e Serra da Mantiqueira; 3º Grupo: Litoral Norte e Baixada Santista; 4º Grupo: Ribeira de Iguape/Litoral Sul e Alto Paranapanema; 5º Grupo: Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema; 6º Grupo: Aguapeí/Peixe e Baixo Tietê; 7º Grupo: Tietê/Jacaré e Tietê Batalha; 8º Grupo: Turvo/Grande e São José dos Dourados; 9º Grupo: Sapucaí Mirim/Grande e Pardo/Grande; 10º Grupo: Pardo e Mogi/Guaçu, e; 11º Grupo: Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

E onze representantes da sociedade civil, dos seguintes segmentos: Usuários industriais de recursos hídricos, agroindustriais, agrícolas, do setor de energia elétrica, usuários de recursos hídricos para abastecimento público, associações especializadas em recursos hídricos, e entidades ambientalistas.

Possui como principais competências a aprovação de projetos de Lei relacionados ao Plano Estadual de Recursos Hídricos; a aprovação dos Relatórios de Situação; o advento de diretrizes para a elaboração de programas anuais para a aplicação dos recursos FEHIDRO, entre outras (SÃO PAULO, 1991).

Comitê de Bacia Hidrográfica

Os Comitês de bacias são colegiados regionais responsáveis pela formulação de programas e projetos a serem desenvolvidos na bacia, de acordo com as diretrizes gerais do Plano. A sua formação representa o grande diferencial no quesito político-institucional, uma vez que respeita a paridade de votos entre os representantes do Estado, dos municípios e da sociedade civil organizada.

Esses colegiados possuem como característica principal a aprendizagem social, associada à articulação política e tecno-burocrática. Devem privilegiar os processos de negociações e pactos entre os vários atores envolvidos. Eles são compostos por um presidente e um vice-presidente (normalmente um prefeito e um da sociedade civil) e uma secretaria executiva (um órgão estadual, geralmente o DAEE). Com relação aos representantes do Estado, eles são eleitos entre seus pares, entretanto, as entidades do

Estado são fixadas por lei, assim como os municípios que compõem a bacia. A sociedade civil organizada possui a maior rotatividade, uma vez que é composta por várias instituições (ONG ambientalistas, universidades, entidades de pesquisa, representantes de usuários, entre outros) (CARVALHO, 2011).

A Lei 7.663/91, complementada pela Deliberação CRH nº 02/1993, aprovou as normas gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias. De acordo com essa Deliberação, a participação dos integrantes se dará a partir de regras a serem definidas nos estatutos internos de cada Comitê, ou seja, de acordo com as peculiaridades regionais, porém, devendo observar as seguintes diretrizes (SÃO PAULO, 1993): no caso dos representantes dos Municípios a escolha se dará a partir de reunião plenária com a participação dos Prefeitos ou de seus representantes; os representantes do Estado deverão ser indicados por entidades que possuam atuação na bacia hidrográfica correspondente, e; os representantes da sociedade civil serão indicados por entidades que possuam sede na própria bacia hidrográfica.

Os primeiros comitês a serem criados foram os das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) e Alto Tietê (AT). Sua criação foi em função dos intensos problemas e conflitos em torno dos recursos hídricos nessas regiões. Posteriormente, com a criação das 22 UGRHIs a partir do Plano Estadual 1994/1995, houve a formação dos novos Comitês, tendo o Comitê do PCJ como referência. Na época foi formado um Grupo Executivo (GEX) que ficou responsável por divulgar a 7.663/91 por todos os municípios do Estado, com o intuito de motivar as pessoas na formação e participação dos Comitês. A sua maior dificuldade foi obter a participação da sociedade civil no processo (ALVIM, 2003).

Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI)

O CORHI possui a função de prestar apoio ao CRH e aos Comitês. Ele coordena a elaboração do Plano Estadual, levando em consideração todas as propostas trazidas pelos Comitês. Também deve elaborar os relatórios anuais de situação dos recursos hídricos por Bacia Hidrográfica (SIGRH, 2017).

Ele também apoia tecnicamente tanto o Conselho quanto os Comitês. Todas as propostas que são levadas para discussão ou para deliberação do Conselho devem passar primeiro pelo CORHI, onde é realizada uma análise preliminar do assunto pelos técnicos e, em seguida, são levantadas todas as documentações necessárias (ALVIM, 2003).

Sua composição é constituída por um coordenador da Coordenadoria de Recursos Hídricos, pelo representante da Secretaria do Meio Ambiente, pelo Superintendente do DAEE, pelo Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e um representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SIGRH, 2017).

Agências de Bacia

De acordo com a Lei 7.663/91, as Agências de Bacia são entidades jurídicas, com estruturas administrativas e financeiras próprias, exercendo as funções de Secretaria Executiva do Comitê, ou seja, trata-se de braços executivos devidamente aparelhados (SÃO PAULO, 1991).

A princípio, a criação das Agências está condicionada às Bacias onde os problemas relacionados aos recursos hídricos se justifiquem. Sua criação está vinculada à decisão do Comitê e deve ser aprovada pelo CRH. Entre suas funções, estão a elaboração dos relatórios anuais de situação dos recursos hídricos e dos planos de bacias quadrienais, submetendo-os posteriormente ao Comitê e ao CORHI, bem como, o gerenciamento financeiro dos recursos do FEHIDRO, dentro dos critérios estabelecidos pelo Comitê (SÃO PAULO, 1991).

Martins (2012), esclarece que, a Lei 7.663/91 determinava que as Agências somente poderiam ser criadas com o advento da Cobrança pelo Uso da Água na Bacia. Entretanto, a Lei Estadual nº 10.020/98 autorizou a sua criação independentemente de ser instaurado o instrumento da cobrança, desde que fosse efetivada a adesão de 35% dos municípios que fazem parte da bacia e que contenham 50% da população dessa bacia (MARTINS, 2012). Essa Lei também mostra que as agências serão dirigidas por três

órgãos com suas respectivas atribuições: o conselho deliberativo, a diretoria e o conselho fiscal (SÃO PAULO, 1998). O Conselho Deliberativo é composto por 5 membros indicados pelo Estado, e por 12 membros indicados pelo CBH, sendo 6 dos municípios e 6 da sociedade civil, eleito entre seus pares. Já o Diretor Presidente será indicado pelo Comitê de Bacia e eleito pelo Conselho Deliberativo. Ao Conselho Fiscal compete acompanhar os atos da administração da Agência e verificar o cumprimento das normas legais, nos termos previstos no Estatuto e no Regulamento Interno.

A criação das Agências tornou-se importante pelo fato dos organismos do Estado (responsáveis pela Secretaria Executiva), não conseguirem compatibilizar suas funções cotidianas nas carreiras com as funções no Sistema, caracterizando assim nítida sobrecarga de trabalho. Diante desse cenário, as Agências viriam suprir essa necessidade, possuindo um quadro de funcionários destinados exclusivamente para desempenhar as tarefas do Sistema de Recursos Hídricos, tornando o gerenciamento mais eficiente (ALVIM, 2003).

1.7 Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO

O FEHIDRO é a instância econômico-financeira do SIGRH, cujos recursos têm o objetivo de dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos. A sua gestão é supervisionada por um Conselho de Orientação (COFEHIDRO). Esse Conselho é responsável por orientar a política de financiamento de projetos enquadrados nas prioridades estabelecidas nos Planos de Bacia, bem como, deliberar anualmente sobre o montante de recursos disponíveis para custeio que serão distribuídos entre os destinatários mediante critérios de rateio aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

O Fundo foi concebido para financiar ações na área de recursos hídricos, de médio e longo prazos, com o intuito de melhorar os processos decisórios e a eficiência na implementação das ações, impactando assim na qualidade dos corpos hídricos.

A Lei nº 7.663/1991, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e criou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, definiu que a aplicação desses recursos deverá ser orientada pelo Plano Estadual. Apesar de possibilitar duas modalidades de financiamento – reembolsável e não reembolsável (a fundo perdido) – orientou que, preferencialmente, as aplicações devem ser realizadas por empréstimos, ou seja, na modalidade reembolsável (SÃO PAULO, 1991).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos, revisado por meio da Lei nº 16.337/2016, detalha diversos Programas que englobam as principais matérias a serem tratadas visando a recuperação e a proteção das Bacias Hidrográficas, os novos PDCs, nos quais os projetos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO devem estar enquadrados (SÃO PAULO, 2016). Tais programas haviam sido primeiramente definidos por meio da Lei nº 9.034/1994 (SÃO PAULO, 1994).

Os recursos do FEHIDRO provêm majoritariamente da compensação financeira que o Estado recebe em decorrência dos aproveitamentos hidroenergéticos em seu território e do resultado da cobrança pela utilização de recursos hídricos (SÃO PAULO, 1991).

De acordo com Tesch (2012), as características mais inovadoras desse fundo, estão relacionadas ao fato de seus critérios de distribuição serem definidos a partir de ampla discussão baseada nos Planos de Bacias. Os projetos financiados são decididos no Comitê, e, posteriormente, são avaliados, monitorados e referendados por Agentes Técnicos.

Quanto à estrutura organizacional, ela é composta pelo COFEHIDRO, responsável pela supervisão da aplicação dos recursos; a SECOFEHIDRO, secretaria que administra o Fundo; o Agente Financeiro, que celebra e gerencia os contratos; e os Agentes Técnicos, que emitem parecer sobre a viabilidade técnica dos empreendimentos. Nas Figuras 6 e 7, são mostradas as tramitações dos pedidos de financiamento.

Figura 6. Etapas das tramitações dos pedidos de financiamento
Fonte: FEHIDRO, 2015

Após a fase de hierarquização e seleção dos projetos ocorridas no Comitê, tem-se o seguinte fluxograma do processo (Figura 7) para a fase de aprovação e execução do contrato.

Figura 7. Fluxograma para a aprovação e execução dos contratos FEHIDRO: (a) fase de aprovação; (b) fase de liberação das parcelas
Fonte: FEHIDRO, 2015

1.7.1 Compensação Financeira

A Compensação Financeira foi instituída por meio da Lei nº 7.990/89. Ela é destinada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios. Trata-se de um instrumento que busca ressarcir os municípios atingidos pela água dos reservatórios de hidrelétricas e aqueles onde se instalam as usinas.

A Lei nº 9.984/98 alterou o percentual a ser pago pelas concessionárias para exploração de potencial hidráulico (passou de 6% para 6,75% do valor da energia elétrica

produzida). Desse percentual, 6% são destinados aos Estados (45% desse valor), Municípios (também 45% do valor) e órgãos da adm. da União (10%). Já os 0,75% restantes são destinados ao Ministério do Meio Ambiente para aplicação na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). O entendimento é que essa última parcela é propriamente a cobrança pelo uso da água do setor elétrico. Essas percentagens são inseridas sobre a energia total gerada, multiplicada pela tarifa vigente.

A quantificação de áreas inundadas dos municípios em cada central hidrelétrica foi estabelecida pela Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 87/2001 (CARVALHO, 2010).

Cada Estado determina qual a porcentagem da compensação financeira será destinada ao Fundo de Recursos Hídricos. No caso do Estado de São Paulo, 70% desses recursos são destinados ao FEHIDRO, ou seja, para o financiamento de projetos voltados à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos (porcentagem prevista em Lei). Os outros 30% vão para um fundo de pesca.

CrITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em sua Deliberação nº 147/2012, trata da distribuição dos recursos de investimento do FEHIDRO provenientes da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica entre as Unidades de Gerenciamento paulistas. De acordo com essa Deliberação, os critérios adotados são de natureza socioeconômica, de criticidade hídrica e de planejamento e gerenciamento (SÃO PAULO, 2012).

Os indicadores socioeconômicos têm o objetivo de permitir relacionar as UGRHIs que possuem piores condições de arrecadação e riqueza. A essas UGRHIs serão destinados um valor maior de compensação, com o intuito de possibilitar aos agentes locais condições para executar ações de melhoria na gestão dos recursos hídricos. Aos três indicadores socioeconômicos são reservados 20% do total dos recursos a serem distribuídos. Tratam-se de indicadores relacionados ao Índice Paulista de Responsabilidade Social, às Áreas de Conservação e às Áreas Inundadas.

Os próximos indicadores são os relacionados à criticidade hídrica. Eles possuem o objetivo de proporcionar condições para investimentos voltados a combater as criticidades existentes. Serão reservados 40% do total dos recursos a serem distribuídos.

Quanto maior a criticidade, maior a proporção de recursos destinados à UGRHI, de forma a manter a racionalidade de maiores criticidades significarem mais recursos, desde que, ou na proporção, que o CBH esteja aplicando seus recursos para combater a respectiva criticidade. Para esse caso, temos os seguintes indicadores: Demanda e Disponibilidade, Suscetibilidade à Erosão, Carga Orgânica Remanescente e Disponibilidade, e Vulnerabilidade à Contaminação das Águas Subterrâneas.

Por fim, há os indicadores relacionados ao planejamento e gerenciamento. O objetivo desses indicadores é demonstrar o avanço na implementação e no aprimoramento dos instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos aos quais se reservaram 40% do total dos recursos. São eles: Planos de Bacia e Enquadramento dos Corpos d'água, Relatórios de Situação, Monitoramento Hidrológico e Cobrança pelo Uso da Água.

O resumo dessa distribuição pode ser observado na Figura 8.

Figura 8. Distribuição dos recursos do FEHIDRO provenientes da compensação financeira, agrupados por indicadores: (a) socioeconômicos; (b) criticidade hídrica; (c) planejamento e gerenciamento

Fonte: São Paulo, 2012

1.7.2 Cobrança pelo Uso da Água

Mecanismos da Cobrança

Todos os usuários que utilizam os recursos hídricos estão sujeitos à cobrança, com exceção dos que utilizam água para uso doméstico de propriedades ou pequenos núcleos populacionais no meio rural, quando independer de outorga de direito de uso (SÃO PAULO, 2005). Os recursos arrecadados devem ser destinados aos comitês de bacias de origem, com o intuito de financiar estudos, programas, projetos, serviços e obras definidos nos Planos de Recursos Hídricos.

O cálculo da cobrança é baseado em três parcelas: volume de água captado, extraído ou derivado; volume de água consumido (parcela que não retorna ao manancial); e cargas lançadas nos corpos d'água. O preço final a se pagar é obtido a partir da multiplicação entre o preço unitário básico (estipulado pelo Comitê) e os coeficientes ponderadores. Esses coeficientes são utilizados com o propósito de estimular determinado tipo de uso em detrimento de outros (DAEE, 2005).

De acordo com DAEE (2005, p.3):

“Os coeficientes ponderadores retratam as diferentes condições dos usuários, entre outras: do tipo do manancial, da classe do rio, da finalidade, da localização quanto à zona de recarga de aquíferos, e da sazonalidade, visando incorporar as peculiaridades regionais e locais. Por exemplo, a abundância ou a escassez de recursos hídricos, e os seus reflexos nos preços, seriam representados através desses coeficientes multiplicadores” (DAEE, 2005, p.3).

Pode-se afirmar que há diferença entre os coeficientes ponderadores, com o intuito de incentivar ou penalizar os usuários, permitindo a diferenciação dos valores a serem cobrados. O Decreto Estadual nº 50.667/06 detalha os treze coeficientes ponderadores existentes no estado de São Paulo, apresentados no Quadro 3.

Os seus valores são estipulados pelos Comitês e devem ser referendados pelo Conselho Estadual. Tomando como exemplo o Comitê do Sorocaba e Médio Tietê, são apresentados os valores dos coeficientes adotados (Tabela 1).

Quadro 3. Coeficientes Ponderadores utilizados na Cobrança pelo Uso da Água

COEFICIENTES PONDERADORES	
X ₁	Natureza do corpo d'água, superficial ou subterrâneo
X ₂	Classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água
X ₃	Disponibilidade hídrica local
X ₄	Grau de regularização assegurado por obras hidráulicas
X ₅	Volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação
X ₆	Consumo efetivo ou volume consumido
X ₇	Finalidade do uso, público, alternativa ou industrial
X ₈	Sazonalidade
X ₉	Características dos aquíferos
X ₁₀	Características físico-químicas e biológicas da água
X ₁₁	Localização do usuário na bacia
X ₁₂	Práticas de conservação e manejo do solo e da água
X ₁₃	Transposição de bacia, existente ou não

Fonte: SÃO PAULO, 2006

Tabela 1. Valores dos Coeficientes Ponderadores utilizados no Comitê do Sorocaba e Médio Tietê

Captação, Extração, Derivação			
Natureza do corpo d'água	X ₁	Superficial	0,90
		Subterrâneo	1,00
Classe do uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação	X ₂	Classe 1	1,10
		Classe 2	1,00
		Classe 3	0,95
		Classe 4	0,90
Disponibilidade hídrica local	X ₃	Crítica	1,00
		Média	0,95
Volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X ₅	Sem medição	1,00
		Com medição	0,90
Finalidade de uso	X ₇	Sistema Público	1,00
		Solução Alternativa	1,00
Transposição de bacia	X ₁₃	Existente	1,50
		Não Existente	1,00

Fonte: SÃO PAULO, 2009

A partir dos valores dos coeficientes ponderadores apresentados na Tabela 1, pode-se observar que, esse Comitê privilegiou a captação superficial frente à subterrânea. Também incentivou a captação em rios de classe 3 e 4, e em áreas com disponibilidade hídrica média. Os usuários que possuem medidores também receberam um incentivo. Quanto à finalidade de uso, o Comitê não optou por fazer diferenciações, deixando o valor de 1,0 para todos. Já os usuários que pretendem utilizar a água em outra bacia, ou seja, realizar uma transposição, serão penalizados.

Caracterização do Preço Unitário

Thomas (2002) traz dois exemplos de metodologias que podem ser utilizados para definição dos preços. O primeiro é a metodologia de determinação do preço unitário com objetivo de financiamento. Esse financiamento corresponde à cobertura dos custos da bacia, ou seja, dos custos de gestão e de investimento. Ainda referente ao objetivo de financiamento, há dois modos de cobrança: aquele que é baseado no preço médio e o baseado no preço público.

O modo relacionado ao preço médio é caracterizado pela divisão do montante entre os usuários. Nesse caso, todos os usuários pagam valores iguais. Já no modo de preço público, o rateio é diferenciado em função da elasticidade da demanda de cada usuário.

O segundo exemplo de metodologia detalhado por Thomas (2002) é a metodologia de determinação do preço com o objetivo de incentivar a racionalização do uso da água. Os métodos envolvidos são: o preço ótimo e o custo-efetividade. O preço ótimo é aquele que é representado pelo ponto onde os benefícios marginais se igualam aos custos marginais.

Já no método custo-efetividade, ocorre um acordo com a sociedade quanto à quantidade ótima de água. Esse método deve fornecer justamente o custo mínimo para se atingir essa quantidade ótima sugerida.

Tomando-se como exemplo o caso do Sorocaba, o valor do Preço Unitário Básico utilizado foi devido a três fatores: custos de manutenção da cobrança e da agência; valores cobrados por outros comitês; e negociação entre comitê e usuários.

Situação da Cobrança no Estado de São Paulo

De acordo com o SigRH (2017), os dois primeiros Comitês do Estado de São Paulo a implantar o instrumento da cobrança foram os da bacia Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e os da bacia Paraíba do Sul (PS), ambos em 2007. O próximo Comitê a implantar foi o Sorocaba e Médio Tietê, em 2010. Em 2012, foi a vez da Baixada Santista, seguida pelo Baixo Tietê (em 2013) e Alto Tietê (em 2014). Em 2016, o Tietê Jacaré, o Tietê Batalha e o Ribeira de Iguape e Litoral Sul entraram em cobrança. Agora em 2017, foi a vez da bacia do rio do Pardo. Sendo assim, até o presente momento, a cobrança pelo uso da água está sendo efetuada em dez bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. Os demais encontram-se em diferentes estágios de implantação (aprovada por Decreto do Governador ou em elaboração), como demonstrado na Figura 9.

Figura 9. Panorama da Cobrança nos Comitês do Estado de São Paulo

Fonte: SIGRH, 2017

1.8 Considerações Finais do Capítulo

Esse Capítulo teve como objetivo principal realizar um levantamento bibliográfico dos trabalhos científicos que tratam do tema Processo Participativo e Gerenciamento de Recursos Hídricos, com enfoque nos instrumentos da Cobrança e do Plano de Bacia.

A partir dos conceitos trazidos por Yassuda (1993), Lanna (1993) e Coimbra (1999), foi possível observar a importância de se adotar um modelo que privilegie a participação social no processo de tomada de decisão, com o intuito de se fazer com que as decisões tomadas no âmbito dos Comitês sejam sempre provenientes de pactos firmados entre os representantes das diversas entidades que o compõem.

A análise do caso brasileiro, mais precisamente no Estado de São Paulo, mostrou a importância dada ao desenvolvimento do Plano de Bacia e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, com um horizonte de 4 anos. Os Planos internalizam a figura dos Programas de Duração Continuada (PDCs), que, por sua vez, são utilizados como base para o enquadramento dos projetos a serem financiados com os recursos do FEHIDRO.

Com relação ao FEHIDRO, constatou-se que seus recursos são provenientes majoritariamente da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos e da cobrança pelo uso da água, cada um com seus critérios de arrecadação e distribuição dos valores. A compensação financeira utiliza indicadores pré-estabelecidos para a distribuição dos recursos, com o objetivo de apoiar financeiramente as UGRHIs com piores indicadores socioeconômicos e de criticidade hídrica. Já os valores da cobrança devem ser destinados ao financiamento de projetos na própria Bacia de origem.

A pesquisa sobre esse processo de distribuição dos recursos foi importante por servir de base para a análise dos projetos que foram financiados no Comitê de Bacia Hidrográfica Sorocaba e Médio Tietê.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA UGRHI 10 SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Este Capítulo tem por objetivo demonstrar as principais características da Bacia Hidrográfica em estudo, com relação à situação do Uso e Ocupação do Solo, do Saneamento Básico, do Perfil Socioeconômico e do Modelo de Gestão praticado. O objetivo principal é analisar as dificuldades/fragilidades encontradas nessa Bacia.

2.1 Localização da UGRHI

A Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (definida como UGRHI 10) está localizada no centro-sudeste do Estado de São Paulo (Figura 10). Ela possui 34 municípios com sede em seu território, dos quais 18 estão situados na Bacia do Rio Sorocaba e 16 na Bacia do Médio Tietê. O trecho do Médio Tietê compreende o rio Tietê desde a saída do Reservatório de Pirapora até a Barragem de Barra Bonita (367 km de extensão). Já o rio Sorocaba é o afluente mais importante da margem esquerda do Médio Tietê, drenando uma área de 5.269 km² e é formado pelos rios Sorocabuçu e Sorocamirim (FREITAS e MARANGON, 1998).

O rio Sorocaba é represado no município de Votorantim, formando o reservatório de Itupararanga (construído pela Light em 1912). Trata-se de um importante manancial para a região, responsável pelo abastecimento de água de grande parte da população dos municípios de Sorocaba, Votorantim, Mairinque, Ibiúna e São Roque. Após esse barramento, o rio atravessa as cidades de Votorantim e Sorocaba, que possuem um importante parque industrial (IPT, 2008).

À montante, a UGRHI recebe águas da bacia do Alto Tietê, e possui a bacia do Tietê-Jacaré a jusante. Também possui como limites as Bacia do PCJ, do Alto e Médio Paranapanema, e do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (IPT, 2008).

A UGRHI 10 foi dividida em 6 sub-bacias hidrográficas (Figura 11), três delas drenando para o rio Tietê e três que compõem a bacia do rio Sorocaba. Essa divisão pode ser visualizada no Quadro 4.

Figura 10. Localização da UGRHI 10 no Estado de São Paulo

Fonte: Relatório de Situação, 2016

Quadro 4. Sub-bacias e municípios que integram a UGRHI

Sub-Bacia	Área (Km²)	Municípios
Médio Tietê Inferior	4.141	Anhembi, Barra Bonita, Bofete, Botucatu, Conchas, Laranjal Paulista, Pereiras, Piracicaba, Saltinho, Tietê, Torre de Pedra
Médio Tietê Médio	1.025	Boituva, Cerquillo, Porto Feliz, Rafard, Rio das Pedras, Sorocaba, Tietê
Baixo Sorocaba	3.136	Alambari, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquillo, Cesário Lange, Iperó, Itapetininga, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, Sarapuí, Tatuí
Médio Sorocaba	1.212	Alumínio, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Iperó, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Sorocaba, Votorantim
Médio Tietê Superior	1.388	Araçariguama, Cabreúva, Cajamar, Elias Fausto, Indaiatuba, Itapevi, Itu, Jundiaí, Mairinque, Pirapora do Bom Jesus, Porto Feliz, Salto, Santana de Parnaíba, São Roque
Alto Sorocaba	924	Alumínio, Cotia, Ibiúna, Mairinque, Piedade, São Roque, Vargem Grande Paulista, Votorantim
Total	11.828	

Fonte: IPT, 2008

Figura 11. Localização das Sub-Bacias
Fonte: IPT, 2008

2.2 Principais Características da UGRHI 10

De acordo com o Relatório de Situação (2016), a Bacia possui uma população de aproximadamente 1,9 milhões de habitantes, distribuídos em 12 km². 90% de sua população é urbana e 10% é rural. Com relação às atividades econômicas, possui um desenvolvido polo industrial, além de possuir o cultivo de cana de açúcar, de citrus e a pecuária como atividades significativas. Os principais reservatórios são a Represa Itupararanga e Barra Bonita.

Os principais rios são o Sorocaba, o Pirajibu, Sarapuí, o Peixe, Sorocamirim e Tatuí. A vazão média é de 107 m³/s e a vazão mínima ($Q_{7,10}$) é de 22 m³/s. Possui um amplo parque industrial nas áreas de telecomunicações e informática, de montagem de veículos automotivos, de refinarias de petróleo, de papel e celulose, entre outras (IPT, 2008).

Quanto às áreas protegidas, possui 3 Unidades de Conservação de Proteção Integral: Estação Ecológica do Barreiro Rico; Parque Natural Municipal da Cachoeira da Marta e Parque Natural Municipal Corredores de Biodiversidade; e 13 Unidades de Conservação de Uso Sustentável: as Áreas de Proteção Ambiental de Cabreúva, de Corumbataí-Botucatu-Tejupá (Perímetro Botucatu), de Ituparanga e do Tietê; Floresta Estadual de Botucatu e Floresta Nacional de Ipanema; e as Reservas Particulares de

Patrimônio Natural do Centro de Vivência da Natureza, Entre Rios, Floresta Negra, Meandros, Meandros II, Meandros III e Sítio Pithon.

2.3 Situação da UGRHI 10

2.3.1 Uso e Ocupação do Solo

A sub-bacia do Alto Sorocaba possui os maiores percentuais de cobertura florestal da bacia e altos índices de remanescentes de vegetação original. A principal atividade econômica dessa região é a produção agrícola, sendo considerado um importante centro produtivo de hortifrutigranjeiro para a Região Metropolitana de São Paulo (IPT, 2008).

Já o Médio-Sorocaba apresenta as mais elevadas taxas de urbanização da Bacia, bem como o maior adensamento populacional. Por outro lado, a cobertura vegetal remanescente nessa região possui índices muito baixos, com aproximadamente 4,6% em Sorocaba e 13% em Votorantim. O principal cultivo é o milho e o eucalipto (FERNANDES, 2012).

No Baixo Sorocaba a atividade que mais se destaca é a agropecuária. Essa região apresenta poucos remanescentes de cobertura vegetal natural (IPT, 2008).

Analisando a Bacia do Sorocaba como um todo, pode-se perceber que ela apresenta um predomínio de pastagem (77,45%), seguido de longe por áreas com culturas agrícolas (13,72%). Vale destacar que os remanescentes de cobertura vegetal natural não chegam a 2% do território total. Essa distribuição das classes de uso e ocupação do solo na Bacia pode ser observada na Tabela 2 (FERNANDES, 2012).

Tabela 2. Distribuição das classes de uso e ocupação do Solo

Classes de Uso e Ocupação do Solo	%	Área (km²)
Pastagem/Campo Antrópico	77,45	4.080
Culturas	13,72	722
Cobertura Vegetal Natural	1,70	89
Reflorestamento	3,03	159
Área Urbana	4,11	216

Fonte: Fernandes, 2012

Quanto aos processos erosivos, de acordo com o Relatório de Situação (2016), a Bacia possui 80 erosões lineares urbanas cadastradas e 4.228 erosões rurais. Isso se agrava quando constatamos que uma grande parte desse território corresponde à área de ocorrência do Aquífero Guarani, o que implica em maiores vulnerabilidades à contaminação. Sabe-se que essas erosões ocorrem prioritariamente em áreas de alta/muito alta suscetibilidade à erosão. A Tabela 3 nos mostra que aproximadamente 20% de toda a área da Bacia está enquadrada nessa categoria. Os municípios que apresentam o maior número de ocorrências de erosões são: Conchas (418), Porto Feliz (280), Anhembí (251), Bofete (249), Sarapuí (219) e Tietê (217). Para mitigar esse cenário, seria necessária a efetivação dos planos de controle de erosão rural em toda a UGRHI, porém, devendo-se atentar para os locais mais críticos, ou seja, para os municípios com maior suscetibilidade à erosão.

Esses processos erosivos são agravados à medida que se intensificam os adensamentos urbanos da bacia, aliados à retirada da cobertura vegetal.

A distribuição da suscetibilidade à erosão para a bacia do Sorocaba pode ser observada na Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição da suscetibilidade à erosão na Bacia do Sorocaba

Grau de Suscetibilidade	%	Área (km²)
Muito Alta	2,22	117
Alta	18,04	951
Média	6,99	369
Baixa	63,67	3.355
Muito Baixa	4,96	262
Área Urbana	4,11	217

Fonte: Fernandes, 2012

2.3.2 Saneamento Básico

O Relatório de Situação da Bacia (2016, Ano Base 2015), nos mostra que, no período analisado de 2010 a 2015, no que tange aos índices de Esgotamento Sanitário, houve uma redução de 7,2% da carga poluidora remanescente. Essa redução foi resultado de crescentes investimentos na UGRHI que proporcionou uma elevação dos índices de coleta e tratamento dos efluentes domésticos. Para que esses índices continuem a melhorar, o Relatório considera importante que haja o acompanhamento dos prazos das ações propostas nos Planos Municipais de Saneamento, bem como, incentivos a projetos de coleta e tratamento de esgotos nos municípios, além do diagnóstico do saneamento rural, que ainda é incipiente.

Outra preocupação é quanto ao manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos. A orientação proposta se dá no sentido de aumentar o atendimento à coleta de resíduos nas áreas críticas. Deve-se auxiliar os municípios mais deficitários para a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mais uma alternativa é incentivar o fomento a projetos de reciclagem e de educação ambiental a fim de reduzir a produção de resíduos. Sabe-se que nessa UGRHI há um convênio entre o Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CERISO), a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) com o intuito de desenvolver os planos municipais de resíduos sólidos, processo que deverá resultar em um plano regional de resíduos sólidos.

Quanto ao acompanhamento dos índices de qualidade da água, o Relatório (2016) primeiramente sugere que haja uma ampliação no monitoramento quali-quantitativo na Bacia, principalmente em rios tributários que ainda são pouco monitorados. E para os locais onde já há monitoramento, porém, esses índices possuem um valor reduzido, a sugestão trazida é implantar projetos de restauração de Área de Preservação Permanente (APP) em áreas rurais e projetos de controle de erosão rural e manejo adequado do solo e da produção agrícola, com o objetivo de tentar diminuir a incidência de carga difusa nos corpos hídricos.

2.3.3 Perfil Socioeconômico

No que tange à análise da dinâmica socioeconômica, o Relatório (2016) apresenta como um dos parâmetros o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). De acordo

com a Fundação Seade (2015), esse índice objetiva preservar as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade, sendo assim composto por quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados, de forma multidimensional. A Tabela 4 mostra essas variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação utilizada.

Tabela 4. As dimensões adotadas e suas respectivas contribuições para o indicador

Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador
Riqueza Municipal	Consumo residencial de energia elétrica, por ligação	25%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por ligação	25%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	25%
	Valor adicionado fiscal per capita	25%
Longevidade	Taxa de mortalidade perinatal	30%
	Taxa de mortalidade infantil	30%
	Taxa de mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos	20%
	Taxa de mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos	20%
Escolaridade	Taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos	19%
	Média da proporção de alunos do 5º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível	31%
	Média da proporção de alunos do 9º ano do ensino fundamental da rede pública que atingiram pelo menos o nível	31%
	Taxa de distorção idade-série no ensino médio	19%

Fonte: Fundação Seade, 2015

As três dimensões combinadas proporcionam uma tipologia onde é possível classificar todos os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. O Quadro 5 apresenta as categorias referentes a cada um desses grupos (FUNDAÇÃO SEADE, 2015).

Quadro 5. Critérios adotados para a distribuição dos municípios e grupos

Grupos	Categorias
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação Seade, 2015

Tomando como referência os municípios da UGRHI estudada, observamos que, no período analisado, houve uma redução significativa de municípios que estavam enquadrados no Grupo 5 do IPRS, ao mesmo tempo em que aumentou o número dos enquadrados no Grupo 3. Essa variação nos leva a crer que houve uma melhora nos indicadores sociais (passando de insatisfatórios para bons). Ainda, de acordo com a Figura 12, há dois municípios enquadrados no Grupo 5: Alambarí e Sarapuí. Ambos na Bacia do Baixo Sorocaba. O destaque vale para os municípios classificados no Grupo 1,

que são: Boituva, Porto Feliz, Sorocaba, Mairinque, Itu e Vargem Grande Paulista. Esse grupo corresponde a bons indicadores sociais e com riqueza alta. Essa distribuição pode ser visualizada na Figura 12 (RELATÓRIO DE SITUAÇÃO, 2016).

Figura 12. Distribuição dos municípios da UGRHI 10 em grupos de acordo com o IPRS

Fonte: Elaborado a partir do Relatório de Situação, 2016

2.4 Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia

A gestão dos recursos hídricos na UGRHI 10 é realizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê (BERNAL, 2012).

Em 1993 foi formado um Núcleo de Estudos Ambientais, com o objetivo de realizar um diagnóstico da situação da bacia. Os resultados mostraram uma grande carência de dados sobre a região, surgindo assim uma oportunidade para a criação de um Comitê. A partir dos esforços das organizações não-governamentais com sede na Bacia, dos representantes dos municípios e dos órgãos estatais e Secretarias de Estado, foi criado então, a partir de uma reunião no município de Itu, em 1995, o CBH-SMT (FREITAS e MARANGON, 1998).

As maiores preocupações ficaram em torno da poluição das águas do Tietê e do reservatório de Itupararanga, principal manancial da bacia do Sorocaba.

Atualmente o comitê é constituído por 34 municípios, órgãos do estado e representante da sociedade civil organizada. O comitê também possui uma Fundação

Agência de bacias dos rios Sorocaba e Médio Tietê, criado em 2003 com o objetivo de prestar apoio técnico, administrativo e financeiro (SIGRH, 2017).

O Comitê está estruturado da seguinte maneira (assegurada a paridade de votos entre estado, municípios e sociedade civil:

- I. 17 representantes designados pelo Estado, titulares e respectivos suplentes, das entidades representadas;
- II. Municípios que compreendam a região da Bacia, com direito a 17 votos. A escolha dos representantes ocorre por acordo entre os municípios membros, que se alternam na titularidade e suplência;
- III. 17 representantes titulares e respectivos suplentes da sociedade civil eleitos pelas entidades cadastradas em cada uma das categorias elencadas a seguir:
 - a) Universidades, institutos de ensino superior, entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - b) Usuários das águas, representados por entidades associativas;
 - c) Associações especializadas em recursos hídricos, entidade de classe, associações comunitárias e demais associações governamentais;
 - d) Entidades ambientalistas.

A duração dos mandatos dos integrantes do Comitê é de 02 (dois) anos, e os prefeitos municipais somente terão direito à representação durante o período de seus mandatos, sendo a função de representante vinculada ao cargo.

Para o tratamento das questões específicas, o Comitê criou as seguintes Câmaras Técnicas: Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (CTPLAGRHI); Proteção das Águas (CTPA); Saneamento (CTSAN); Eventos e Educação Ambiental (CTEEA); Cobrança (CTCOB); e Planejamento Florestal (CTPLANFLOR).

Já o seu Plano de Bacia foi aprovado em 2008 e elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Possui um horizonte de 2008 a 2019, com metas de curto, médio e longo prazo. Ao todo, foram estabelecidas quatorze metas, as quais foram aprovadas pelo CBH-SMT na Assembleia ocorrida no dia 09 de fevereiro de 2007, em Cerquilho. Tratam-se das seguintes metas: alcançar os 100% na coleta e no tratamento do esgoto urbano; implantar ou adequar os sistemas de destinação de resíduos sólidos domiciliares; atingir a universalização na distribuição e no tratamento de água; elaborar programas de combate a perdas e de prevenção às erosões urbanas de médio e grande

porte; elaborar estudos para delimitação de áreas de restrição e controle do uso das águas subterrâneas; reduzir em 30% o déficit atual de vegetação em Áreas de Preservação Permanente e em 10% o déficit atual de vegetação de Reserva Legal; recompor e operar a rede de monitoramento hidrológico; manter as bases técnicas necessárias para o gerenciamento de recursos hídricos e manter atualizados os mecanismos de capacitação e educação ambiental para todos os segmentos do Comitê (IPT, 2008). A elaboração do Plano contou com a participação de aproximadamente 120 entidades e com mais de 600 pessoas envolvidas. Todas as contribuições foram consolidadas e uma audiência pública e foram contempladas no Plano de Bacia.

2.4.1 Índice de Renovação do Segmento Sociedade Civil

O segmento Sociedade Civil é o que possui a maior quantidade de entidades diferentes que já foram representantes, são no total 107 entidades, contra 19 do Estado e 34 dos municípios. Dentre os 34 municípios, a alternância ocorre por acordo entre eles, alternando a titularidade e a suplência, porém, todos possuem vagas garantidas. Já os órgãos representantes do segmento Estado não possuem renovação, e alguns deles ainda ocupam as vagas de titular e de suplente ao mesmo tempo.

Como visto, o segmento sociedade civil possui uma grande heterogeneidade entre as entidades representantes, uma vez que é composto por quatro grandes grupos de interesses muito distintos (entidades ambientalistas, usuários das águas representados por entidades associativas, associações especializadas em recursos hídricos e institutos de ensino). Pode-se observar, a partir das Tabelas 5 a 8, que as instituições às quais os representantes fazem parte e que pertencem a este segmento possuem uma alta rotatividade nos mandatos no Comitê. Têm-se que, em média, apenas 56% dos indivíduos se mantêm de uma gestão para outra. Esse valor é referente à substituição dessas instituições ao longo das gestões.

A compilação dessas Tabelas, contendo as entidades da Sociedade Civil em todas as Gestões do CBH-SMT, é dada da seguinte forma: Associações Especializadas em RHs aparecem com um índice de permanência na casa dos 44%, seguido pelas Entidades Ambientalistas, com 53%. Os Usuários das Águas estão em segundo lugar com 60% e as entidades que permanecem por mais tempo entre as gestões são as ligadas às Universidades e Institutos de Ensino, com 67%. A média geral dessas instituições está por volta dos 56% (Tabela 9).

Tabela 5. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 1995 a 2001*

	1995-1997	1997-1999	1999-2001
Entidades Ambientistas	ICATU ICATU Núcleo Ecológico Morro de Ipanema Ass.Juventude Ecológica de São Roque ALERTA Tatuí ALERTA Tatuí AESFA AESFA	Fundação SOS Mata Atlântica Associação Juventude Ecológica de São Roque Tietê - PróTietê ALERTA Tatuí Associação Ecológica Icatu Associação de Defesa da Estrada Parque Associação Ecológica São Francisco de Assis Núcleo Ecológico Morro de Ipanema	ALERTA Tatuí Fundação Terra de Sorocaba Fundação SOS Mata Atlântica Associação Ecológica São Francisco de Assis Tietê Pró Tiete Associação Juventude Ecológica de São Roque Associação Ecológica Icatu Associação Estrada Parque de Itu
Índice de Permanência		50%	87,5%
Usuários das águas, representados por Entidades Associativas	Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de Ibiuna Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de Salto Ass. Comercial, Ind. e Agrícola de São Roque Ass. das Ind. de São Roque, Araçariguama Sindicato Rural Patronal de São Roque Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de boituva Associação das Indústrias de Salto Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiúna	Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de Salto Associação das Indústrias de Salto Sindicato Rural Patronal de São Roque Sindicato Rural de Conchas CIESP Ass. das Ind. de São Roque, Araçariguama Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibiúna Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Roque	Associação das Indústrias de Salto Associação das Indústrias de Salto Sindicato Rural Patronal de São Roque Sindicato Rural de Piedade CIESP Botucatu CIESP Botucatu CIESP Sorocaba CIESP Sorocaba
Índice de Permanência		62,5%	62,5%
Associações especializadas em RHs, de entidades de classe e associações comunitárias	Ass. dos Eng.º e Arq. de São Roque, Mairinque, Ibiúna, Araçariguama e Alumínio Ass Prot. ao Patri. Ecol. Historico e Cultural Ass. dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba Associação Regional dos Jornalistas Profissionais Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB Associação Sorocabana de Imprensa Ass. De Ensino de Botucatu Ass. De Ensino de Botucatu	Ass. dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba Instituto de Arquitetos do Brasil Ass. dos Eng. e Arq. de São Roque, Mairinque Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itu Cons. Reg. de Eng. Arquitetura e Agronomia Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de Ibiúna Ass. Comercial, Industrial e Agrícola de Ibiúna Associação Regional dos Jornalistas Profissionais	Ass. dos Eng. e Arquitetos de Sorocaba Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo Ass. dos Eng. e Arq. de São Roque, Mairinque Instituto de Desenvolvimento Regional de Salto Inst. de Arquitetos do Brasil - Núcleo Sorocaba SOS Cuestas de Botucatu Associação Sorocabana de Imprensa Assoc. Paul. de Emp. de Consul. em Saneamento
Índice de Permanência		50%	37,5%
Universidades, Institutos de Ensino	Puc SOROCABA Puc SOROCABA ETEC Fernando Prestes INEVAT NEAS - UNISO Setor de Asse. e Orientação Jurídica de Salto Faculdade de Tecnologia de Sorocaba - FATEC Inst. Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento NEAS - UNISO UNESP Botucatu	UNISO UNISO Pontifícia Universidade Católica - PUC Pontifícia Universidade Católica - PUC Faculdade de Tecnologia de Sorocaba - FATEC Faculdade de Engenharia de Sorocaba - FACENS Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT Setor de Assessoria e Orientação Jurídica de Salto Instituto de Biociências - UNESP - Botucatu Instituto Sócio Ambiental de Sorocaba - ISAS	UNISO UNISO PUC Sorocaba PUC Sorocaba Faculdade de Direito de Itu CREA Sorocaba UNESP Botucatu UNESP Botucatu Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT Setor de Assessoria e Orientação Jurídica de Salto
Índice de Permanência		80%	80%

*Em azul: Entidades da Sociedade Civil que permaneceram de uma Gestão para outra.

Fonte: Adaptado de Carvalho. 2011

Tabela 6. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2001 a 2007*

	2001-2003	2003-2005	2005-2007
Entidades Ambientalistas	Fundação SOS Mata Atlântica Associação Suçuarana ALERTA Tatuí Associação Ecológica Icatu Tietê Pró Tietê Ass. Hol. de Participação Com. Ecol. Núcleo da Terra Associação Japi Associação Terra de Proteção Ambiental	Fundação SOS Mata Atlântica ALERTA Tatuí Associação Juventude Ecológica de São Roque - AJI Associação Sussuarana Associação Ecológica Icatu Tietê Pró Tietê Associação Japi – Cabreúva Associação Terra de Proteção Ambiental	Org. da Soc. Civil de Int. Público SOS Itupararanga Entidade Ambientalista Amainan Brasil Fundação SOS Mata Atlântica Associação Ecológica Icatu Ass. Hol. de Participação Com. – “NÚCLEO DA TERRA ALERTA Tatuí Associação Japi – Cabreúva Associação Juventude Ecológica de São Roque Núcleo Ecológico Morro Ipanema ONG Itupararanga
Índice de Permanência	50,0%	50%	62,5%
Usuários das águas, representados por Entidades Associativas	CIESP Sorocaba Sindicato Rural de Piedade Associação dos Agricultores de Cabreúva Sindicato Rural Patronal de Cerquilha Assoc. dos Usuários de Rec. Hídricos de Tatuí Sindicato Rural Patronal de São Roque Associação das Indústrias de Salto UNESP Botucatu - Faculdade de Agronomia	União Agroindústria Canavieira de São Paulo Sindicato Rural Patronal de Cerquilha Centro das Indústrias do Estado de São Paulo Associação Sorocaba das Indústrias - ASSINDS Sindicato Rural Patronal de São Roque Sindicato Rural de Tatuí Ass. dos Usuários de Recursos Hídricos de Tatuí Associação das Indústrias de Salto Sindicato Rural de Piedade Sindicato Rural de Piedade	Sindicato Rural de Piedade Sindicato Rural de Porto Feliz Ass. dos Usuários de Recursos Hídricos de Tatuí ABCON CIESP SOROCABA Associação Sorocaba das Indústrias - ASSINDS Associação das Indústrias de Salto Sindicato Rural Patronal de São Roque
Índice de Permanência	50%	75%	60%
Associações especializadas em RHs, de entidades de classe e associações comunitárias	Sindicato dos Pescadores Artesanais de São Paulo Instituto de Desenvolvimento Regional de Salto Instituto VITA Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itu Ass. Paulista de Emp. de Consultoria em Saneamento Sindicato dos Eng. do Est. de São Paulo - Botucatu Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB Associação Ecológica São Francisco de Assis	Ass. Paulista de Emp. de Consultoria em Saneamento Ordem dos Advogados do Brasil – 25ª Subseção da OAB de Botucatu Assoc. Eng. Arquit. São Roque, Mairinque, Ibiúna, Araçatuba e Alumínio Associação dos Engenheiros e Arquitetos - Sorocaba SINTAEMA Associação Ecológica São Francisco de Assis REA – Conselho Regional de Eng. Arq. E Agrônomo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB - Núcleo	SINTAEMA Ass. Missionária dos Amigos e Servo do Senhor CREA – Conselho Regional de Eng. Arq. E Agronomia Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Emprego e Cidadania OAB - 24ª Subseção da OAB de Sorocaba OAB - 144ª Subseção da OAB Ibiúna/SP Associação Sorocabana de Imprensa – ASI Associação Comercial e Empresarial de Mairinque
Índice de Permanência	50%	37,50%	25%
Universidades, Institutos de Ensino	Pontifícia Universidade Católica - PUC Sorocaba UNESP Botucatu - Instituto de Biociências UNISO CREA Sorocaba Inst. Histórico Geo. e Genealógico de Sorocaba Faculdade de Direito de Itu - OSAC Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT UNIFAC - Botucatu	Universidade de Sorocaba - UNISO Pontifícia Universidade Católica - PUC Sorocaba UNESP Botucatu Faculdade de Ciências Agrônômicas - UNESP Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT Instituto Vita Faculdade de Direito de Itu - OSAC Inst. Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento	Faculdade de Direito de Itu Faculdade Evolução Faculdade de Ciências Agrônômicas - UNESP Grupo Org. Trab. Pró-Amb. de Salto de Pirapora Universidade de Sorocaba - UNISO Inst. Aruandista de Pesquisa e Desenvolvimento Instituto de Estudos do Vale do Tietê - INEVAT Grupo de Estudos e Pesquisas de Eco. Aquáticos
Índice de Permanência	60%	75%	63%

*Em azul: Entidades da Sociedade Civil que permaneceram de uma Gestão para outra.

Fonte: Adaptado de Carvalho. 2011

Tabela 7. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2007 a 2013*

	2007-2009	2009-2011	2011-2013
Entidades Ambientais	Associação Ecológica São Francisco de Assis Organização Ambientalista Amainan Brasil Ong Itupararanga Ass. Hol. – “NÚCLEO DA TERRA Associação Japi 5 Elementos Instituto de Educ. e Pesquisa Amb. SOS Cuesta Grupo Org. Trab. Pró Ambiente	SOS Itupararanga Associação Ecológica Icatu Ass. Hol. – “NÚCLEO DA TERRA Ação e Cidadania – Iperó Organização Ambientalista Amainam Brasil Associação Ecológica S. Francisco de Assis Instituto Plena Cidadania - Plenu Associação dos Gestores pela Unidade Ambiental	SOS CUESTA DE BOTUCATU Grupo de Trabalho Ambiental Geriva 5 Elementos Instituto de Educ. e Pesquisa Amb. Associação Ecológica São Francisco de Assis Inst. de Projetos e Pesquisas Sócio Ambientais Org.da Soc. Civil de Int. Púb. SOS Itupararanga Organização Ambientalista Amainan Brasil S O S MATA ATLÂNTICA Instituto Refloresta ALERTA
Índice de Permanência	40%	50%	38%
Usuários das águas, representados por Entidades Associativas	Sindicato Rural de Piedade Sindicato Rural de Porto Feliz ÚNICA Ass. dos Usuários de RH de Tatuí CIESP FIESP Sind. das Ind. de Extr. de Areia Ass. Missionária dos Amigos e Servos do Senhor Sindicato Rural de São Roque Associação dos Engenheiros da CETESB	CIESP - Sorocaba FIESP União Agroindústria Canavieira de São Paulo CIESP - Botucatu Sindicato Rural de Piedade Sindicato Rural de Porto Feliz Sind. das Ind. de Extr. de Areia Ass. dos Usuários de Recursos Hídricos de Tatuí Sintaema Sintaema	União Agroindústria Canavieira de São Paulo CIESP - Botucatu Assoc. Conc. Priv. de de Água e Esgoto Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraf CIESP - Sorocaba FIESP Ass. Miss. dos Amigos e Servos do Senhor Ass. Miss. dos Amigos e Servos do Senhor
Índice de Permanência	63%	80%	40%
Associações especializadas em RHs, de entidades de classe e associações comunitárias	CREA OAB – 24ª Subseção – Sorocaba SINTAEMA Associação Sorocabana de Imprensa Plenu Instituto Plena Cidadania Associação Ecológica ICATU Centro de Est. e Apoio ao Desenv. e Cidadania los Eng. Arquitetos e Agrônomos de São Roque e M	OAB - Secção de São Paulo - Itu Ação da Cidadania – Comitê Ibiúna Centro de Est. e Apoio ao Desenv. e Cidadania CREA CREA OAB - 24º Subseção de Sorocaba Sindicato Rural de Ibiúna Sindicato Rural de Ibiúna	Ass. dos Gestores pela Unidade Ambiental Plenu Instituto Plena Cidadania Ação da Cidadania – Comitê Ibiúna /SP Centro de Est. e Apoio ao Desenv. e Cidadania Soc. dos Jardins Novo Bandeirantes e Apino Associação dos Amigos do Bairro 25 – AA25 OAB - 24º Subseção de Sorocaba Associação Ecológica ICATU Sindicato Rural de Piedade Sind. das Ind. de Extração de Areia
Índice de Permanência	63%	50%	38%
Universidades, Institutos de Ensino	Universidade de Sorocaba – UNISO UFSCAR – Campus Sorocaba Faculdades Evolução Consórcio Intermunicipal Ribeirão Piraf Faculdade de Ciências Agrônômicas - UNESP UNESP Sorocaba Instituto de Estudos Vale do Tietê – INEVAT Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tatuí	Cooperativa de Reciclagem Renascer Instituto de Estudos do Vale do Tietê - Inevat Instituto de Estudos do Vale do Tietê - Inevat Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – Taipal 5 Elementos Instituto de Educ. e Pesquisa Amb. Unesp - Botucatu Uniso - Sorocaba Unesp - Sorocaba	Universidade de Sorocaba – UNISO UFSCAR – Campus Sorocaba UNESP Sorocaba UNESP Unesp - Botucatu Instituto de Estudos Vale do Tietê – INEVAT PUC
Índice de Permanência	50%	63%	50%

*Em azul: Entidades da Sociedade Civil que permaneceram de uma Gestão para outra.

Fonte: Dados obtidos de CBH-SMT nº 253/2011. Elaborado pelo autor.

Tabela 8. Permanência das Entidades da Sociedade Civil ao longo das Gestões de 2013 a 2015

2013-2015			
Entidades Ambientalistas	Associação Ecológica S. Francisco de Assis Instituto Cahon Instituto Plena Cidadania PLENU Instituto De Projetos e Pesquisas Sócio Amb. Associação Ecológica ICATU ALERTA SOS Mata Atlântica Instituto Refloresta	Associações especializadas em RHs, de entidades de classe e associações comunitárias	OAB 235ª Subseção - OAB de Mairinque Sindicato Rural de Piedade Sindicato Rural de Ibúna Associação dos Usuários de Recursos Hídrico Sind. das Ind. de Extração de Areia Sindicato Rural de Sorocaba Associação dos Amigos do Bairro 25 – AA25 Ação Da Cidadania – Comitê Ibiúna Associação dos Empreend. Éden E Região OAB - 24ª Subseção de Sorocaba
Índice de Permanência	50%		50%
Usuários das águas, representados por Entidades Associativas	SINTAEMA CIESP - Sorocaba Sind. das Conc. Privadas de Água e Esgoto FIESP CIESP - Botucatu União Agroindústria Canavieira de São Paulo Centro de Est. e Apoio ao Desenv. e Cidadania Consórcio Intermunicipal Do Ribeirão Piraí	Universidades, Institutos de Ensino	Universidade De Sorocaba – UNISO Universidade Federal De São Carlos - UFSCar Instituto De Estudos Vale Do Tietê - INEVAT PUC – Fundação São Paulo FUNDASP FCA – Unesp Botucatu Unesp Sorocaba Fundação Educacional Ipanema Faculdade De Tecnologia - FATEC Tatuí
Índice de Permanência	50%		83%

*Em azul: Entidades da Sociedade Civil que permaneceram de uma Gestão para outra
 Fonte: Dados obtidos de CBH-SMT nº 253/2011. Elaborado pelo autor.

Tabela 9. Compilação da participação dos representantes da Sociedade Civil em todos os mandatos

Entidades da Sociedade Civil	Índice de Permanência (%)
Ambientalistas	53
Usuários das águas, representados por Entidades Associativas	60
Associações especializadas em RHs, de entidades de classe e associações comunitárias	44
Universidades, Institutos de Ensino	67
Média Total	56

De acordo com o entrevistado da Sociedade Civil¹, o que se observa é que mesmo havendo considerável renovação das instituições de uma gestão para outra, os indivíduos em grande parte ainda se mantêm², porém, representando instituições diferentes. Assim, mais do que uma alta renovação, o que se observa é uma alta rotatividade dos indivíduos com relação às instituições. Ainda, de acordo com o entrevistado, a maior parte das pessoas que participam do Comitê, já o faz há quase 10 anos. Muitos participam representando o setor municipal e em determinado momento passam para Sociedade Civil (saem do Governo, mas possuem ou participam de uma ONG na qual continuam atuando).

Diante desse cenário de rotatividade dos atores de uma instituição para outra, ou ainda de um segmento de representação para outro, o questionamento que se faz é até que ponto esses atores de fato conseguem representar os órgãos e as pessoas que o indicaram para ser representantes. Freitas (2013), ao analisar o conteúdo da representação, observou uma forte posição ambígua por parte de alguns representantes. Em certos momentos, defendendo interesses do seu grupo atual, porém, muitas vezes o que prevalece são seus próprios interesses (interesses difusos). Para dificultar ainda mais essa situação, a representação do segmento Sociedade Civil é exercida por entidades de diversos segmentos, configurando-se em um espaço de pluralidades de atores e relações marcadas pelo conflito, consenso e cooperação. Assim, nesse contexto, não fica evidente como se dá realmente a interface dos representantes com a entidade que ele representa, bem como, qual a sua legitimidade junto ao seu público (FREITAS, 2013). Diante disso, a questão que se impõe é até que ponto essa rotatividade de atores entre as diferentes instituições,

¹ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

² Sobre Estudo de Caso que trata da permanência de representantes em CBHs, veja Fracalanza, 2017.

bem como essa diversidade de interesses entre representante/representado pode impactar negativamente o processo de representação.

2.5 Considerações Finais do Capítulo

Com esse Capítulo, foi possível compreender algumas características físicas e socioambientais da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê. Pôde-se constatar que os índices de vegetação natural remanescentes em toda a Bacia não ultrapassam 2%, o que acarreta diretamente na grande quantidade de processos erosivos. Os dados mostram que mais de 27% da área de toda a Bacia está enquadrada como de médio a alto grau de suscetibilidade à erosão, sendo a maior parte localizada na área de cobertura do Aquífero Guarani, o que agrava ainda mais a situação.

Quanto ao Saneamento Básico, o Relatório de Situação foi enfático ao afirmar que devem-se manter os incentivos a projetos de coleta e tratamento de esgotos nos municípios, com o intuito de manter crescentes os índices de coleta e tratamento de esgotos. Também mostrou a importância dada pelo Comitê a projetos na área de reciclagem e de Educação Ambiental, a fim de reduzir a produção de resíduos, bem como projetos relacionados à ampliação do monitoramento quali/quantitativo na Bacia com o intuito de se fazer um acompanhamento mais preciso dos corpos hídricos. Todas essas constatações devem ser levadas em consideração no momento da hierarquização dos projetos encaminhados ao Comitê para concorrer aos recursos do FEHIDRO.

Por fim, o tópico de gestão de recursos hídricos mostrou que há uma alta rotatividade das instituições representadas pela sociedade civil nas instâncias de gestão do Comitê. Essa informação foi constatada ao serem analisados os órgãos desse segmento ao longo de todas as gestões (Tabelas 5 a 8). Foram ao todo 107 entidades diferentes que se alternaram entre as 34 vagas existentes (Titular e Suplente). Essas 107 entidades são subdivididas em 4 grandes grupos, o que as tornam ainda mais heterogêneas.

Também pôde-se constatar que mesmo havendo essa rotatividade, os mesmos atores persistem de uma gestão para outra, apenas representando instituições diferentes ou mesmo em segmentos diferentes de representação. De acordo com Jacobi (2009), a aprendizagem social exige tempo e constância no sistema; porém, a renovação também se faz necessária, uma vez que a presença constante dos mesmos atores pode resultar em estagnações das ações dentro do Comitê.

CAPÍTULO 3

RECURSOS FEHIDRO NA BACIA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ: CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS

Esse capítulo propõe apresentar, inicialmente, os critérios que foram utilizados para a hierarquização dos projetos na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê e os temas prioritários adotados pelo Comitê ao longo de toda a sua gestão, de 1995 a 2016. Em seguida, foi feita uma análise dos tipos de projetos que foram encaminhados/aprovados, com relação ao segmento tomador, ao PDC enquadrado, à abrangência territorial e ao tipo de recurso, de modo a identificar se esses projetos financiados refletem de fato as prioridades contidas no seu Plano de Bacia, prioridades estas estabelecidas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica. Todos os projetos encaminhados nesse período estão relacionados no Anexo 2 desse trabalho.

3.1 Critérios Utilizados para Hierarquização dos Projetos na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê – Estudo das Deliberações do Comitê

Nesse item serão analisadas todas as deliberações elaboradas pelo Comitê com relação aos critérios utilizados para a hierarquização dos projetos que almejam tomar recursos do FEHIDRO. A partir dos resultados alcançados, foi possível compreender quais as áreas prioritárias adotadas pelo Comitê ao longo da sua gestão. A análise foi feita a partir de uma divisão em períodos. Esses períodos foram selecionados em função dos diferentes métodos de hierarquização utilizados e dos anseios dos representantes do Comitê para a bacia ao longo dos anos e das gestões.

Com relação à definição dos critérios de pontuação, segundo o entrevistado da Sociedade Civil³, sempre há muito debate no processo de elaboração das deliberações, entretanto, na maioria das vezes consegue-se chegar a um consenso, pois a base a ser consultada é o que está disposto no Plano de Bacia.

Quanto à participação, constata-se que há um certo equilíbrio entre os diversos atores e instituições. Contudo, deve-se considerar que os membros da Sociedade Civil não são só constituídos por ONGs, há também Universidades, órgãos profissionais

³ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

(FIESP/CIESP), Sindicatos Rurais. A questão de ser mais ou menos atuante, segundo o entrevistado está mais relacionada ao tempo de permanência do representante no Comitê do que propriamente ao segmento que ele representa. Até porque, como visto anteriormente, há uma permuta muito grande dos representantes entre as diversas categorias. Na entrevista, considera-se também que há uma maior aceitação com relação às opiniões dos técnicos mais antigos, ou seja, eles passam a ser ouvidos preferencialmente. Isso não significa que eles possuam um peso maior, apenas que suas opiniões são levadas mais em consideração na hora da tomada de decisão.

3.1.1 Período de 1995 a 2000

Esse período foi marcado pela implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê e por grande mobilização e esforços para apresentar à população a importância do Comitê para a região, bem como, a importância da participação da Sociedade Civil no processo. Os esforços também se voltaram na tentativa de elaborar um diagnóstico da realidade local. Esse diagnóstico foi efetuado a partir do Relatório de Situação de 1995, conhecido como Relatório Zero, que foi o primeiro documento realizado pelo Comitê mediante grandes esforços de mobilização da população local. A partir daí, foram definidas as diretrizes para o Gerenciamento e fornecidos elementos para a priorização dos projetos concorrentes aos recursos do FEHIDRO. Diante desse contexto, a partir das Deliberações consultadas, foi possível observar que passaram a ser priorizados os projetos que possuíam relação com a preservação e recuperação das áreas dos mananciais de Itupararanga e Barra Bonita.

No percorrer dos anos (período de 1996 a 2000), pôde-se constatar através das Deliberações CBH-SMT 07/1995, 08/1996, 26/1997, 31/1998 e 50/1999, que os projetos voltados à preservação das áreas de mananciais ainda estavam presentes na priorização. Entretanto, o Comitê passou a se preocupar também com a recuperação sanitária dos cursos d'água, priorizando projetos com o enfoque no tratamento dos esgotos urbanos. Também passaram a ser definidos como prioridade de investimentos, a promoção de programas de recuperação de áreas críticas de erosão, os programas voltados à destinação adequada de resíduos sólidos e o desenvolvimento de estudos para a caracterização da situação atual e perspectivas futuras da bacia dos Rios Sorocaba e Médio Tietê, subsidiando os Planos Diretores Municipais.

3.1.2 Período de 2001 a 2009

Já a partir de 2000, o Comitê passa por um processo de fortalecimento institucional dos seus integrantes. É nesse período que diversas reivindicações provenientes principalmente da Sociedade Civil passam a ser atendidas, e por pressão dos membros do Comitê (principalmente por membros da CTPLAGRHI e do GT Itupararanga), cria-se a Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga, a partir de mais de 4.000 assinaturas, mostrando a importância do Comitê como intermediador desse processo de negociação. É diante desse cenário que serão determinados os projetos que deverão ser financiados nesse período. Projetos voltados à Preservação e Recuperação das áreas de mananciais receberam uma alta pontuação devido a todo esse movimento de mobilização da sociedade civil no sentido de criação da APA. Trata-se também de um período de aperfeiçoamento do sistema com o amadurecimento do processo de seleção. Agora, a seleção ocorre a partir da atribuição de pesos para cada critério. Os dados consolidados dessas pontuações podem ser visualizados no Quadro 6 (elaborada com base na Deliberação CBH-SMT nº 80/2001).

Esse Quadro mostra uma tendência do Comitê, nesse período, em financiar projetos de Educação Ambiental, Recuperação dos Mananciais e Destinação dos Resíduos Sólidos. Também há a priorização de projetos de abrangência regional e de curta duração.

Para o ano de 2002, o critério relacionado à Preservação e Recuperação de Mananciais obteve um peso menor (4 pontos). Por outro lado, tratamento de esgotos passou de 3 para 5 pontos. Ainda nesse ano, projetos localizados em bacia de drenagem de manancial de abastecimento passaram a receber 3 pontos (Deliberação CBH-SMT 91/2002).

Os critérios só voltaram a ter uma alteração significativa em 2006, ano que foi dada ênfase a empreendimentos relacionados à coleta seletiva (Deliberação CBH-SMT 184/2006).

Outra mudança significativa ocorreu em 2008. Nesse ano, a pontuação para projetos relacionados à erosão disparou, passando de 2 para 15 pontos. Neste sentido, cabe ressaltar também que o Plano de Bacia de 2008 constata que a Bacia apresenta porções de muito alta e alta suscetibilidade a processos erosivos (Deliberação CBH-SMT 202/2008).

Quadro 6. Pontuações atribuídas pelo CBH-SMT a cada critério em 2001⁴

Quanto aos Objetivos do Empreendimento	
Pontos	
5	Educação Ambiental e Capacitação para Gerenciamento de RHs
5	Preservação e Recuperação de Mananciais
4	Destinação de Lixo
3	Tratamento de esgotos
2	Recuperação de Áreas Críticas de Erosão
Quanto à População Atendida	
5	Regional (Toda a Bacia)
3	Mais de 1 município
2	1 Município
1	Local
Quanto aos Prazos	
5	Início e Conclusão em até 6 meses
3	Início e Conclusão acima de 6 meses, com execução mínima de 50% nos primeiros 6 meses
1	Acima de doze meses
Quanto à Disponibilidade de Área	
5	Escritura Definitiva
4	Documentação de Emissão de Posse
3	Decretos de Utilidade Pública/Desapropriação/Servidão
2	Compromisso de Cessão de Doação
Quanto à Contrapartida	
5	Mais de 81%
4	De 61% a 80%
3	De 41% a 60%
2	De 20% a 40%

Fonte: Elaborado a partir da Deliberação CBH-SMT nº 80, 2001

Outros temas que foram bastante priorizados pelo Comitê em 2008 foram a conservação e recuperação de vegetação nativa, o monitoramento hidrológico e a capacitação ambiental, todos na ordem dos 15 pontos cada. Essa alta pontuação ocorreu em decorrência da inexpressiva cobertura vegetal nativa, apenas 13,6% do território da UGRHI, segundo o Plano de Bacia.

O próprio Plano de Bacia indica como prioridade o Tratamento de Esgoto; assim, essa área torna-se fundamental de ser considerada, ou seja, área em que o Comitê irá

⁴ Ano em que a classificação dos temas prioritários passou a ser a partir da atribuição de pontuações.

desembolsar a maior parte dos recursos (geralmente terá uma pontuação mais elevada no processo de seleção).

Segundo o entrevistado da Sociedade Civil⁵, outro ponto bastante discutido dentro do Comitê é a questão do reflorestamento/recuperação da Bacia. O que ocorre nesse caso, é que são atribuídas altas pontuações para esse tipo de atividade; porém, de acordo com o apontado na entrevista, o que falta são os tomadores apresentarem mais projetos nessa área. Isso porque o segmento que mais capta recursos no geral são os municípios, porém, com relação a esse tema, eles possuem dificuldades em encontrar áreas propícias para recomposição. Também possuem dificuldades em realizar o reflorestamento quando a área não é pública. O que eles alegam, segundo o entrevistado, é que se fizerem algo em área pública, podem ficar inviabilizados para desenvolver alguma outra atividade nessa área posteriormente.

Já em 2009, a dinâmica de hierarquização foi um pouco modificada. O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou uma nova Deliberação (Deliberação CRH n° 97/2009), que determinou que cada UGRHI deveria aplicar no mínimo 20% dos recursos nos projetos de demanda induzida relacionados à Recuperação de córregos urbanos e de mata ciliar ou nascentes.

Os projetos voltados à recuperação de córregos urbanos deveriam ter a finalidade de: melhorar as condições sanitárias dos córregos, mediante tratamento dos esgotos; recuperar os córregos com circulação das águas a céu aberto e criação de espaços públicos de lazer; envolver a população do entorno do córrego, desde a apresentação da proposta do projeto até a execução dos serviços e obras, para que a comunidade usufrua dos novos espaços criados e ajude a conservar o córrego.

Já, os projetos com o intuito de recuperar as matas ciliares e as nascentes deveriam possuir as seguintes diretrizes: elaboração de Planos Diretores de Recomposição Florestal visando à conservação de recursos hídricos; elaboração de projetos regionais ou locais de recuperação de nascentes ou de matas ciliares, com o envolvimento dos proprietários desde as fases iniciais e na manutenção das áreas; implantação de projetos de recuperação de nascentes e de matas ciliares.

⁵ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

3.1.3 Período de 2010 a 2016

O último período (2010 a 2016), ficou conhecido como o de consolidação do modelo de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A partir de 2010, temos a implementação do importante instrumento da Cobrança pelo Uso da Água e a disponibilização de mais recursos para incrementar o financiamento de projetos nas áreas prioritárias. O Comitê decidiu manter cada tema prioritário diretamente atrelado às metas do Plano de Bacia, sendo definido, de acordo com as Deliberações consultadas, que os projetos localizados em mananciais de abastecimento público continuariam a ser priorizados frente aos demais. Também passaram a ser priorizados os projetos voltados à disposição final de resíduos sólidos urbanos e à Recomposição de Mata Ciliar, principalmente em áreas com alta e média suscetibilidade à erosão, tal como demonstrado no Quadro 7 (CBH-SMT 249/2010; 265/2011; 273/2012; 307/2013; 324/2014; 342/2015; 355/2016).

Como pôde ser analisado, os critérios de priorização e hierarquização adotados pelo Comitê do Sorocaba, divulgados a partir de Deliberações anuais, possuem o objetivo de selecionar projetos que tenham foco na redução da carga poluidora dos corpos hídricos; na disposição adequada de resíduos sólidos; na ampliação e melhoria dos sistemas de drenagem e na recuperação de áreas contaminadas, sempre priorizando os projetos que possuam abrangência mais regional e que estejam interligados às áreas de mananciais. O Comitê também especifica em suas Deliberações que os projetos devem possuir mecanismos factíveis de envolvimento com a comunidade, de forma a garantir a sua sustentabilidade durante e após a sua execução. A partir de 2001, o sistema de seleção passou a ser por pontuações, tornando o processo mais claro e objetivo. Conforme foi verificado, de acordo com entrevista realizada, apesar de todos os debates existentes na hora de priorização dos projetos, na maior parte das vezes consegue-se chegar a um consenso, uma vez que a referência tem sido o que está disposto no Plano de Bacia.

Nessa atividade de proposição de critérios para a seleção de projetos, foi possível constatar a importância dos aprendizados trazidos com a Governança Ambiental. Nesse contexto, mais do que eliminar os conflitos existentes, a governança propõe administrá-los da melhor maneira, de acordo com as propostas coletivas. Para isso, é importante que sejam considerados os valores e as visões de mundo dos atores incluídos no sistema. O entendimento também deve ser baseado em um processo participativo e de aprendizagem constantes (FRACALANZA, 2016).

Quadro 7. Pontuações atribuídas pelo CBH-SMT a cada critério

Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto		Metas do Plano de Bacia: 1 e 2
Pontos		
11	Implantação de projeto aprovado, localizado em mananciais de abastecimento público	
10	Estudos e projeto executivo localizados em mananciais de abastecimento público	
10	Municípios com taxa de tratamento de esgoto abaixo de 70%	
10	Tratamento de esgoto em área rural	
5	Demais áreas e situações	
Disposição Final de Resíduos Sólidos		Meta do Plano de Bacia: 3
9	Implantação de projeto	
8	Estudos ou projeto executivo	
5	Demais situações	
Sistemas de Abastecimento de Água		Metas do Plano de Bacia: 4 e 5
5	Técnicas de uso racional	
5	Abastecimento público de comunidades isoladas	
Redução de Perdas de Água		Meta do Plano de Bacia: 6
5	Combate a perdas	
Sistema de Drenagem		Meta do Plano de Bacia: 8
5	Plano diretor de Drenagem	
Áreas Contaminadas		Meta do Plano de Bacia: 9
10	Localizadas em mananciais de abastecimento público	
7	Demais localidades, desde que gerenciadas pelo poder público municipal	
5	Demais situações	
Recomposição de Mata Ciliar		Meta do Plano de Bacia: 10
12	Implantação de projeto	
10	Estudos/projetos localizados em: APP; áreas com alta e média susceptibilidade a erosão	
8	Estudos/projetos localizados em: cabeceiras dos cursos d'água	
8	Estudos/projetos localizados em: Unidades de Conservação	
5	Estudos/projetos localizados em: Áreas prioritárias para a formação de corredores ecológicos	
Rede de Monitoramento Hidrológico		Meta do Plano de Bacia: 12
12	Recompor, adensar e operar rede de monitoramento hidrológico	
12	Instalar e/ou adensar, e operar rede de monitoramento de nível	
5	Demais situações	
Capacitação e Educação Ambiental		Meta do Plano de Bacia: 14
8	Educação Ambiental, capacitação e divulgação voltada à difusão das metas do Plano	
6	Cursos de Formação	
6	Pesquisa e Diagnóstico	

Fonte: Elaborado a partir das Deliberações CBH-SMT

A partir dessa metodologia implementada pelo Comitê, pode-se então analisar de que forma esse processo influenciou no financiamento de projetos que possam refletir de fato os anseios trazidos pelo Plano de Bacia.

3.2 Análise dos Projetos Encaminhados e Financiados pelo FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê

Com o intuito de compreender a dinâmica de implementação dos projetos na Bacia, as seguintes características foram analisadas: PDC enquadrado; segmento que tomou o recurso; duração do projeto; situação do empreendimento; compensação e cobrança, entre outras. No período analisado, de 1995 a 2016, o Fundo obteve a marca de 447 empreendimentos encaminhados e 261 efetivamente financiados. As principais ações foram relativas à capacitação e educação ambiental, coleta e tratamento de esgoto e destinação adequada dos resíduos sólidos. Desse total, 264 empreendimentos (59%) pleitearam recursos para estudos/projetos/planos, 100 (22%) para obras e 83 (19%) para serviços. Suas principais características estão descritas a seguir.

3.2.1 Projetos Encaminhados no Período de 1995 a 2016

Quando se toma como base todo o período analisado (de 1995 a 2016), os projetos encaminhados ao Comitê foram distribuídos da seguinte maneira, de acordo com as Metas estipuladas pelo Plano de Bacia do SMT (Figura 13).

Como observado na Figura 13, a maior quantidade de projetos está atrelada às seguintes metas do Plano de Bacia: 14 (adoção de mecanismos de pesquisa e capacitação tecnológica e educação ambiental para todos os segmentos do Comitê); 1 e 2 (alcance e/ou manutenção de 100% na coleta de esgoto urbano e 100% de esgoto urbano tratado); 3 (implantação e/ou adequação de sistemas de destinação final de resíduos sólidos domiciliares); e, 7 (Combater os problemas de erosão urbana de médio e grande porte em 83 feições já cadastradas).

Metas

- 1:** Alcançar e/ou manter 100% na coleta do esgoto urbano;
- 2:** Alcançar e/ou manter 100% de esgoto urbano tratado;
- 3:** Implantar e/ou ampliar e/ou adequar e/ou recuperar sistemas de destinação de resíduos sólidos domiciliares nos 34 municípios da Bacia;
- 4:** Alcançar e/ou manter a universalização na distribuição de água;
- 5:** Alcançar e/ou manter a universalização no tratamento de água;
- 6:** Elaborar programas de conservação de água, para combate a perdas, nos municípios da Bacia;
- 7:** Combater os problemas de erosão urbana de médio e grande porte em 83 feições já cadastradas;
- 8:** Elaborar Planos Diretores de Macrodrenagem Urbana, para todas as cidades com mais de 10.000 habitantes;
- 9:** Efetuar estudos para delimitação de áreas de restrição e controle do uso das águas subterrâneas, em 15 locais contaminados;
- 10:** Diminuir em 30% o déficit atual de vegetação em Áreas de Preservação Permanente;
- 11:** Diminuir em 10% o déficit atual de vegetação, de Reserva Legal;
- 12:** Recompôr, adensar e recuperar redes de monitoramento hidrológico;
- 13:** Preparar e manter as bases técnicas necessárias para o gerenciamento de recursos hídricos da Bacia;
- 14:** Adotar e manter atualizados os mecanismos de pesquisa, capacitação e educação ambiental, para todos os segmentos do Comitê.

Figura 13. Quantidade de Projetos Encaminhados e as Metas do Plano de Bacia
Fonte: Dados do SINFEHIDRO, 2017. Elaborado pelo autor

Com o intuito de compreender se essas Ações/Metas contidas no Plano de Bacia foram de fato refletidas nos projetos encaminhados/financiados com recursos do FEHIDRO, foi feito um levantamento comparando essas ações relativas a cada área e os tipos de projetos que foram encaminhados e que possuíam alguma relação com a ação designada do Plano, sendo essa divisão feita por município. Diante disso, chega-se aos seguintes resultados.

Coleta e Tratamento de Esgoto (Metas 1 e 2)

Com relação à implantação e/ou ampliação da rede coletora de esgoto e estação de tratamento de esgoto, o Plano de Bacia priorizou os seguintes municípios: Jumirim, Sorocaba, Capela do Alto, Iperó, Itu, Boituva, São Roque, Ibiúna, Cabreúva e Porto Feliz, devido a suas fragilidades à época. Observando os projetos encaminhados/financiados, foi possível observar que todos esses municípios obtiveram pelo menos um projeto financiado que possuía alguma relação com a meta estipulada. A exceção ocorreu em Itu e Cabreúva, que não receberam projetos nessa área, apesar de também terem sido considerados prioritários. As ações específicas do Plano de Bacia e os projetos encaminhados para cada tipo de segmento podem ser visualizados abaixo:

I. Ação do Plano de Bacia: **Ampliação da rede coletora e implantação de rede de afastamento de esgoto doméstico em Jumirim.**

Projetos Encaminhados: Supressão do lançamento de efluentes em córrego ao lado da Rodovia Marechal Rondon (Segmento tomador: Município, concluído); Rede coletora, emissário e sistema de tratamento (Município, concluído); Ampliação da rede de esgoto e travessia subterrânea (Município, concluído).

II. Ação do Plano de Bacia: **Construção de emissário de esgoto em Sorocaba.**

Projeto Encaminhado: Projeto executivo do emissário de esgotos - margens do rio Sorocaba (Município, concluído).

III. Ação do Plano de Bacia: **Elaboração de estação elevatória de esgoto em Capela do Alto.**

Projeto Encaminhado: Coleta e tratamento de esgotos do bairro Carcadinho (Município, concluído). O projeto intitulado “Estudos para viabilizar o alcance de 100%

do esgoto tratado no município” foi encaminhado pelo Município, porém, foi cancelado por não apresentar objetivos claros.

IV. Ação do Plano de Bacia: **Construção de estação elevatória em Iperó.**

Projetos Encaminhados: Coleta no bairro Campos Vileta (Município, em execução); Afastamento para tratamento de esgotos gerados no Pronto Atendimento do Município (Município, concluído).

V. Ação do Plano de Bacia: **Projetos para afastamento de esgoto em Itu.**

Não houve projetos na área.

VI. Ação do Plano de Bacia: **Construção de estação elevatória em Boituva.**

Projeto Encaminhado: Ampliação da rede coletora de esgoto (Município, concluído).

VII. Ação do Plano de Bacia: **Sistema de esgoto sanitário em São Roque.**

Projeto Encaminhado: Propiciar a futura implantação de sistema de afastamento e tratamento de esgoto urbanos (Estado, concluído). O projeto intitulado “Destinação adequada ao esgoto coletado nas residências de forma a não contaminar o solo” encaminhado pelo Município foi cancelado por falta de contrapartida desse segmento.

VIII. Ação do Plano de Bacia: **Ampliação da coleta e tratamento do esgoto sanitário em Ibiúna.**

Projeto Encaminhado: Implantação do sistema de afastamento e tratamento de esgotos com melhoria sanitária e ambiental (Estado, concluído).

IX. Ação do Plano de Bacia: **Implantação de sistema de tratamento de esgoto de Cabreúva.**

Não houve projetos na área.

X. Ação do Plano de Bacia: **Previsão do crescimento do município de Porto Feliz, garantindo coleta e transporte de esgoto sanitário de forma planejada.**

Projeto Encaminhado: Termo de referência para projeto básico de ETE e elevatória (Município, concluído).

A partir dos dados levantados, foi possível perceber que o processo de hierarquização conseguiu selecionar projetos que atenderam satisfatoriamente aos municípios elencados no Plano de Bacia no que tange à Meta Coleta e Tratamento de Esgotos. O segmento Município foi o que mais encaminhou projetos e obteve um alto índice de aprovação. Isso demonstra a importância desse tipo de recurso para os municípios para financiar esses tipos de empreendimentos.

Vale destacar também que foi decidido previamente entre os membros do Comitê que a prioridade da Bacia seria a coleta e o tratamento de esgotos (o que consta no seu próprio Plano de Bacia). Com isso, os debates em torno da priorização dos projetos relacionados a esse tema foram mais brandos. Foi acordado também que essa área teria uma alta pontuação, e receberia a maior parte dos desembolsos dos recursos anuais⁶.

Isso vai ao encontro do que mostram Jacobi et. al. (2014), ao tratar de aprendizagem social. A partir da constatação dos principais problemas da Bacia, pelos diversos atores envolvidos, foi possível perceber que houve um maior interesse por parte desses atores na tentativa de solucionar esses problemas levantados. A partir daí, com o encaminhamento das diferentes propostas apresentadas, foi estruturado e construído o Plano de Bacia.

Resíduos Sólidos Domiciliares (Meta 3)

De acordo com o Plano de Bacia, à época, 41,2% dos municípios apresentavam disposição final dos resíduos sólidos domiciliares em condições não adequadas. Desses, 23,5% possuíam sua disposição final em condições precárias. A meta sugerida no Plano era priorizar 4 municípios de pequeno porte e disposição final inadequada, tratam-se de: Tatuí, Conchas, Ibiúna, Botucatu e Vargem Grande Paulista. O Plano também trouxe como meta de priorização a Readequação do aterro sanitário do município de Botucatu. Os projetos encaminhados/financiados estão relacionados abaixo:

I. Ação do Plano de Bacia: Ampliação da coleta seletiva no município de Tatuí.

Projetos Encaminhados: Aumentar o número de famílias atendidas, atingindo uma meta de 50 famílias no período de doze meses (Sociedade Civil, cancelado).

⁶ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

II. Ação do Plano de Bacia: **Programa de gerenciamento integrado participativo dos resíduos sólidos gerados no município de Conchas.**

Projetos Encaminhados: Programa de gerenciamento integrado participativo dos resíduos sólidos gerados no município de Conchas (Município, concluído).

III. Ação do Plano de Bacia: **Implantação da primeira fase do aterro sanitário de Ibiúna e recuperação de área do antigo lixão municipal.**

Projetos Encaminhados: Recuperação ambiental da área degradada pelo antigo lixão municipal (Município, concluído); Implantação da primeira fase do aterro sanitário de Ibiúna (Município, concluído).

IV. Ação do Plano de Bacia: **Readequação do aterro sanitário do município de Botucatu.**

Projetos Encaminhados: Ponto de Entrega Voluntária para logística reversa; (cancelado por falta de contrapartida).

V. Ação do Plano de Bacia: **Melhoria no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de Vargem Grande Paulista.**

Projetos Encaminhados: Recuperação de área degradada por deposição de resíduos sólidos urbanos (Município, concluído).

Pôde-se perceber que, no período analisado, no que tange às principais metas voltadas aos Resíduos Sólidos Domiciliares, foi encaminhado 1 projeto por parte Sociedade Civil em Tatuí, porém, foi cancelado por não estar condizente com a meta do Plano. Em Conchas, 1 projeto por parte do município relacionado ao gerenciamento integrado participativo dos resíduos sólidos gerados foi financiado e concluído. Em Ibiúna, houve um projeto de recuperação ambiental da área degradada pelo antigo lixão municipal, já concluído e financiado para o segmento Município. Também foi encaminhado 1 projeto relacionado à coleta seletiva, porém, foi cancelado por falta de documentação. Em Botucatu, o projeto de Ponto de Entrega Voluntária para logística reversa foi cancelado pelo Agente Técnico também por falta de contrapartida. Já em Vargem Grande Paulista, foram 3 projetos cancelados, apresentados pelo segmento Município, e 1 projeto financiado também por parte do segmento Município.

No que tange aos projetos na área de Resíduos Sólidos Urbanos, foi possível perceber que houve uma demanda alta para financiar projetos nos municípios priorizados no Plano de Bacia, porém, poucos projetos foram efetivamente financiados. Os motivos, já demonstrados, vão desde falta de documentação pertinente, até projetos mal elaborados e não condizentes com as metas estipuladas no Plano. Outro fator é por conta da mudança de gestão dos prefeitos, ocasionando assim uma descontinuidade dos projetos e também pela incapacidade técnica de tocar a obra.

Combater os Problemas de Erosão Urbana de Médio e Grande Porte (Meta 7)

Para o Controle da Erosão, o Plano traz como meta primeiramente resolver os locais mais críticos, ou seja, os municípios que estão em área de maior suscetibilidade. Esses municípios estão nas Sub-Bacias MTI (Médio Tietê Inferior), e AS (Alto Sorocaba), e trata-se de: Anhembi, Bofete, Conchas, Pereiras, Porangaba, Torre de Pedra, Ibiúna e Vargem Grande Paulista. Outra preocupação quanto a esses municípios é que eles também possuem os maiores mananciais de água superficial da UGRHI 10 (Reservatórios de Itupararanga e Barra Bonita), o que agrava ainda mais essa situação. Os projetos encaminhados/financiados a esses municípios priorizados foram:

- I. Projetos Encaminhados em Anhembi: Não houve projetos.
- II. Projetos Encaminhados em Bofete: Obras de drenagem de águas pluviais para combate e prevenção à erosão nos Conjuntos Habitacionais CDHU 1 e 2 (Estado, concluído). Também foi encaminhado pelo Município o projeto relacionado à elaboração do plano diretor de drenagem urbana para controle e erosão do solo, porém, foi cancelado devido à falta de documentação.
- III. Projetos Encaminhados em Botucatu: Plano diretor de drenagem para controle de erosão em Botucatu (Município, em execução);
- IV. Projetos Encaminhados em Conchas: Plano diretor de drenagem para controle de erosão em Conchas (Município, em execução);
- V. Projetos Encaminhados em Pereiras: Não houve projetos;
- VI. Projetos Encaminhados em Porangaba: Não houve projetos;
- VII. Projetos Encaminhados em Torre de Pedras: Prevenção e defesa contra erosão do solo e o assoreamento dos corpos d'água em Torre de Pedras (Município, concluído).

VIII. Projetos Encaminhados em Ibiúna: Melhorar a qualidade das restaurações florestais com vistas à proteção e defesa contra erosão em Ibiúna (Sociedade Civil, concluído).

IX. Projetos Encaminhados em Vargem Grande Paulista: Não houve projetos.

Foi possível perceber que mesmo o Comitê definindo quais são as suas áreas críticas à erosão, e priorizando projetos nessas áreas, a quantidade de projetos encaminhados e financiados nos municípios priorizados foi reduzida, tendo ainda muitos municípios que não apresentaram nenhum tipo de projeto nessa área. Vale destacar que essas áreas críticas elencadas no Plano de Bacia estão localizadas nas Sub-Bacias Médio Tietê Inferior e Alto Sorocaba, que são justamente as áreas onde estão os Reservatórios de Barra Bonita e de Itupararanga, o que agrava ainda mais a situação.

Mecanismos de Educação Ambiental para os segmentos do CBH (Meta 14)

No que tange à Educação Ambiental, o Plano de Bacia traz como objetivo principal a preservação das áreas e a conscientização ambiental das populações. Foram priorizados os projetos que fomentem atividades de educação ambiental voltadas ao ecoturismo na região. Também foram priorizados os projetos que proporcionem a formação e o treinamento de agentes ambientais bem como os projetos de Educação Ambiental voltados à melhoria do gerenciamento de resíduos sólidos, da poluição hídrica, do uso racional da água, do combate à erosão e ao assoreamento. Nesse sentido, as ações estipuladas no Plano de Bacia e os Projetos encaminhados/financiados estão listados a seguir:

I. Ação do Plano de Bacia: **Capacitação técnica e melhoria da estruturação dos laboratórios de análise em Itu e Salto.**

Projeto em Itu: Atividades de educação ambiental, desassoreamento e reforma do viveiro de mudas. Esse projeto foi encaminhado pela Sociedade Civil, porém, foi cancelado por falta de compatibilização com as metas sugeridas.

II. Salto: não houve projetos.

III. Ação do Plano de Bacia: **Programa de educação ambiental nos Altos do Paranapiacaba – Piedade.**

Projeto Financiado em Piedade: Educação Ambiental - Altos do Paranapiacaba. Esse projeto foi encaminhado pela Sociedade Civil, porém, foi cancelado por falta de documentação pertinente.

IV. Ação do Plano de Bacia: **Programa de divulgação sobre a APA da represa itupararanga junto à rede escolar – Ibiúna.**

Projetos Financiados em Ibiúna: Disseminar alternativas de manejo apropriado da água na zona rural através da Educação Ambiental (Sociedade Civil, concluído); Promover uma campanha voltada à conscientização dos produtores agrícolas (Sociedade Civil, concluído); Propor medidas e ações que estimulem a mudança de comportamento no meio rural (Sociedade Civil, concluído); Tratar o saneamento com uma abordagem socioambiental que deverá promover não só a saúde do homem, mas o seu bem estar (Sociedade Civil, cancelado); Contribuir com a melhoria da qualidade dos recursos hídricos da microbacia do Sorocamirim (Sociedade Civil, em execução); Produção de cartilha sobre a APA de Itupararanga abordando seus aspectos gerais e principais impactos ambientais (Sociedade Civil, concluído).

V. Ação do Plano de Bacia: **Projeto líderes mirins como guardiões da água, uma nova proposta de educação ambiental, em Anhembi, Bofete, Botucatu, Cesário Lange, Conchas, Pereiras, Porangaba e Torre de Pedra.**

Projetos Financiados:

Anhembi: Desenvolver programa inovador de educação ambiental, de caráter multiplicador e efetivo (Sociedade Civil, concluído);

Bofete: não houve projetos;

Botucatu: Contribuir para consolidar as condições de conservação, manejo e recuperação dos ambientes naturais (Sociedade Civil, em execução); Construção de centro de educação ambiental em parque municipal (Município, cancelado);

Cesário Lange, Conchas, Pereiras, Porangaba, Torre de Pedra: não houve projetos.

Foi possível observar que foram apresentados muitos projetos na área, principalmente articulados pela Sociedade Civil; porém, a quantidade de projetos cancelados também foi bastante elevada, tanto no quesito ao não atendimento às metas do Plano quanto à falta de algum documento ao longo do processo de contratação. E, às vezes, o tomador também não consegue cumprir os requisitos do Agente Técnico.

Vale destacar que as ONGs muitas vezes querem realizar projetos na área de Educação Ambiental; porém, os recursos que são destinados para esse tipo de projeto são escassos. Também existe uma tendência entre os avaliadores dentro do Comitê em não valorizar projetos nessa linha, alegando que eles não são muito efetivos ou são de difícil avaliação⁷.

3.2.2 Total de Projetos Financiados no Período de 1995 a 2016

Quando analisamos uma amostragem maior, considerando agora todos os projetos que foram efetivamente financiados em todos os municípios (e não somente os municípios prioritários, como no item anterior), têm-se o seguinte cenário (Figura 14):

Figura 14. Número de Projetos Financiados no Comitê com relação às Metas do Plano de Bacia
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Dos 447 empreendimentos encaminhados ao Comitê, 261 foram financiados, ou seja, aproximadamente, 59%. Quando analisamos por linha temática, temos que foram financiados:

- I. 70% dos empreendimentos voltados a Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto;
- II. 70% dos voltados ao Abastecimento de Água;
- III. 50% dos voltados ao Destino Final de Resíduos Sólidos; e,
- IV. 40% dos projetos de Capacitação e Educação Ambiental.

⁷ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

Embora exista uma grande quantidade de projetos encaminhados na área de Capacitação e Educação Ambiental, o que ficou evidenciado é que a maior parte foi reprovado em alguma etapa do processo. Vale destacar também que mais de 75% dos projetos encaminhados ao Comitê na área de Educação Ambiental foram elaborados pelo segmento da Sociedade Civil.

De acordo com o entrevistado da Sociedade Civil⁸, diversos membros do Comitê acreditam que os projetos na área de Educação Ambiental não podem ser elaborados sem a presença de um educador, e que os membros da Sociedade Civil e dos municípios geralmente não possuem um profissional nessa área.

O entrevistado também destaca que, antigamente, quem analisava os projetos na área de Educação Ambiental era a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), ligada à Secretaria de Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo. Essa Coordenadoria não aceitava projetos que não tivessem embasamento muito forte na área de Educação. Esse fato também desencorajava as instituições a elaborarem projetos. Diversas ONGs que solicitavam recursos, pararam de fazê-lo.

3.2.3 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por Segmento

Ao se analisar os dados do SinFEHIDRO e de informações junto à Secretaria Executiva do Comitê, para o período de 1995 a 2016, pôde-se constatar que o segmento Estado foi o que menos pleiteou recursos – com 26 projetos financiados (aproximadamente 10%). Por outro lado, o Município foi o que mais buscou financiamento de projetos (173 ou 66% do total), seguido da Sociedade Civil (62, 24% do total) (Figura 15). Os recursos, nesse caso, foram os provenientes tanto da Compensação Financeira quanto da Cobrança pelo Uso da Água.

Quando se observa os valores separadamente por Compensação Financeira e Cobrança, tem-se que o primeiro foi responsável por aproximadamente R\$ 29 milhões em financiamento de projetos, enquanto que o segundo, R\$ 30 milhões. Esse dado mostra a importância do instrumento da Cobrança no aporte de recursos para o financiamento de projetos na Bacia. Ainda que a Cobrança só tenha começado em 2010, ela já representa mais da metade de todo o investimento do FEHIDRO para toda Bacia.

⁸ Entrevista realizada em 2018 com representante da Sociedade Civil do CBH-SMT.

Figura 15. Distribuição por segmento dos projetos financiados e concluídos com recursos FEHIDRO, no período de 1995 a 2016

Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Considerando o financiamento por segmento, tem-se que o município totalizou R\$ 33,6mi, seguido da sociedade civil (R\$ 15,9mi) e do Estado (R\$ 9,9mi).

Ao se analisar a relação entre projetos já financiados pelo FEHIDRO (ou seja, concluídos, não iniciados e em execução) com os projetos cancelados, chegamos à seguinte relação (Tabela 10):

Tabela 10. Relação entre os Projetos Cancelados e os financiados, no período de 1995 a 2016

Segmentos	Projetos: Concluídos, em execução e não iniciados (contratados)	Projetos Cancelados	Relação Cancelados/Total
Estado	26	15	37%
Município	173	112	39%
Sociedade Civil	62	59	49%
TOTAL	261	186	42%

Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Torna-se claro, a partir das informações levantadas, que a participação da Sociedade Civil e do Estado, para o período analisado, foi inquestionavelmente tímida. A quantidade de projetos contratados desses dois segmentos não representa nem 40% do total de projetos. Uma possível explicação é a facilidade do Estado em obter recursos de outras fontes para financiamentos, o que pode justificar a sua baixa adesão aos recursos do FEHIDRO. Já, no caso da Sociedade Civil, uma possível causa é a não adequação dos projetos elaborados às exigências do FEHIDRO, ou a má execução desses. Essa segunda hipótese pode ser embasada ao se analisar o alto índice de projetos cancelados (Tabela 10) por parte desse segmento (quase metade de todos os projetos enviados pela Sociedade Civil foram cancelados).

Ainda no que tange à quantidade de projetos cancelados, a Figura 16 mostra a sua evolução ao longo dos períodos.

Figura 16. Quantidade de projetos cancelados e financiados por período
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Quando se analisa a relação cancelados/financiados por período, pode-se perceber que houve uma inversão de tendência. Como constatado na Figura 16, a relação inicial de cancelados/financiados era de 1 para 8, passou a ser de aproximadamente 1 para 3, e no último período já havia mais projetos cancelados do que financiados.

Um dos prováveis motivos da elevação de projetos cancelados é justamente o aumento da quantidade de projetos submetidos. Com essa maior procura aos recursos do FEHIDRO, houve um aumento na submissão de projetos incompletos ao Comitê, com falta de documentação necessária ou mal elaborados, bem como, o não cumprimento das exigências estabelecidas pelos agentes técnicos e financeiros. Outra explicação é que no período de 2010 a 2016, a hierarquização voltou a ficar diretamente atrelada às metas do plano, assim, os tomadores encontraram dificuldades em enquadrar corretamente seus projetos.

3.2.4 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por PDC

A Figura 17 traz a quantidade de empreendimentos distribuídos por PDC e por tipo de financiamento (compensação e cobrança).

1. Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos – **BASE**.
2. Gerenciamento dos Recursos Hídricos – **PGRH**.
3. Recuperação da Qualidade dos Corpos D' Água – **RQCA**.
4. Conservação e Proteção dos Corpos D'Água – **CPCA**.
5. Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos – **URRH**.
6. Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos – **AMRH**.
7. Prevenção e Defesa contra Eventos Hidrológicos Extremos – **PDEH**.
8. Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social – **CCEA**.
- 9: Prevenção e Defesa contra a Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'Água – **PPDE**.
- 10: Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais – **PDMA**.
- 11: Articulação Interestadual e com a União – **PAIU**.
- 12: Participação do Setor Privado – **PPSP**.

Figura 17. Distribuição dos projetos financiados por PDC
 Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Os PDCs que mais obtiveram projetos enquadrados foram: PDC 3 (recuperação da qualidade dos corpos d'água) com 95 projetos, seguido pelo PDC 1 (Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos) com 88 projetos no total. O PDC 3 apresenta-se em um elevado número devido à decisão colegiada de priorizar projetos que possuam relação direta com os maiores problemas da Bacia. Esses problemas são os relacionados à prevenção e contenção da erosão em áreas urbanas e rurais; à coleta e tratamento de esgoto; e à destinação adequada de resíduos sólidos urbanos. O PDC 1 também é priorizado pelo fato de ser importante na caracterização e diagnóstico da Bacia, identificando seus principais problemas e acompanhando as obras/estudos que já estão em andamento.

Os recursos provenientes da Cobrança estão sendo aplicados nos PDCs 1, 3 e 4, uma vez que o Decreto nº 55.008/2009 determina que os recursos arrecadados com a cobrança deverão ser obrigatoriamente destinados a esses Programas:

- I. PDC1 - Prevista a aplicação de até 20% do montante arrecadado anualmente;
- II. PDC3 - Prevista a aplicação de até 44% do montante arrecadado anualmente;
- III. PDC4 - Prevista a aplicação de até 33% do montante arrecadado anualmente.

Para o caso dos recursos da Compensação Financeira, não há esse vínculo direto. O Comitê deve decidir anualmente em qual PDC deverão ser aplicados os recursos.

3.2.5 Distribuição dos Recursos do FEHIDRO por Tempo de Duração

Quanto à duração do empreendimento, tem-se algumas faixas de tempo: 0 a 6 meses; 6 a 12 meses; 12 a 18 meses; 18 a 24 meses e acima de 24 meses. A análise quanto a esse parâmetro foi realizada separando os projetos financiados com recursos da compensação financeira e com recursos da cobrança, tal como observado na Figura 18.

Figura 18. Tempo médio de duração dos projetos, agrupados por: (a) Compensação; (b) Cobrança
Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

A Figura 18 traz que, independentemente do tipo de financiamento (cobrança ou compensação), a maior parte dos empreendimentos possui duração em torno dos 6 a 12 meses (144 projetos no total), e são raros os que duram acima de 24 meses (apenas 4 projetos). Como a maioria dos empreendimentos financiados são de curta duração, podemos concluir que, no período analisado, houve uma predominância de submissão de projetos voltados a estudos ou planos em detrimento a obras e serviços, uma vez que esses últimos, em tese, são mais prolongados e também exigem mais recursos.

3.2.6 Distribuição dos Recursos por Abrangência Territorial

Outro critério de análise utilizado foi quanto à abrangência territorial dos empreendimentos. Para realizar a classificação dos projetos, foi sugerido o seguinte agrupamento:

- Abrangência Municipal/Local: envolvendo um único município;
- Abrangência Regional: envolvendo mais de um município;
- UGRHI 10: toda a Bacia.

A Tabela 11 sintetiza a quantidade de projetos enquadrados de acordo com a sua abrangência, a partir da análise dos projetos financiados:

Abrangência	Quantidade	Porcentagem (%)
Municipal	223	85,4
Regional	20	7,7
UGRHI 10	18	6,9
TOTAL	261	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados do SINFEHIDRO, 2017

Verifica-se que a maioria dos projetos financiados são voltados à escala municipal e o maior segmento tomador (em número de projetos) é o município. Isso reduz a escala de ganhos trazidos pelos empreendimentos, ou seja, os benefícios tornam-se mais pontuais. O Plano ressalta justamente a necessidade de se privilegiar as ações mais

articuladas, com impacto mais estratégico, em detrimento das ações efêmeras e com caráter mais localizado, quanto à população atingida.

3.3 Considerações Finais do Capítulo

Esse Capítulo mostrou o processo de seleção adotado pelo Comitê ao longo das suas gestões. Trata-se de um processo de hierarquização realizado anualmente a partir de pactos firmados entre os diversos atores e que são divulgados a partir de Deliberações. São atribuídas pontuações aos projetos encaminhados, de acordo com as suas características e de acordo com os anseios do Comitê para aquele determinado ano. Esse sistema de pontuação só foi implantado a partir de 2001; até então, as Deliberações só consideravam as áreas prioritárias para financiamento, e a escolha podia ser mais sujeita a subjetividades.

As questões voltadas ao tratamento de esgotos, à destinação final de resíduos sólidos e a programas voltados às áreas críticas a erosão foram as que mais possuíram destaque ao longo das gestões. Os projetos de capacitação e educação ambiental aos membros do Comitê também passaram a ter mais destaque.

Tomando como referência o processo de priorização adotado, foi possível analisar os projetos que foram encaminhados e financiados na Bacia, de modo a compreender se retrataram de fato as metas estipuladas no seu Plano.

No período analisado, o Comitê obteve a marca de 447 projetos encaminhados, porém, financiou apenas 261. Pelo que pudemos constatar, essa grande quantidade de projetos cancelados esteve atrelada à falta de documentação pertinente ao longo do processo ou à má qualidade dos projetos encaminhados, que não atenderam às exigências do Comitê.

Ao se analisar as características desses projetos encaminhados com relação às Metas estipuladas no Plano de Bacia, constatou-se que a maior parte foi voltado à Educação Ambiental, Coleta e Tratamento dos Esgotos, Destinação dos Resíduos Sólidos e Combate a Problemas de Erosão Urbana, o que está coerente com os anseios dos representantes do Comitê.

Quanto aos PDCs, que são Programas norteadores no âmbito estadual, os que obtiveram maior quantidade de projetos contemplados foram o 3 (Recuperação da Qualidade dos corpos d'água) e o 1 (Base de Dados, Cadastros, Estudos e

Levantamentos). O enquadramento dos projetos a esses PDCs também está coerente com as metas estipuladas no Plano de Bacia.

Por fim, a partir de uma análise mais minuciosa do Plano, considerando as suas metas no âmbito do município, ou seja, levantando as metas estipuladas para cada município e os projetos que foram encaminhados e financiados, foi possível realizar as seguintes constatações: no que tange à coleta e ao tratamento de esgotos, a maior parte desses municípios mais deficitários foram contemplados com pelo menos 1 projeto financiado que refletia de fato as metas estipuladas no Plano; quanto aos projetos relacionados à destinação adequada dos resíduos sólidos, foi possível observar que eles possuíam relação direta com as metas, porém, os tomadores encontraram dificuldades na elaboração de projetos que atendessem aos requisitos exigidos e no fornecimento das documentações necessárias. Isso evidenciou um despreparo quanto à capacitação dos gestores, principalmente, no âmbito municipal, que foram os que mais solicitaram financiamento.

Para os casos de erosão na Bacia, foi constatada falta de projetos submetidos ao Comitê, o que fez com que não se atingisse a meta estipulada para os municípios mais suscetíveis. Já a meta relacionada à Educação Ambiental foi a área que mais obteve projetos reprovados, sendo que o principal solicitante foi a Sociedade Civil. Esse fato vai ao encontro do que foi discutido anteriormente, que uma alta rotatividade de instituições entre as gestões e de indivíduos entre as instituições, pode resultar em uma maior lacuna quanto ao entendimento, por esses atores, dos anseios do Comitê para algumas áreas fundamentais. O que pode impactar na qualidade dos projetos elaborados, e no número elevado de projetos cancelados.

Considerações Finais

A análise dos critérios adotados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê para a distribuição dos recursos do FEHIDRO e dos 447 projetos encaminhados pelos três segmentos interessados (Estado, Município e Sociedade Civil), permitiu verificar os seguintes aspectos.

A priorização dos recursos foi fruto de consensos entre os participantes do Comitê, que definem anualmente quais áreas devem ser focadas. No início da implantação do Comitê, em 1995, o entendimento foi que deveriam ser considerados os projetos que tratassem da preservação e recuperação das áreas de mananciais. Nos anos subsequentes, além das áreas de mananciais, também passaram a ser definidos como prioridades de investimentos os empreendimentos voltados à coleta e tratamento de esgotos, à recuperação de áreas com erosão e os programas destinados à disposição adequada dos resíduos sólidos.

Ao todo foram encaminhados 447 projetos, sendo 289 oriundos da compensação financeira e 158 da cobrança pelo uso da água. Desses, 261 foram efetivamente financiados. Dos financiados, o segmento Município foi o maior tomador (66%), seguido da Sociedade Civil (24%) e do Estado (10%). Quanto aos valores, foram financiados aproximadamente R\$ 60 milhões para todo o período analisado.

A partir da análise dos primeiros projetos financiados com os recursos do FEHIDRO, constatou-se que a maior parte possuía como principal objetivo a recuperação das áreas de mananciais da bacia. Já na gestão 2001/2003, os projetos relacionados às principais fragilidades da Bacia (Recuperação dos Mananciais, Destinação adequada dos Resíduos Sólidos, Coleta e Tratamento de Esgoto e Erosão) continuaram a ser priorizados, porém, o Comitê passou a hierarquizar também empreendimentos na área de Educação e Capacitação Ambiental e Coleta Seletiva. Foram focados aqueles que possuíam abrangência regional, e de preferência com uma duração de até 6 meses para a sua conclusão.

Em 2008, com o advento do Plano de Bacia do Sorocaba e Médio Tietê, a priorização passou a ser em função das metas estabelecidas no Plano. As áreas que obtiveram mais projetos encaminhados para o Comitê foram aquelas relacionadas à Capacitação e Educação Ambiental (meta 14 do Plano de Bacia), seguidas de Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto (Metas 1 e 2 do Plano) e Destinação Adequada de

Resíduos Sólidos (meta 3 do Plano). Esses dados mostram a preocupação do Comitê em financiar/priorizar os projetos que estavam diretamente relacionados às metas estabelecidas no seu Plano.

Ao considerar apenas os municípios prioritários, foi possível constatar que, no quesito coleta e tratamento de esgoto, a maior parte deles foram contemplados com pelo menos 1 projeto financiado de acordo com as metas estipuladas no Plano. Quanto aos relacionados à destinação adequada dos resíduos sólidos, foi possível observar que os solicitantes encontraram dificuldades na elaboração de bons projetos e no fornecimento das documentações exigidas, o que refletiu na quantidade elevada de empreendimentos cancelados. No quesito Erosão na Bacia, houve falta de empreendimentos submetidos ao Comitê relacionados aos municípios prioritários, fazendo com que as metas não tenham sido totalmente atingidas. Já, Educação Ambiental, foi a área que mais obteve projetos reprovados, sendo que o principal solicitante foi a Sociedade Civil.

Ao longo desse trabalho também foi realizada uma análise comparativa entre o segmento tomador e o tipo de projeto encaminhado. Foi possível concluir que, para os projetos de Educação Ambiental, a grande maioria, cerca de 75%, foram elaborados pela Sociedade Civil. Ao confrontarmos os projetos encaminhados com os que foram efetivamente financiados, constatamos que o índice de cancelamento esteve na ordem de 40%. Porém, quando tomamos apenas os da área de Educação Ambiental, esse índice passa dos 60%.

Quanto à eficiência do processo de hierarquização do Comitê, foi possível concluir que, até a gestão 2000/2001, não havia a atribuição de pesos e pontuações para os projetos apresentados, o que podia dificultar a impessoalidade na hora da avaliação. A adoção de critérios cada vez mais técnicos e menos sujeitos a subjetividades só ocorreu com o advento do sistema de pontuações dado a cada critério, determinado previamente pelo Comitê. Já no quesito divulgação, foi possível concluir que houve preocupação por parte do Comitê em publicar todas as informações pertinentes aos projetos.

Com relação aos PDCs prioritários para investimento na Bacia, a maior quantidade foi enquadrada nos PDC 3 (recuperação da qualidade dos corpos de água) com 95 projetos financiados, PDC 1 (base de dados, cadastro, estudos e levantamento) com 88 e PDC 4 (conservação e proteção dos corpos d'água) com 26 projetos. O que demonstra que houve coerência entre os investimentos realizados e as ações a serem executadas de acordo com as metas prioritárias do Plano de Bacia, que estão relacionados

à prevenção e contenção da erosão em áreas urbanas; à coleta e tratamento de esgoto e à destinação adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos.

No que tange à abrangência territorial, podemos concluir que não houve uma relação direta entre os projetos financiados e as metas do Plano. A maioria dos empreendimentos financiados (85,4%) foram categorizados como de abrangência municipal, tendo os municípios como principal tomador (66%). Esses empreendimentos elaborados pelos Municípios são importantes, mas na maioria das vezes solucionam problemas mais locais enfrentados por esse segmento, não conseguindo, entretanto, trazer benefícios significativos na escala da bacia.

Por fim, foi possível concluir que a aprendizagem adquirida nos colegiados pode de fato impactar na postura adotada pelos atores no processo de tomada de decisão. A partir de um adequado processo de participação é possível incentivar uma constante troca de experiências entre os envolvidos. No caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê, com a constatação dos principais problemas da Bacia, pelos vários atores participantes, foi possível perceber que houve uma maior compreensão das dificuldades existentes e uma possibilidade de intervenção mais direta sobre os diversos assuntos tratados.

Considerando então os resultados apontados até aqui nessa dissertação, sugere-se que sejam ponderados os seguintes temas para complementação em estudos posteriores:

- Elaboração de estudos dirigidos às entidades da Sociedade Civil com o intuito de tentar compreender melhor os motivos que levam ao alto índice de projetos cancelados/reprovados ao longo das gestões dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Proposição de metodologias que objetivem tornar a distribuição dos recursos financeiros mais igualitária entre os três segmentos, de modo que não haja uma grande discrepância entre eles;
- Comparação dos critérios de seleção e priorização utilizados no Comitê do Sorocaba e Médio Tietê com os aplicados nos demais Comitês do estado de São Paulo, com o intuito de adequações e melhorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, A. T. B. **A Contribuição do Comitê do Alto Tietê à Gestão da Bacia Metropolitana.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ANA – Agência Nacional de Águas. **A evolução da Gestão de Recursos Hídricos no Brasil.** Brasília: ANA, 2002.

AZEVEDO, F. Z. **Análise de Procedimentos de Gestão do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados para Implementação da Política de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo.** Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, São Carlos, 2009.

BARTH, F. T. **Aspectos Institucionais do Gerenciamento de Recursos Hídricos.** In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.* 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 563-97.

BARTH, F.T. **Comitês de bacias hidrográficas e agências de água.** In: SEMANA INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS. Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu, ABRH, 1999. 11p. (Anais virtuais).

BELLO, E. A.; VALENCIO, N. F. L. S. **Impactos da Política de Cobrança dos Recursos Hídricos sobre as Indústrias dos Municípios de São Carlos e Campinas.** In: MARTINS; VALENCIO. (Org.). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil; desafios teóricos e político-institucionais.* 1 ed. São Carlos: RiMa, 2003.

BERNAL, T. A. **Plano de recursos hídricos como instrumento de planejamento ambiental: um estudo de caso na bacia do Sorocaba/Médio Tietê, SP.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2012.

BERRETA, M. S. R.; LAURENT, F.; BASSO, L. A. **Os princípios e fundamentos da legislação das águas na França.** Boletim Gaúcho de Geografia, n. 39, p. 13- 24, jul. 2012.

BERRY, K.A.; Mollard, E. **Social participation in water governance and management.** London, UK: Earthscan, 2010. p.320.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 48p.

_____. Lei n. 9.433, 8 jan. 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília. 1997.

CAMPOS, J. D. **Cobrança pelo uso da água nas transposições da bacia do rio Paraíba do Sul envolvendo o setor elétrico.** 2001. 192 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - COPPE/UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. **Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso.** Ambiente & Sociedade. Campinas v. XIII, n. 2. p. 365-382. jul.-dez. 2010.

CAMPOS, V. N. O. **O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México.** 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARDOSO-SILVA, S.; FERREIRA, T.; POMPEO, M.L.M. **Diretiva Quadro D'Água: uma revisão crítica e a possibilidade de aplicação ao Brasil.** Ambient. soc. vol. 16 no. 1 São Paulo Jan/Mar. 2013.

CARTER, J.; HOWE, J. **The water framework directive and the strategic environmental assessment directive: exploring the linkages.** Environmental Impact Assessment Review, n. 26, p. 287-300, 2006.

CARVALHO, G. B. B. et al. Avaliação da Situação dos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Rio Grande do Sul, 2009.

CARVALHO, J. L. **Governança da água no Estado de São Paulo estudo de caso: Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Sorocaba e Médio Tietê.** Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CASTRO, C.N. **Gestão das águas: experiências internacional e brasileira.** Textos para discussão, n. 1477. Brasília: IPEA, 2012.

CBH-BS. **Fundamentos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica da Baixada Santista,** 2009.

CBH-SMT, 2016. Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê. Relatório de Situação, 2016. Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaorecursososhidricos>. Acessado em setembro de 2017.

CIS - **Common Implementation Strategy For The Water Framework Directive (2000/ 60/EC).** Guidance Document n° 7. Monitoring under the Water Framework Directive. 153p. 2003.

COIMBRA, R., ROCHA, C.L., BEEKMAN, G.B. **Recursos hídricos: conceitos, desafios e capacitação.** Brasília, DF.: ANEEL, 1999. 78p.

COLLINS, A. et al. **Implementing the water framework directive: a transition from established monitoring networks in England and Wales.** Environmental Science & Policy, n. 17, p. 49-61, 2012.

CORREIA, F. N. **Algumas reflexões sobre os mecanismos de gestão de recursos hídricos e a experiência da União Europeia.** REGA, vol. 2, n. 2, p. 5-16. 2005.

DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. **Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, seu Programa de Investimentos e a Regulamentação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, do Estado de São Paulo.** Relatório Síntese, 2005.

DECLARAÇÃO DE DUBLIN. Disponível em <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>. Acessado em: agosto de 2017.

DE STEFANO, L. **Facing the Water Framework Directive Challenges: a baseline of stakeholder participation in the European Union.** J. Environ. Manag. 91p. 2010.

EC, 2000. **Directive of the European Parliament and of the Council 2000/60/EC Establishing a Framework for Community Action in the Field of Water Policy.** Official Journal 2000 L 327/1. European Commission, Brussels, 2000.

FERNANDES, A. M. **Características Hidrogeoquímicas da bacia de drenagem do rio Sorocaba, SP: processos erosivos mecânicos e químicos.** Tese de Doutorado, USP, Química na Agricultura e no Ambiente, 2012.

FERREIRA, J.; SCHMIDT, L. **Crise económica e (in)cumprimento da Directiva Quadro da Água.** VIII Congresso Português de Sociologia. 2014.

FRACALANZA, A.P. **Crise de governança da água na Região Metropolitana de São Paulo: (re)centralização da gestão e injustiça ambiental.** São Paulo, 2016. Tese (Livro docência em Gestão de água, conflitos e políticas ambientais no Brasil) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. 154p.

FREITAS, A. J. **Gestão de recursos hídricos.** In: Gestão de recursos hídricos: aspectos legais, econômicos e administrativos e sociais. Brasília/DF: SRH/UFV/ABRH, 2001.

FREITAS, N. P.; MARANGON, S. H. **O comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Sorocaba e Médio Tietê.** In: Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos. Gramado/RS, 1998.

FREITAS, S. S. **Análise sobre a discussão para implementação da cobrança pelo uso da água: desafios da gestão participativa no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, 2014.** 149f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: http://www.seade.gov.br/analises_estudos. Acessado em outubro de 2017.

FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (FEHIDRO). Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos. 2015. Disponível em <http://fehdro.sigrh.sp.gov.br/fehdro/gerais/sigrh/ManualDeProcedimentosOperacionaisParaInvestimento2015.pdf>. Acessado em março de 2018.

FURNIVAL, A. C.; COSTA, L; S.; **Informação Ambiental e Práticas Culturais de Comunicação para o Desenvolvimento Sustentável**. In: Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais / organizado por Rodrigo Constante Martins e Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – São Carlos: RiMa, 2003.

GANZELI, J. P. **A Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 7.663 -1991)**. In: SÃO PAULO (Estado). Política e Gestão de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo. 1993. 111 p.

GARCIA, A. C. M. C.; VALENCIO, N. F. L. S. **Gestão de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo: Obstáculos Técnicos e Políticos à Sustentabilidade das Práticas Decisórias em Comitês de Bacias**. In: MARTINS; VALENCIO. (Org.). Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil; desafios teóricos e político-institucionais. 1 ed. São Carlos: RiMa, 2003, v. II, p. 271-293

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOMES, J. L., BARBIERI, J. C. **Gerenciamento de recursos hídricos no Brasil e no Estado de São Paulo: um novo modelo de política pública**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.01-21, Dec. 2004.

GRANZIERA, M. L. M. **Direito de águas: disciplina jurídica das águas doces**. São Paulo: Atlas, 2014.

GUIMARÃES, P. B. V. **Direito de Águas Doces no Poder Judiciário: Perspectivas de Análise na Judicialização do Direito de Águas**. Campo Jurídico, vol. 3, n. 1, p. 83-123, 2015.

HESPANHOL, I. **Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008, p. 131 – 158.

IPT. INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10)**. São Paulo, 2008. 352 p.

JACOBI, P.R.; FRACALANZA, A.P.; EMPINOTTI, V.; SOUZA, A.N. **Governança Ambiental**. In: Tercio Ambrizzi; Pedro Roberto Jacobi; Livia Márcia Mosso Dutra. (Org). Ciência das Mudanças Climáticas e sua Interdisciplinaridade. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2015, v.1, p. 260-281.

JACOBI, P.R.; FREITAS, S. S.; FRACALANZA, A. P. **Políticas Públicas, aprendizagem social e gestão dos recursos hídricos**. In: Prefeitura Municipal de Santo André. (Org). Memórias do Seminário: Educação Ambiental na Gestão e Conservação dos Recursos Hídricos – compartilhando saberes e práticas. 1 ed. São Paulo: SGRNPPA/GEEA, 2014, v.1, p. 36-42.

JACOBI, P. R. Governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). **Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: Annablume/FAPESP/CNPq, 2009.

KELMAN, J. **Gerenciamento de Recursos Hídricos: Parte I – Outorga**. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Vitória. Anais. ABRH, 1997.

KOCHSKAMPER, E.; et al. **Participation for effective environmental governance? Evidence from Water Framework Directive implementation in Germany, Spain and the United Kingdom**. J. Environ. Manag. p.737-748, 2016.

LANNA, A.E.L., DORFMANN, R. **Sistemas de gerenciamento de recursos hídricos: críticas a algumas propostas**. Administração Pública, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.63-73, abr./jun., 1993.

LANNA, A.E.L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília, DF.: IBAMA, 1995b. 171p. (Coleção Meio Ambiente).

LEAL, A. C. **Gestão das águas no Pontal do Paranapanema – SP**. (Tese de Doutorado). Campinas: Instituto de Geociências/UNICAMP, 2000.

MACHADO, C. J. S. **A gestão francesa de recursos hídricos: descrição e análise dos princípios jurídicos**. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 8, n. 4, p. 31-47, 2003.

MARTINS, R. G. **Análise dos Critérios de Priorização de Projetos Junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo: Estudo de Caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Carlos, 2012.

MÉRIDIANES GEO. Disponível em: <https://meridianes.org/2014/09/14/france-la-politique-de-leau-a-50-ans-bilan>. Acessado em agosto de 2017.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 3 ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MORENO JUNIOR, I. **Uma Experiência de Gestão de Recursos Hídricos: A Implantação de uma Proposta para o Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2006.

MOTTA, R. S. **Utilização de critérios econômicos para a valorização da água no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. (Texto para Discussão, n. 556).

PARENTE, Kátia Simões. **O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2007.

PEREIRA, J. S. **A Cobrança Pelo Uso da Água Como Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos: Da Experiência Francesa à Prática Brasileira**. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PINHATTI, A. L. **Aspectos conceituais da gestão de recursos hídricos e suas aplicações no caso das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, SP.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 1998.

POMPEU, Cid Tomanik. **Direito de águas no Brasil.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

PORTO, M.F.A., PORTO, R.L., **Gestão de Bacias Hidrográficas, Estudos Avançados.** ISSN, São Paulo, 2008.

RAMOS, M. **Gestão de Recursos Hídricos e Cobrança pelo Uso da Água.** Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

RODRIGUES, R. G. **Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro: Diagnóstico do seu Funcionamento e Desafios.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Engenharia, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, M. O. R. M. **O impacto da cobrança pelo uso da água no comportamento do usuário.** Tese de Doutorado, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciências em Engenharia Civil, 2002.

SILVA, L. M. **Gestão Ambiental de Recursos Hídricos: Pressupostos Básicos, Conceitos, Modelos e Instrumentos.** Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Recursos Hídricos: 2012/2015** 1ª ed. São Paulo, DAEE, 2014.

_____. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Plano Estadual de Recursos Hídricos: 2004/2007** Resumo. São Paulo, DAEE, 2006.

_____. **Constituição Estadual do Estado de São Paulo**, 1989.

_____. Deliberação CBH-SMT nº 249 de 10 de dezembro de 2010. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro destinados à área do CBH-SMT, referentes ao orçamento 2011 e da arrecadação da cobrança nos exercícios 2010/2011 e dá outras providências.**

_____. Deliberação CBH-SMT nº 253, de 30 de março de 2011. **Empossa o corpo diretivo do CBH-SMT, representantes dos órgãos governamentais, da sociedade civil e dos municípios nos Plenários do CBH-SMT, para o mandato 2011 a 2013.**

_____. Deliberação CBH-SMT nº 265, de 8 de dezembro de 2011. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro 2012 e dá outras providências.**

_____. Deliberação CBH-SMT 273 de 21 de junho de 2012. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com os recursos não utilizados do Fehidro 2012 e dá outras providências.**

_____. Deliberação CBH-SMT nº 295, de 22 de março de 2013. **Empossa o corpo diretivo do CBH-SMT, representantes dos órgãos governamentais, da sociedade civil e dos municípios nos Plenários do CBH-SMT, para o mandato 2013 a 2015.**

_____. Deliberação CBH-SMT 307 de 13 de dezembro de 2013. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro 2014 e dá outras providências.**

_____. Deliberação CBH-SMT nº 342, de 11 de dezembro de 2015. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro 2016 e dá outras providências.**

_____. Deliberação CBH-SMT nº 355, de 20 de dezembro de 2016. **Define cronograma de atividades, diretrizes e critérios gerais para hierarquização de empreendimentos para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro 2017**

_____. Deliberação CRH nº 146, de 11 de dezembro de 2012. **Aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, 2012.**

_____. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. **Estabelece Normas de Orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, 1991.**

_____. Lei nº 10.020, de 3 de julho de 1998. **Autoriza o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas, 1998.**

_____. Lei nº 12.183, de 29 dezembro de 2005. **Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências, 2005.**

_____. Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e dá providências correlatas, 2016.**

_____. Portaria DAEE nº 1.630, de 30 de maio de 2017. **Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, 2017.**

SETTI, ARNALDO AUGUSTO; LIMA, JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK, et. al. **Introdução ao gerenciamento de Recurso Hídricos no Brasil**. 2^a ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, p. 207, 2000.

SIGRH – Sistema de Informação para o Gerenciamento de Recursos Hídricos para o Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br>. Acessado em maio de 2017.

SOUSA E. S; et al. **DIREITO DE ACESSO À ÁGUA: UM ESTUDO SOBRE A OUTORGA DOS RECURSOS HÍDRICOS**. In. Revista Gestão & Conhecimento. Poços de Caldas, 2006.

THOMAS, P. T. **Proposta de uma metodologia de cobrança pelo uso da água vinculada à escassez**. Dissertação de Mestrado, COPPE/UFRJ, Engenharia Civil, Rio de Janeiro, 2002.

VERA, L. H. A. **Atuação da Cobrança pelo Uso da Água de Domínio da União como Instrumento de Gestão de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos, Pernambuco, 2014.

YASSUDA, E. R. **Gestão de Recursos Hídricos: Fundamentos e Aspectos Institucionais**. Revista Adm. pub., v. 9, n. 27, p. 5-18, 1993.

ANEXO 1. Caracterização dos Programas de Duração Continuada do PERH-1994/1995.

Quadro 8 Programas de Duração Continuada (PDC) 1 do PERH 1994/1995

PDC 1: PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - PGRH	
Sub-Programas	Ação
Planejamento	Elaboração, avaliação e controle do plano quadrienal de recursos hídricos e dos planos de bacias hidrográficas. Elaboração e publicação do relatório de situação dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.
Gerenciamento	Organização, implantação e apoio técnico e administrativo aos comitês de bacias hidrográficas. Desenvolvimento, regulamentação e aplicação dos instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos: cadastro, outorga e cobrança. Promoção e criação de associações de usuários de recursos hídricos.
Sistema de Informações Sobre Recursos Hídricos	Desenvolvimento e gestão do banco de dado hidrológicos. Projeto, implantação e gestão do sistema de cadastro, outorga e cobrança. Projeto, implantação e gestão do sistema de planejamento, avaliação e controle. Projeto, implantação e gestão do sistema de informações aos usuários e públicos. Projeto, implantação e gestão de sistema de informações ambientais sobre recursos hídricos.
Renovação da Rede Hidrológica	Desenvolvimento, modernização, operação e manutenção da rede hidrológica, hidrometeorológica, sedimentométrica e piezométrica. Implantação e operação de sistemas de alerta, radares meteorológicos, redes telemétricas, sensoriamento remoto e imagens de satélite. Monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Análise, processamento, publicação, divulgação e difusão de dados hidrológicos.
Tecnologia e Treinamento em Recursos Hídricos	Desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos. Desenvolvimento de estudos e pesquisas em recursos hídricos. Programas de desenvolvimento institucional e gerencial e de valorização profissional. Programas de comunicação social e divulgação. Cooperação e intercâmbio técnico nacional e internacional.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 9. Programas de Duração Continuada (PDC) 2 do PERH 1994/1995

PDC 2: APROVEITAMENTO MÚLTIPLO E CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS - PMAR	
Sub-Programas	Ação
Empreendimentos de Aproveitamento Múltiplo e Controle dos Recursos Hídricos	Inventários, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e projetos de sistemas de obras hidráulicas para aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos. Implantação de sistemas de aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos, com cogestão, rateio de custos em convênio e condomínio com os setores usuários dos empreendimentos.
Desenvolvimento do Transporte Hidroviário	Desenvolvimento do potencial da hidrovía Tietê-Paraná. Estudos e projetos de outras hidrovias.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 10. Programas de Duração Continuada (PDC) 3 do PERH 1994/1995

PDC 3: SERVIÇOS E OBRAS DE CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS - PQRH	
Sub-Programas	Ação
Tratamento de Esgotos Urbanos	Estudos e projetos de obras de coleta, interceptação, tratamento e disposição de esgotos urbanos. Obras e serviços de sistemas de coleta e tratamento de esgotos urbanos. Sistemas de avaliação e controle de resultados de operação e manutenção de sistemas de tratamento.
Tratamento de Efluentes Industriais	Cadastramento e caracterização das fontes poluidoras industriais. Alternativas de financiamento de sistemas de tratamento de efluentes industriais.
Fiscalização e Monitoramento de Fontes Industriais de Poluição das Águas	Licenciamento, fiscalização e monitoramento das fontes industriais de poluição das águas.
Controle das Fontes Difusas de Poluição das Águas.	Estudo, avaliação e controle das fontes difusas de poluição das águas, considerando atividades agrícolas e urbanas.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 11. Programas de Duração Continuada (PDC) 4 do PERH 1994/1995

PDC 4: DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - PDAS	
Sub-Programas	Ação
Controle da Perfuração de Poços Profundos e da Exploração de Águas Subterrâneas	Desenvolvimento do cadastramento de poços tubulares profundos. Licenciamento da perfuração de poços e da exploração de águas subterrâneas. Gestão de aquíferos em áreas críticas de superexploração ou poluição.
Cartografia Hidrogeológica	Execução, publicação e divulgação da cartografia hidrogeológica básica

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 12. Programas de Duração Continuada (PDC) 5 do PERH 1994/1995

PDC 5: CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS DE ABASTECIMENTO URBANO - PRMS	
Sub-Programas	Ação
Identificação e Proteção dos Mananciais de Águas Superficiais para Abastecimento Urbano	Levantamento dos sistemas urbanos de abastecimento de água e dos mananciais de águas superficiais. Estudo das alternativas futuras para suprimento de água para abastecimento urbano. Desenvolvimento de legislação de proteção de mananciais de águas superficiais.
Racionalização do Uso do Recurso Hídrico para Abastecimento Urbano	Redução das perdas e desperdícios nos sistemas urbanos de abastecimento de água. Promoção da aplicação de equipamentos hidráulicos e de saneamento que proporcionem economia de recursos hídricos
Cooperação com os Municípios para o Desenvolvimento e Proteção de Mananciais de Águas Superficiais para Abastecimento Urbano	Implantação e aplicação de legislação de proteção de mananciais. Delegação aos municípios para a gestão de águas de interesse local com fins prioritários de abastecimento urbano.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 13. Programas de Duração Continuada (PDC) 6 do PERH 1994/1995

PDC 6: DESENVOLVIMENTO RACIONAL DA IRRIGAÇÃO - PDRI	
Sub-Programas	Ação
Disciplinamento da Utilização da Água para Irrigação	Cadastramento de irrigantes e regularização das captações de águas superficiais e subterrâneas. Zoneamento hidroagrícola, com indicação das áreas de aptidão para irrigação. Gerenciamento de recursos hídricos em áreas críticas, com participação dos irrigantes.
Racionalização do Uso da Água para Irrigação	Determinação regional dos valores de consumo das principais culturas irrigáveis, levando este conhecimento aos agricultores visando aumentar a eficiência no uso da água para irrigação.
Monitoramento de Áreas Irrigadas	Acompanhamento da evolução física das áreas irrigadas através de sensoriamento remoto, confrontando com o disciplinamento da utilização da água para irrigação.
Obras e Serviços de Sistemas Coletivos de Irrigação e Drenagem	Estudos, levantamentos, projetos e obras de sistemas coletivos de irrigação e drenagem, com participação dos irrigantes e de suas associações.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 14. Programas de Duração Continuada (PDC) 7 do PERH 1994/1995

PDC 7: CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA - PCRI	
Sub-Programas	Ação
Orientação à Localização Industrial	Difusão de informações sobre as disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, e sobre o enquadramento dos corpos receptores.
Racionalização do Uso do Recurso Hídrico na Indústria	Promoção do uso racional das águas nas atividades industriais, com o reuso e a recirculação. Promoção da utilização de equipamentos e processos que proporcionem economia de água.
Disciplinamento do Uso da Água para fins Industriais	Cadastramento da utilização da água para fins industriais e regularização das captações.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 15. Programas de Duração Continuada (PDC) 8 do PERH 1994/1995

PDC 8: PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES - PPDI	
Sub-Programas	Ação
Implantação de Medidas Estruturais de Prevenção e Defesa Contra Inundações	Estudos, projetos, serviços e obras de desassoreamento, retificação e canalização de cursos d'água.
Implantação de Medidas não Estruturais de Prevenção e Defesa Contra Inundações	Cadastramento de áreas inundáveis. Zoneamento de áreas inundáveis.
Cooperação Com os Municípios para Serviços e Obras de Prevenção e Defesa Contra Inundações	Convênios com os municípios para estudos, projetos, serviços e obras de controle de cheias e defesa contra inundações. Assistência e cooperação aos municípios para a implantação de medidas não estruturais de prevenção de inundações.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 16. Programas de Duração Continuada (PDC) 9 do PERH 1994/1995

PDC 9: PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA A EROSÃO DO SOLO E O ASSOREAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA - PPDE	
Sub-Programas	Ação
Reflorestamento e Recomposição da Vegetação Ciliar	Produção de mudas e promoção do reflorestamento ciliar e de topos de morros. Incentivos e promoção do reflorestamento.
Desenvolvimento de Diagnóstico, Diretrizes e Tecnologia para a Extração de Areias e Outros Materiais de Construção	Estudos e levantamentos para orientação e controle da exploração de areia e outros recursos minerais nos leitos, margens e várzeas dos cursos d'água.
Cooperação com os Municípios em Serviços e Obras de Prevenção e Defesa Contra a Erosão Do Solo	Convênios com os municípios para estudos, projetos, serviços e obras de prevenção e defesa contra a erosão do solo urbano e rural e o assoreamento dos corpos d'água. Assistência e orientação aos municípios para o controle de extração de areia e outros materiais de construção.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 17. Programas de Duração Continuada (PDC) 10 do PERH 1994/1995

PDC 10: DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS POR RESERVATÓRIOS E LEIS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAIS - PDMA	
Sub-Programas	Ação
Desenvolvimento da Utilização Múltipla dos Reservatórios	Projetos complementares para implantação de infraestrutura para utilização dos reservatórios para recreação, esportes náuticos, turismo e pesca amadora. Projetos complementares para implantação de sistemas coletivos de irrigação e drenagem.
Desenvolvimento de Diagnóstico, Diretrizes e Tecnologia para a Extração de Areias e Outros Materiais de Construção	Desenvolvimento de Projetos, Serviços e Obras de Saneamento Básico.
Programas Complementares de Proteção e Recuperação Ambiental	Implantação e manutenção de áreas de proteção e conservação ambiental.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 18. Programas de Duração Continuada (PDC) 11 do PERH 1994/1995

PDC 11: ARTICULAÇÃO INTERESTADUAL E COM A UNIÃO - PAIU	
Sub-Programas	Ação
	Cooperação com os Estados e a União com vistas o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos em bacias de rios de domínio Federal.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

Quadro 19. Programas de Duração Continuada (PDC) 12 do PERH 1994/1995

PDC 12: PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO - PPSP	
Sub-Programas	Ação
	Promoção da participação do setor privado em planejamento, projetos, serviços e obras de recursos hídricos.

Fonte: SÃO PAULO, 1994

ANEXO 2. Projetos Enviados ao CBH-SMT

Quadro 20. Relação dos Projetos Enviados ao CBH-SMT no período de 1995 a 2016

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Concluído	02/05/2013	131.913,98	62.974,00	194.887,98	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	100	PDC01	24	A PROPOSTA DESSE PROJETO É MELHORAR A QUALIDADE DAS FUTURAS RESTAURAÇÕES FLORESTAIS NATIVAS EM ÁREAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/08/2009	142.344,92	37.838,52	180.183,44	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	42000	PDC01	12	DESENVOLVER UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS APAS AVECUIA E ENGENHO D'ÁGUA.
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	26/05/2010	179.986,54	70.686,99	250.673,53	Estado	Reembolsável	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	20000	PDC03	9	PROPICIAR A FUTURA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE AFASTAMENTO E TRATAMENTO, COM A CONSEQUENTE MELHORIA SA
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Cancelado	04/01/2007	0	0	0	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	300000	PDC01	12	O OBJETIVO FUNDAMENTAL DESTE ESTUDO É REALIZAR A INVESTIGAÇÃO DE IMPACTOS ANTROPOGÊNICOS NA CONCENTR
INSTITUTO VISÃO FUTURO	DESENVOLVIMENTO DE CURSOS, EVENTOS, E ATIVIDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS, AMBIENTAIS E DE GERAÇÃO DE REND	Concluído	20/03/2014	67.251,00	50.169,40	117.420,40	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	100000	PDC01	12	DESENVOLVER PROGRAMA INOVADOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE CARÁTER MULTIPLICADOR E EFETIVO, ENVOLVENDO
INSTITUTO AUÁ DE EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DO	Concluído	14/04/2011	138.136,10	61.153,40	199.289,50	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	200000	PDC05	12	O PROJETO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO MANANCIAL DA BOA VISTA OBJETIVA A DE MODO A ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL UMA VEZ QUE O ANTIGO LIXÃO NAO TEM MAIS CONDIÇÕES DE RECEBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE	PÚBLICA/EXECUTIVA	Cancelado	29/12/2006	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	25000	PDC01	12	
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	20/01/2009	152.509,17	0	152.509,17	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1560000	PDC01	12	TENDO EM VISTA AS CONTRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE BACIAS E AS DIFICULDADES ORA ENCONTRADAS PELA SECRETARI
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	04/01/2007	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1560000	PDC03	12	DIA GNÓSTICO E PERSPECTIVAS DA SITUAÇÃO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) - TIPO E QUANTIDADE DE

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/05/2013	84.779,20	44.804,00	129.583,20	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	120000	PDC01	24	PROBLEMA A SER ENFRENTADO OU MINIMIZADO - P.EX.: REDUZIR A POLUIÇÃO NO RIBEIRÃO DA ONÇA; DESENVOLVER
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/08/2009	117.078,00	31.272,00	148.350,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	43217	PDC03	12	PROMOVER A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DEGRADADA POR DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, O VAZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	07/08/2009	179.145,44	104.939,76	284.085,20	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	60000	PDC03	6	OS EFLUENTES DOMÉSTICOS SÃO LANÇADOS IN NATURA EM CORPOS D'Á GUA E NO SOLO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	05/10/2006	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	30000	PDC01	12	O PROJETO TEM COMO PROPÓSITO MAIS ABRANGENTE, A CRIAÇÃO DE UM VIVEIRO DE MUDAS PARA FORNECIMENTO DE
ORGANIZAÇÃO AMBIENTALISTA AMAINAN BRASIL	CONSERVAÇÃO EM MATA ATLÂNTICA	Concluído	13/02/2014	36.590,72	24.817,78	61.408,50	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	600000	PDC01	12	OBJETIVO: EFETUAR ESTUDO, À LUZ DAS INTERFERÊNCIAS ANTRÓPICAS, DE CARACTERIZAÇÃO E MONITORAMENTO, DO
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	01/07/2011	265.000,00	0	265.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1600000	PDC01	5	LEVANTAR DE FORMA APROPRIADA O USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL DOS RECURSOS NATURAIS QUE OCASIONAM IMPACTOS
ASSOCIAÇÃO JAPI	MEIO AMBIENTE	Cancelado	11/04/2008	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	45000	PDC01	5	OS TRABALHOS PROPOSTOS TÊM COMO OBJETIVO ELABORAR A COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE BACIA DO SOROCABA E M
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Cancelado	10/04/2008	0	0	0	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	700000	PDC01	12	PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO MUNICÍPIO DE CABREÚVA (SERRA DO JAPI COM SEUS MANANCIAIS DE
													O OBJETIVO FUNDAMENTAL DESTES ESTUDO É REALIZAR A INVESTIGAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS ANTRÓPOGÊNICOS N

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CEADEC - CENTRO DE ESTUDOS E APOIO AO DESENVOLVIMENTO,	PROMOVER E APOIAR INICIATIVAS RELATIVAS à	Cancelado	10/04/2008	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	234968	PDC03	12	- INICIAR E APERFEIÇOAR A COLETA SELETIVA DE QUATRO MUNICÍPIOS - IBIÚNA, MAIRINQUE, SÃO ROQUE E VARG
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/04/2008	0	0	0	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	1200	PDC01	12	O RIBEIRÃO DO MURUNDU É UM DOS CURSOS D'ÁGUA QUE DÁ ORIGEM AO RIO SOROCABUÇU, QUE POR SUA VEZ DA ORI
ASSOCIAÇÃO JORNADA ECOLÓGICA - AJE	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	Concluído	14/02/2012	107.088,67	28.703,32	135.791,99	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	16000000	PDC01	12	ESTUDO E ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS MUNICIPAIS EM FACE DA ESTADUAL E FEDERAL. PROPOSTAS DE A
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	30/12/2009	176.264,40	468.735,59	644.999,99	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	30000	PDC03	7	TRATAMENTO DE 100% DOS ESGOTOS DA BACIA DO RIBEIRÃO DA SERRA, AFLUENTE DO RIO TIETÊ.
SOS CUESTA DE BOTUCATU	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Cancelado	20/12/2007	0	0	0	Sociedade Civil	Reembolsável	Estudos/Projetos (contratos)	2500	PDC01	17	PLANEJAR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NA BACIA DO RIO CAPIVARA QUE ASSOCIEM A PROTE
5 ELEMENTOS - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Concluído	20/07/2010	142.068,68	37.904,30	179.972,98	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1654736	PDC01	12	O PRESENTE PROJETO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO O DIAGNÓSTICO E A PUBLICAÇÃO DE DADOS EM FORMA DE ATL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	22/07/2009	172.532,41	108.039,66	280.572,07	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	5500	PDC03	8	(PROBLEMA A SER ENFRENTADO OU MINIMIZADO - P.EX.: REDUZIR A POLUIÇÃO NO RIBEIRÃO DA ONÇA; DESENVOLVE
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	24/04/2010	209.349,00	0	209.349,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1600000	PDC01	12	TENDO EM VISTA AS ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE BACIAS, AS DIFICULDADES ORA ENCONTRADAS PELA SECRETARIA E
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	08/04/2010	144.000,00	36.000,00	180.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	212300	PDC05	6	O OBJETIVO DESTES PROJETO DE AÇÕES DE COMBATE A PERDAS DE ÁGUA É DAR CONTINUIDADE AS ATIVIDADES DO PL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/04/2008	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	45376	PDC01	10	OBJETIVO: (PROBLEMA A SER ENFRENTADO OU MINIMIZADO - P.EX.: REDUZIR A POLUIÇÃO NO RIBEIRÃO DA ONÇA;

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
5 ELEMENTOS - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Concluído	08/08/2012	118.712,42	29.633,52	148.345,94	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	1374000	PDC01	10	A PROPOSTA ENQUADRA-SE NA LINHA TEMÁTICA PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - Ação: C
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	09/08/2012	143.200,00	35.603,00	178.803,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	250000	PDC05	6	REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS CITADOS.
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	14/05/2013	337.958,00	0	337.958,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	1600000	PDC01	12	ESTE PROJETO PROPÕE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DAR CONTINUIDADE DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E A COMP
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	11/05/2011	179.937,95	303.506,31	483.444,26	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	100000	PDC09	24	REVEGETAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE NA BACIA DO CÓRREGO São José é PROJETO E OBRA DE CONVERS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	14/05/2013	149.696,98	66.541,78	216.238,76	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	800000	PDC09	24	RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DE MATA CILIAR DO RIO SOROCABA, MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DE PARTICIPAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	27/08/2009	71.715,23	35.101,17	106.816,40	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	10000	PDC03	2	TRATAMENTO DOS EFLUENTES DOS SISTEMAS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	16/10/2012	72.000,00	18.000,00	90.000,00	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	8000	PDC02	3	CONTRATAR UM PROJETO BÁSICO QUE IDENTIFIQUE ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO PARA O MUNICÍPIO,
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/08/2013	34.645,00	13.800,00	48.445,00	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	40000	PDC09	18	A RECUPERAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO É URGENTE, POIS SEU ABANDONO, LEVAM AO USO PREDATÓRIO COM DEPÓSITO D
COOPERATIVA DE RECICLAGEM RENASCER	COLETA DE MATERIAIS RECICLADOS	Cancelado	12/11/2008	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	93430	PDC03	10	AUMENTAR O NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS, ATINGINDO UMA META DE 50 NO PERÍODO DE DOZE MESES E DIMINUI
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	05/07/2010	81.600,00	0	81.600,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	2000000	PDC01	12	TRATA-SE DE UMA ATIVIDADE DE SUPORTE E APOIO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA SIGRH PARA GERENCIAR OS RECURSO

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL	Concluído	25/11/2013	200.000,00	72.684,00	272.684,00	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	1000000	PDC01	12	OBTENÇÃO DE PARÂMETROS HIDROLÓGICOS COMO SUPORTE AO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA, EM
ASSOCIAÇÃO JAPI	MEIO AMBIENTE	Concluído	27/01/2014	68.580,23	28.569,60	97.149,83	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	9000	PDC01	7	PROMOVER O RECONHECIMENTO DO RIBEIRÃO CABREÁVA UTILIZANDO RECURSOS FOTOGRÁFICOS, LEVANTAMENTO GEOGRÁFICO
UNIVERSIDADE DE SOROCABA - FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO	Concluído	18/02/2014	178.971,80	76.560,00	255.531,80	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1200000	PDC09	18	A VALIAÇÃO DOS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (RAD) REALIZADOS EM ÁREAS CILIARES DA BACIA
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Cancelado	28/12/2011	159.406,60	56.331,60	215.738,20	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	128397	PDC01	12	O PROJETO PROPOSTO TENDO COMO RESULTADO A GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS E ATUALIZÁVEIS DA ÁREA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/05/2010	0	0	0	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	1000000	PDC09	24	A BACIA HIDROGRÁFICA DO SOROCABA POSSUI CERCA DE 5.209 KM² DE ÁREA, ENVOLVENDO A POPULAÇÃO DE UM MIL
DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL	Cancelado	16/12/2011	180.000,00	0	180.000,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	590000	PDC04	12	O OBJETIVO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA	SERVIÇO PÚBLICO	Concluído	26/08/2015	88.530,96	22.066,70	110.597,66	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	9620	PDC01	11	DIAGNÓSTICO DA REALIDADE AMBIENTAL DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA ÁREA DA SUB-BACIA DO RIBEIRÃO DO COLÉGIO,
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Concluído	28/11/2013	179.732,11	48.031,58	227.763,69	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	7500	PDC01	12	O OBJETIVO É DISSEMINAR ALTERNATIVAS DE MANEJO APROPRIADO DA ÁGUA NA ZONA RURAL ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	16/12/2011	355.978,00	0	355.978,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1932930	PDC01	12	ESTE PROJETO PROPÕE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DAR CONTINUIDADE DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Concluído	03/06/2013	141.388,00	22.439,51	163.827,51	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	37450	PDC01	5	OBTENÇÃO DE DADOS AMBIENTAIS DO PONTO DE VISTA QUANTITATIVO E QUALITATIVO, ASSIM COMO O MAPEAMENTO,

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	13/11/2012	119.959,00	40.115,00	160.074,00	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	105000	PDC09	27	SUA REVITALIZAÇÃO JUSTIFICA-SE PELO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE E QUALIDADE HÍDRICA DA BACIA DO SOROC
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Em execução	-	133.578,60	33.859,00	167.437,60	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	200	PDC01	12	CONTRIBUIR PARA MELHORIA AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ, POR MEIO D
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	12/08/2013	148.918,75	102.078,32	250.997,07	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	3500	PDC05	5	O PROJETO VISA A SUBSTITUIÇÃO DAS REDES DE FERRO FUNDIDO, CONTEMPLANDO A UTILIZAÇÃO DE PVC, MAIS ADE
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	15/07/2015	101.395,00	27.001,00	128.396,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	600	PDC01	18	CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE RESIDENTE NA APA ITUPARARANGA QUANTO À IMPORTÂNCIA AMBIENTAL DA REGIÃO EM
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/12/2011	160.442,44	43.008,86	203.451,30	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	500	PDC09	18	ELABORAR O PROJETO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DAS NASCENTES PRIORITÁRIAS À CONEXÃO DE FRAG
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	14/05/2010	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2000000	PDC01	12	BANCO DE DADOS DE PROJETO FEHIDRO E DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E TRAMITAÇÃO DE PROJETOS
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	12/09/2013	161.000,00	0	161.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	2000000	PDC01	10	1. PROMOVER MATERIAIS DE APOIO PARA ENTIDADES EDUCACIONAIS, ASSEGURAR AS AÇÕES DA FABH-SMT, COMO SEC
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/05/2014	180.000,00	60.166,18	240.166,18	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	420	PDC03	6	RESOLVER O PROBLEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/05/2010	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	48650	PDC03	8	ELIMINAR DE VEZ A POSSIBILIDADE DE USO DA ÁREA COMO DEPÓSITO DE LIXO E BUSCAR POR MEIO DO TRATAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA	SERVIÇO PÚBLICO	Concluído	26/08/2015	143.520,00	33.900,48	177.420,48	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	9620	PDC03	12	REDUZIR A CARGA POLUIDORA NA ÁGUA GERADA PELO USO INADEQUADO DO SISTEMA DE AFASTAMENTO DE ESGOTO, COM O OBJETIVO DESTES PROJETO É
COOPERATIVA DE RECICLAGEM RENASCER	COLETA DE MATERIAIS RECICLADOS	Cancelado	14/05/2010	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	45000	PDC03	10	AUMENTAR O NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS, ATINGINDO UMA META DE 50 NO PERÍ

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
FUNDIBIO - FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS	COLABORAR EM PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL A SEREM ESTABELECIDOS COM O INSTITUTO D	Em execução	-	143.202,00	36.551,75	179.753,75	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	119000	PDC01	15	CONTRIBUIR PARA CONSOLIDAR AS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, MANEJO E RECUPERAÇÃO DOS AMBIENTES NATURAIS
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Em execução	-	123.947,00	30.713,20	154.660,20	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	80	PDC01	12	FORMAR 80 AGENTES DE DESENVOLVIMENTO PARA A GESTÃO COMPARTILHADA E PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Concluído	15/01/2014	168.871,50	41.448,51	210.320,01	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15000	PDC01	12	PRODUZIR MATERIAL CARTOGRAFICO EM ESCALA DE DETALHE (1:10.000) PARA SUBSIDIAR A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/12/2011	149.897,88	43.471,00	193.368,88	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	120000	PDC09	30	A RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR DO Córrego do Tenente para MELHORAR AS SUAS CONDIÇÕES HÍDRICAS E RESTAB
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	02/01/2012	180.000,00	224.776,77	404.776,77	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	38192	PDC03	7	A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DESÁGUE DE LODO OBJETIVA EQUIPAR A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, DENO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Concluído	29/07/2015	117.388,93	30.577,00	147.965,93	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	36211	PDC05	6	O OBJETO DO PRESENTE TRABALHO é A SETORIZAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	180.000,00	83.110,77	263.110,77	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	310	PDC03	10	RESOLVER O PROBLEMA DE AFASTAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	23/10/2013	85.923,94	21.480,48	107.404,42	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	18000	PDC01	10	OS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS SERÃO: DESENVOLVER A INTEGRAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DE
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Concluído	02/02/2016	65.768,00	33.946,00	99.714,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2300	PDC01	12	O OBJETIVO PRINCIPAL DO PROJETO é PROMOVER UMA CAMPANHA VOLTADA à CONSCIENTIZAÇÃO DOS PRODUTORES AGR
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	01/07/2011	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	73900	PDC03	12	O OBJETIVO PRINCIPAL DESTAS ATIVIDADES, CONFORME O MANUAL DE GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS (CE
AÇÃO DA CIDADANIA - COMITÊ IBIÚNA/SP	PROMOVER O BEM DE TODOS SEM PRECONCEITOS, DEFENDER INTERESSES COLETIVOS, COMBATER A EXCLUSÃO SOCIAL	Concluído	16/08/2016	137.124,30	19.305,00	156.429,30	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2283	PDC01	12	O PROJETO TEM COMO OBJETIVO GERAL PROPOR MEDIDAS E AÇÕES QUE ESTIMULEM A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO E
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Em execução	-	168.871,50	40.961,38	209.832,88	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15000	PDC01	12	PRODUZIR MATERIAL CARTOGRAFICO EM ESCALA DE DETALHE (1:10.000) PARA SUBSIDIAR A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	13/11/2012	180.000,00	60.228,86	240.228,86	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	400	PDC03	6	ALCANÇAR 100% DE ESGOTO TRATADO NO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	01/07/2011	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	16274	PDC05	12	O PROJETO TEM POR OBJETIVO GARANTIR QUALITATIVAMENTE E QUANTITATIVAMENTE A PRODUÇÃO DE ÁGUA VISANDO O OBJETIVO PRINCIPAL DESSE PROJETO É REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO DE TODA ÁREA DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	09/05/2013	148.000,00	37.000,00	185.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15000	PDC01	12	REDUZIR O EFEITO CONTAMINANTE DO SOLO E DA ÁGUA NA REGIÃO DO ATERRO SANITÁRIO, AUMENTANDO A VIDA ÚTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	25/04/2012	178.146,88	5.507,69	183.654,57	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	2800	PDC03	7	O OBJETO DO PRESENTE TRABALHO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Concluído	01/06/2016	135.676,45	28.991,20	164.667,65	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	36211	PDC05	7	REALIZAR A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SETORIZAÇÃO COM TODAS AS INTERVENÇÕES E OBRAS NECESSÁRIAS ALÉM
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	170.430,00	8.950,00	179.380,00	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	26000	PDC05	8	DIAGNOSTICAR A SITUAÇÃO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS NA MICROBACIA DO ALTO DO RIO CAPIVARA ATÉ O PARQ
ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BOTUCATU - CATI	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Cancelado	13/09/2012	41.315,05	62.560,20	103.875,25	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1300	PDC01	12	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ENCERRAMENTO DA ÁREA DE LIXÃO,
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	01/07/2011	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	260000	PDC03	3	A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO TEM COMO OBJETIVO MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA DA COMUNIDADE, INCLUINDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	04/10/2013	177.932,86	139.567,17	317.500,03	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	4327	PDC03	5	IDENTIFICAR E DELIMITAR AS SUB-BACIAS DO RIO PIRAPORA E SARAPUÍ, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PIEDADE;
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	154.697,96	28.000,00	182.697,96	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	26000	PDC01	12	ESTE PROJETO PROPÕE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DAR CONTINUIDADE DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E A COMP
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	01/08/2012	360.000,00	0	360.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1600000	PDC01	12	

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	13/11/2012	700.000,00	0	700.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1800000	PDC01	15	PROPOR AS PRINCIPAIS DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO E PRODUTOS BÁSICOS A SEREM CONSIDERADOS E O
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO- UNESP CAMPUS EXPERIMENTAL DE SOROCABA	UNIVERSIDADE PÚBLICA	Cancelado	16/03/2016	119.157,68	13.442,82	132.600,50	Estado	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	3000	PDC01	12	O PRESENTE PROJETO ENQUADRA-SE INTEGRALMENTE NO REFERIDO PDC-8, TENDO EM VISTA QUE A SUA PROMOÇÃO AO
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA AGRÍCOLA - FUNDAG	SUORTE E APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS	Cancelado	08/10/2013	179.660,00	111.600,00	291.260,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2200000	PDC01	12	DENTRO DOS PROGRAMAS DA ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL, PARA SE FAZER FRENTE AOS PROCESSOS DE AQU
AÇÃO DA CIDADANIA - COMITÊ IBIÚNA/SP	PROMOVER O BEM DE TODOS SEM PRECONCEITOS, DEFENDER INTERESSES COLETIVOS, COMBATER A EXCLUSÃO SOCIAL	Cancelado	04/12/2013	181.078,30	22.086,70	203.165,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	3203	PDC01	12	TRATAR O SANEAMENTO COM UMA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL QUE DEVERÁ PROMOVER NÃO SÓ A SAÚDE DO HOMEM, MA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/12/2013	395.014,40	53.865,60	448.880,00	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	42300	PDC05	3	O OBJETIVO DA AÇÃO PROPOSTA É DE OBTER MAIOR CONTROLE E CONFIABILIDADE QUANTO ÀS PERDAS APARENTES (N
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/12/2014	396.000,00	42.300,00	438.300,00	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	18000	PDC05	4	O OBJETIVO DA AÇÃO PROPOSTA É DE OBTER MAIOR CONTROLE E CONFIABILIDADE QUANTO ÀS PERDAS APARENTES (N
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em execução	-	209.940,00	29.270,00	239.210,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	147470	PDC01	18	OBJETIVO: SENSIBILIZAR OS ATORES LOCAIS SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS QUE COMPROMETEM A QUALIDADE DA

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	36827	PDC05	6	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DO CADA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	14/11/2012	356.030,19	39.558,91	395.589,10	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	36827	PDC05	6	O OBJETIVO DESSE TRABALHO É IMPLANTAR ATIVIDADES QUE VISAM O CONTROLE E REDUÇÃO DAS PERDAS DE ÁGUA NO
INSTITUTO PHYSIS - CULTURA E AMBIENTE	ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	120	PDC01	12	DESENVOLVER PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	29/05/2012	388.765,45	20.461,34	409.226,79	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	59600	PDC05	7	REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA
ASSOCIAÇÃO DOS GESTORES PELA UNIDADE AMBIENTAL - A.G.U.A.	PROJETOS NA ÁREA AMBIENTAL	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	1000000	PDC09	24	OBJETIVO RESTAURAR ÁREAS DEGRADADAS DO PARQUE DA BIODIVERSIDADE E FORMAR UM POMAR DE SEMENTES COM AL
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	13/07/2015	143.600,82	34.530,13	178.130,95	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	39649	PDC03	6	O OBJETIVO PRINCIPAL DO PRESENTE TRABALHO CONSISTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO NOVO EMISSÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	7000	PDC03	2	TEM POR OBJETIVO SUBSTITUIR UMA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA EXISTENTE QUE ENCONTRA-SE EM PÉSSIMO ESTADO DE CO
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	600	PDC01	10	1. CONTRIBUIR COM A FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL DOS EDUCADORES PARA UMA MUDANÇA DE CULTURA EM PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/11/2012	0	0	0	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	127328	PDC01	12	OBJETIVO: CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PARQUE MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	05/06/2015	349.371,20	6.847,90	356.219,10	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	25119	PDC03	12	DIMINUIR A INCIDÊNCIA DE DEPÓSITO DE PRODUTOS RECICLÁVEIS NO ATERRO SANITÁRIO E DEMAIS ÁREAS REDUZIN
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	06/01/2016	98.108,00	15.899,00	114.007,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	51416	PDC09	12	DEFINIR AS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO SERVIÇO AMBIENTAL ÁGUA NAS SUB BACIA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	28/12/2012	118.456,00	29.614,00	148.070,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	105569	PDC01	6	O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE SALTO SERÁ O RESPONSÁVEL TOMADOR DOS RECURSOS DO FEHID

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	13/10/2014	392.436,50	108.600,00	501.036,50	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	39649	PDC05	12	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO é IMPLANTAR ATIVIDADES QUE VISAM O CONTROLE E REDUÇÃO DAS PERDAS DE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cancelado	19/11/2012	104.663,92	26.165,98	130.829,90	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36827	PDC03	6	O OBJETIVO PRINCIPAL DO PRESENTE TRABALHO CONSISTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO EMISSÁRIO D
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	MEIO AMBIENTE	Em execução	-	181.993,00	19.582,00	201.575,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	696000	PDC09	12	PRODUIR MATERIAL CARTOGRAFICO EM ESCALA DE DETALHE (1:10.000) PARA SUBSIDIAR A RECUPERAÇÃO DE
PUC- FUNDAÇÃO SÃO PAULO - FUNDASP, MANTENEDORA DA PUC/SP	ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO	Cancelado	24/04/2015	112.940,28	15.222,45	128.162,73	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1000	PDC09	12	: O OBJETIVO ESPECÍFICO (ENFASE) é O DE EFETUAR ESTUDO, À LUZ DAS INTERFERÊNCIAS ANTRÓPICAS, DE CARA
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A	CONSERVAÇÃO, PRODUÇÃO E	Cancelado	28/12/2012	292.850,00	32.736,00	325.586,00	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos	39628	PDC01	12	PRODUÇÃO DE MAPAS (A PARTIR DE IMAGENS DE SATÉLITE) E PROTOCOLOS COM DIAGNÓSTICOS DO USO DA TERRA,
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Cancelado	19/11/2012	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	615199	PDC03	12	OBJETIVO: O OBJETIVO DO PRESENTE PROJETO é ELABORAR O PLANO DE
CETESB - COMPANHIA	AG-NCIA AMBIENTAL DO	Cancelado	19/11/2012	0	0	0	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	600000	PDC09	12	REALIZAR DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, N
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	19/11/2012	264.367,71	13.914,09	278.281,80	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	180000	PDC01	8	PROPOR E APLICAR METODOLOGIA PARA AUTOMATIZAÇÃO DA TÉCNICA JUSTIFICATIVA: NA PERSPECTIVA DO DESEJADO DESENVOLVIMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, A CONTINUIDADE DOS VET
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cancelado	19/11/2012	130.334,32	14.481,59	144.815,91	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36827	PDC08	6	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE MACRODRENAAGEM URBANA, VISANDO EXE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	19/11/2012	178.233,97	3.637,43	181.871,40	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	109413	PDC08	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAAGEM URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	28/12/2012	71.250,00	3.750,00	75.000,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	45000	PDC03	3	OBJETIVO: DETERMINAR SE ÁREA AINDA APRESENTA RISCO DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E AVALIAR A EFICÁCIA DA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ORÇAO PUBLICO (PREFEITURA)	Cancelado	03/06/2013	365.619,55	20.852,15	386.471,70	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	100	PDC05	24	DEGRADADAS COM REFLORESTAMENTO, DIMINUINDO O ESCORIMENTO SUPERFICIAL DE AGUAS P
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	19/11/2012	279.300,00	5.700,00	285.000,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	400	PDC03	6	MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL REFERENTE A COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO,

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/06/2013	144.546,66	3.080,00	147.626,66	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	7468	PDC03	3	RESOLVER O PROBLEMA DO TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDO DOMÉSTICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	195.046,59	64.719,08	259.765,67	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	6000	PDC03	4	O EMPREENDIMENTO VISA BENEFICIAR DIRETAMENTE O BAIRRO CAMPOS VILETA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	176.927,53	68.768,90	245.696,43	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2000	PDC03	4	O EMPREENDIMENTO VISA BENEFICIAR DIRETAMENTE A COMUNIDADE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	24/08/2015	118.068,00	29.130,40	147.198,40	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	39649	PDC05	6	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É IMPLANTAR A MODELAGEM DE SIMULAÇÃO COM O MODELO MATEMÁTICO PARA AD
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Concluído	09/06/2017	396.867,89	91.632,00	488.499,89	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	36827	PDC05	6	OBJETIVO DESSE TRABALHO É IMPLANTAR ATIVIDADES QUE VISAM O CONTROLE E REDUÇÃO DAS PERDAS DE ÁGUA NOS
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1800000	PDC01	12	O PLANO DE COMUNICAÇÃO VISA ESTABELECER ALGUMAS ATIVIDADES PARA APERFEIÇOAR A COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/12/2014	400.000,00	83.140,80	483.140,80	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	16000	PDC05	4	O OBJETIVO DA AÇÃO PROPOSTA É DE OBTER MAIOR CONTROLE E CONFIABILIDADE QUANTO ÀS PERDAS APARENTES (N
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	234154	PDC05	6	OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE CERQUILHO, PORTO FELIZ, TIETÊ E VOTORANTIM JÁ POSSUEM ALGUMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	02/09/2016	80.838,00	8.800,00	89.638,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2801	PDC05	4	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE COMBATE ÀS PERDAS DE ÁGUA, COM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	5884	PDC03	4	A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO TEM COMO OBJETIVO MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA DA COMUNIDADE E ATUAR PAR
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	1200000	PDC01	14	FOMENTAR, SENSIBILIZAR E MOBILIZAR DIFERENTES ATORES DA BACIA DO SMT, PARA A FORMAÇÃO DE UM COLETIVO

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	110000	PDC01	24	ESTE PROJETO PREVÊ A IMPLANTAÇÃO DE UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ATRAVÉS DE AÇÕES DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	2000	PDC08	6	O OBJETIVO É FAZER UM CORREDOR SUBTERRÂNEO, FORMADO A PARTIR DAS GALERIAS, DIRECIONE A ÁGUA DA CHUVA
ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E AMIGOS DAS CHÁCARAS ARAPONGAS E ÁGUAS CRISTALINAS AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS.	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	800	PDC01	12	PROPOR MEDIDAS E AÇÕES QUE ESTIMULEM A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO E HÁBITOS NA BUSCA DE MELHORES CONDI
	SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	34700	PDC09	12	RECUPERAÇÃO DE 12 HA DA BACIA DO CÔRREGO ITAINZINHO COM PLANTIO DIRETO DE 20.000 MUDAS E O DESENVOLV
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	211.350,99	124.600,62	335.951,61	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	425	PDC03	5	TORNAR ADEQUADO O SANEAMENTO BÁSICO NA BACIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	151.461,74	1.941,57	153.403,31	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	16423	PDC08	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAÇÃO URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15000	PDC01	12	1 - ELABORAR UM BANCO DE DADOS QUE POSSA SUBSIDIAR O COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - SOROCABA MÉDIO
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	15000	PDC09	18	REALIZAR A RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL DE 08 (OITO) ÁREAS NA BACIA DO RIBEIRÃO SOROCABUÇÚ COM ESPÉCIES NA
SERVICO AUTONOMO DE AGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	105569	PDC01	6	O OBJETIVO GERAL DO PRESENTE TRABALHO É A OBTENÇÃO DE UM BANCO DE DADOS COM LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE	PÚBLICA/EXECUTIVA	Em execução	-	97.057,24	1.883,25	98.940,49	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15809	PDC08	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAÇÃO URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	29/05/2015	118.897,84	29.464,69	148.362,53	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	39617	PDC08	6	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE MACRODRENAÇÃO URBANA, VISANDO EXE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	39617	PDC03	6	SEGUINDO A LEI FEDERAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE 2010, O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É A CONTRATAÇÃO

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	39617	PDC03	6	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE ESGOTO SANITÁRIO, VISANDO EXECUTAR O PLANO DIRETOR DE MACRODRENAÇÃO E CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE QUADRA. TERÁ POR OBJETIVO O OBJETIVO GERAL ENVOLVER O DESENVOLVIMENTO DE MODELOS INTEGRADOS QUE PERMITA A
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	3286	PDC09	6	MACRODRENAÇÃO E CONTROLE DE EROSÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE QUADRA. TERÁ POR OBJETIVO O OBJETIVO GERAL ENVOLVER O DESENVOLVIMENTO DE MODELOS INTEGRADOS QUE PERMITA A
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTIT. AO DESENV. CIENTÍFICO	APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO	Cancelado	26/03/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	20000	PDC01	24	ESTE PROJETO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR A CONDIÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE DRENAÇÃO DA REPRESA DE ITUPA
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTIT. AO DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERS. FEDERAL DE SÃO CARLOS (FAP-UFSCar)	APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1717000	PDC03	36	ESTE PROJETO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR A CONDIÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE DRENAÇÃO DA REPRESA DE ITUPA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	17871	PDC03	6	OBJETIVO REFORMA E AMPLIAÇÃO DE USINA DE RECICLAGEM JUSTIFICATIVA (2.3 - PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E RE
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	3286	PDC03	7	REDUZIR O EFEITO CONTAMINANTE DO SOLO E DA ÁGUA NA REGIÃO DO ATERRO SANITÁRIO, AUMENTANDO A VIDA ÚTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	11/05/2015	145.975,30	2.462,37	148.437,67	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	17871	PDC03	4	ENCERRAR ADEQUADAMENTE AS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, CONFIGURAR OS TALUDES DE FORMA GEOTE
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	04/08/2015	400.000,00	140.382,64	540.382,64	Estado	Reembolsável	Estudos/Projetos (contratos)	28000	PDC03	12	ELABORAR PROJETOS PARA AMPLIAR O SISTEMA DE ESGOTOS PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE DOS RIOS, PROPORCIONAR
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36827	PDC03	6	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE ESGOTO SANITÁRIO, VISANDO EXECUTAR
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Em execução	-	194.000,00	0	194.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1800000	PDC03	12	OS RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO, ELABORADOS ANUALMENTE PELOS COMITÊS DE BACIA, SÃO IMPORTANTES INSTRUMENTO

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SOS ITUPARARANGA -	PROTEÇÃO DOS RECURSOS	Cancelado	26/03/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	10000	PDC01	10	OBJETIVO: O OBJETIVO DESTES PROJETO É DIAGNOSTICAR PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	208.946,42	6.761,46	215.707,88	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	129234	PDC08	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	9858	PDC08	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA PARA CONTROLE DE EROSÃO DO SOLO E INUNDAÇÕES EM ÁREAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	108810	PDC08	6	PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	148.000,00	4.099,00	152.099,00	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	45000	PDC08	12	O OBJETIVO PRINCIPAL DESSE PROJETO É REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DO MEIO FÍSICO DE TODA ÁREA DO MUNICÍPIO
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Cancelado	26/03/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	50000	PDC01	24	O PRESENTE PROJETO BUSCA DESENVOLVER AÇÕES PARA REVERTER O ATUAL QUADRO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DAS
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	184.836,32	15.919,77	200.756,09	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	71000	PDC03	10	POR SER UM PROJETO QUE VISA A CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA SUBTERRÂNEA E CONSEQUENTEMENTE DOS CORPO
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	500	PDC09	18	ELABORAR O PROJETO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DAS NASCENTES PRIORITÁRIAS À CONEXÃO DE FRAG
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	33.196,00	1.750,00	34.946,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	100	PDC03	3	O OBJETIVO É TRATAR O ESGOTO DOMÉSTICO PRODUZIDO NAS RESIDÊNCIAS RURAIS, REDUZINDO CONSIDERAVELMENTE
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	71244	PDC08	10	O PRESENTE PROJETO VISA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA PARA O DIMENSIONAMENTO DOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26640	PDC03	6	O MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA - SP, NECESSITA QUE SEJA EXECUTADO O ENCERRAMENTO. ESTE PROJETO É A
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26640	PDC03	6	DIMINUIR A PERMANÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DO MUNICÍPIO E EVITANDO ASSIM A
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	810	PDC03	12	POSSIBILIDADE DE DAR DESTINAÇÃO ADEQUADA AO ESGOTO COLETADO NAS RESIDÊNCIAS, DE FORMA E NÃO CONTAMINAR O SOLO, LENÇOL
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	70000	PDC01	12	REALIZAR UM LEVANTAMENTO E A ESPACIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE CAPTAÇÃO DE ÁGUA E DESCARTE DOS EF

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	16/02/2016	357.765,86	1.331.675,50	1.689.441,36	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	28826	PDC03	10	A AMPLIAÇÃO DA ETE RIO SOROCABA, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO DO 4º MÓDULO DE LAGOAS, GARANTIRÁ O TRATAMENTO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	10/04/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	12500	PDC03	5	A LIMPEZA DAS LAGOAS ANAERÓBIA E FACULTATIVA DA ETE ALIANÇA E DA LAGOA ANAERÓBIA DA ETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	19/10/2015	379.489,89	87.089,11	466.579,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	39649	PDC03	6	TAQUARAL ATRAVÉS DO EMPREENDIMENTO ESTÁ ENQUADRADO NO PDC 03 QUE FAZ PARTE DO ESCOPO DOS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUA
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO Tietê - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	700.000,00	0	700.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1600000	PDC01	15	PROPOR AS PRINCIPAIS DIRETRIZES, ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO E PRODUTOS BÁSICOS A SEREM CONSIDERADOS E O
PREFEITURA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/03/2016	77.349,92	6.491,00	83.840,92	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	71000	PDC01	8	PORTANTO, ENTENDE-SE QUE PARA QUE SEJA CRIADA UMA LEI
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	306.016,95	7.195,01	313.211,96	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	71244	PDC08	12	CONFORME APRESENTADO, AS AÇÕES DE CHUVAS INTENSAS ATINGEM DIVERSOS PONTOS DA CIDADE. O MUNICÍPIO DE
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/03/2016	199.369,68	20.080,00	219.449,68	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	20000	PDC01	12	TAL PROJETO É FUNDAMENTAL UMA VEZ QUE ENRIQUECERÁ PROVIDENCIALMENTE O PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL MUNICI
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	609.974,74	20.831,50	630.806,24	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	221000	PDC03	12	ENCERRAMENTO DO ATERRO DE TATUI, ADEQUANDO AS INCONFORMIDADES AMBIENTAIS DA ÁREA DO ATERRO DESATIVADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	113000	PDC01	12	ESTE PROJETO PREVÊ A IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS QUE VISEM OS RESÍDUOS SÓLIDOS E A ÁGUA. AT
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	141.481,60	7.255,00	148.736,60	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	15532	PDC01	7	O PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM DO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO - SP TEM COMO OBJETIVO CARACTERIZAR
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	140.644,65	7.402,35	148.047,00	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	28300	PDC05	6	ESTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETIVO FORNECER AS DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	84.365,70	2.187,66	86.553,36	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	45000	PDC03	3	DE E OBJETIVO: DETERMINAR SE ÁREA AINDA APRESENTA RISCO DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL E AVALIAR A EFICÁCIA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	18/07/2016	288.000,00	17.280,00	305.280,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	48893	PDC01	18	OBJETIVO: IMPLANTAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR PARA QUE SE TORNE UM ÓRGÃO ATUANTE DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	2798	PDC01	4	O OBJETIVO DESSE TERMO DE REFERÊNCIA É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA A

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Em execução	-	134.154,83	14.665,37	148.820,20	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36827	PDC08	6	ESTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE MACRODRENAGEM URBANA, VISANDO EXE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	140.832,75	7.412,25	148.245,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	40000	PDC01	7	OBJETIVO: ESCOAMENTO HÍDRICO, TENDO COMO SISTEMAS DE ANÁLISE: O SISTEMA DE CONTROLE DA DRENAGEM E ES
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Em execução	-	194.002,00	0	194.002,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	12000	PDC01	12	SEGUNDO O RELATÓRIO ZERO AS DEMANDAS PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO MEDIANTE A CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUPERFI
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Em execução	-	194.002,00	0	194.002,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	8000	PDC01	12	SEGUNDO O RELATÓRIO ZERO AS DEMANDAS PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO MEDIANTE A CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUPERFI
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - SAMA E Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município da Estância Turística de Itu - Ar-Itu	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	30/04/2014	398.136,93	126.387,73	524.524,66	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	36835	PDC05	6	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É IMPLANTAR ATIVIDADES QUE VISAM O CONTROLE E REDUÇÃO DAS PERDAS DE
Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município da Estância Turística de Itu - Ar-Itu	SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	70000	PDC01	12	O OBJETIVO ESPECÍFICO (ÊNFASE) É O DE EFETUAR ESTUDO, À LUZ DAS INTERFERÊNCIAS ANTRÓPICAS, DE CARACT
Agência Reguladora de Serviços Delegados do Município da Estância Turística de Itu - Ar-Itu	SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	34700	PDC09	24	RECUPERAR 12 HA DA BACIA DO Córrego Itainzinho com plantio direto de 20.000 mudas e o de desenvolver
Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	385.082,24	7.014,35	392.096,59	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26640	PDC03	6	O OBJETO DOS ESTUDOS E PROJETOS É O ENCERRAMENTO QUE CONSISTE DE CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS, SERVIÇOS
Prefeitura Municipal de Conchas	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	136.657,86	1.500,00	138.157,86	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	16451	PDC09	9	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS
Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	16/03/2016	224.470,60	126.470,50	350.941,10	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	400000	PDC01	9	GERENCIAR E PROPOR Ações em área de drenagem de mananciais de abastecimento, área pertencente a Bacia
Prefeitura Municipal de Botucatu	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	07/01/2016	141.698,20	4.350,00	146.048,20	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	130183	PDC09	9	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS
Prefeitura Municipal de Cesário Lange	PÚBLICA/EXECUTIVA	Concluído	19/08/2016	100.036,44	1.224,94	101.261,38	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15909	PDC09	9	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EVENTOS HIDROLÓGICOS EXTREMOS
Fundação de Apoio Institucional ao Desenv. Científico	APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO	Em execução	-	301.936,00	0	301.936,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	20000	PDC01	24	A COMPATIBILIDADE DO EMPREENDIMENTO COM O ESCOPO DO PDC
Prefeitura Municipal de Quadra	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	01/04/2016	159.250,00	2.777,43	162.027,43	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	3297	PDC09	12	PLANEJAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO AO MEIO RURAL, VISANDO A PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECUR

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	194.289,90	1.982,56	196.272,46	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	109799	PDC01	10	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EROSO DO SOLO E O ASSOREAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRE DE PEDRA	PÚBLICA/EXECUTIVA	Concluído	23/03/2016	97.179,54	1.320,00	98.499,54	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2266	PDC09	10	PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA EROSO DO SOLO E O ASSOREAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (FAPESP)	APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA	Em execução	-	160.371,80	0	160.371,80	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1717000	PDC03	36	ESTE PROJETO TEM COMO OBJETIVO AVALIAR A CONDIÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE DRENAGEM DA REPRESA DE ITUPA
AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	336.633,03	22.583,80	359.216,83	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	10000	PDC05	4	ESTE EMPREENDIMENTO ESTÁ ENQUADRADO NO PDC 05 QUE FAZ PARTE DO ESCOPO DOS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	358.988,48	7.323,81	366.312,29	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26640	PDC03	6	DIMINUIR A PERMANÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, DO MUNICÍPIO EVITANDO ASSIM A POSSIBILIDADE DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	16288	PDC03	6	O OBJETIVO DESSE TERMO DE REFERÊNCIA É DAR DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE UM PLANO DE GERENCIAMENTO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	17/06/2016	133.335,00	14.627,12	147.962,12	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	39617	PDC03	6	COMO O MUNICÍPIO DE CERQUILHO NÃO POSSUI O CADASTRO DAS REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, BEM COMO TAM
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Em execução	-	349.490,89	90.728,51	440.219,40	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	78821	PDC01	12	O OBJETIVO PRINCIPAL DA PROPOSTA É A CONTRATAÇÃO A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR AMBIENTAL (PDA) DO MU
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	19/07/2016	134.676,00	14.641,60	149.317,60	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	39617	PDC01	6	AS LAGOAS ANAERÓBIA E FACULTATIVA DA ETE ALIANÇA E A LAGOA ANAERÓBIA DA ETE TAQUARAL, AMBAS LOCALIZADAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	30/03/2017	270.658,14	5.523,64	276.181,78	Município	Não reemb.	Canalização (metros lineares)	3000	PDC09	3	PRESERVAR O CURSO DA ÁGUA DO RIBEIRÃO LARANJAL DIMINUINDO O ASSOREAMENTO E AUMENTAR A SEGURANÇA DA P
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/10/2013	0	0	0	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	27000	PDC09	24	PRESERVAR OS CURSOS D'ÁGUA E AUMENTAR A QUANTIDADE DE MATA NO MUNICÍPIO QUE ATUALMENTE TEM APROXIMAD
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	02/09/2016	140.600,00	7.388,30	147.988,30	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	105569	PDC05	6	ELABORAR O PROJETO DE RECUPERAÇÃO E REUSO DAS ÁGUAS DE LAVAGEM DA ETA BURU QUE PERTENCE AO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	112.552,02	2.284,21	114.836,23	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2798	PDC03	4	O OBJETIVO DESSE TERMO DE REFERÊNCIA É A DAR DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS E
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	30/04/2014	73.188,00	8.132,00	81.320,00	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	36835	PDC03	6	O MUNICÍPIO DE TIETÊ NÃO POSSUI CADASTRO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (POÇOS DE VISITAS, REDE

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	125.951,00	4.081,75	130.032,75	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	39617	PDC03	6	O OBJETIVO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA E ENGENHARIA PA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	74.773,07	8.577,92	83.350,99	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	23742	PDC03	6	A VALIAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS NA ÁREA DO RIBEIRÃO DAS CONCHAS NO MUNICÍPIO DE PEREIRAS, NO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	206.928,00	4.130,40	211.058,40	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	320	PDC03	6	REDUZIR A COTAMINAÇÃO DE MANANCIAS SUBTERRANEOS E SUPERFICIAIS POR ESGOTO DOMÉSTICO, CONSTRUINDO 80
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	16/03/2016	175.411,08	9.704,79	185.115,87	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	500000	PDC01	8	O RIO SARAPUIÉ, JUNTAMENTE COM O RIO SOROCABA, MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DA BACIA DO SMT.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	78.231,00	1.599,50	79.830,50	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	45223	PDC05	12	MAPEAR E DIAGNOSTICAR A SITUAÇÃO ATUAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APPS), COMO SUBSÍDIO AO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	349.442,01	7.131,47	356.573,48	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	27000	PDC09	24	PRESERVAR OS CURSOS D'ÁGUA E AUMENTAR A QUANTIDADE DE MATA NO MUNICÍPIO QUE ATUALMENTE TEM APROXIMAD
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	252.695,00	5.157,00	257.852,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	27299	PDC01	10	A ELABORAÇÃO DE UM ZONEAMENTO GEOAMBIENTAL PERMITE GERAR DADOS QUE AUXILIE NO MELHOR PLANEJAMENTO TE
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	04/01/2017	298.662,96	34.231,00	332.893,96	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1000	PDC01	10	O OBJETIVO DESTES PROJETO É DIAGNOSTICAR PARA DEFINIR AS METODOLOGIAS DE RESTAURAÇÃO E REALIZAR UM CA
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em execução	-	390.822,96	50.030,08	440.853,04	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2000	PDC03	7	CONTRIBUIR COM A MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DA MICROBACIA DO SOROCAMIRIM, EM ESPECT
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	8	PDC05	33	O OBJETIVO GERAL DO PROJETO É REALIZAR A ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES LOCALIZADAS NO BAIRRO
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em execução	-	244.968,40	28.929,00	273.897,40	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2000	PDC01	12	O OBJETIVO GERAL DO PROJETO É REVELAR OS DADOS REAIS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS E LANÇAMENTO DE EFLUENTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2007	PDC03	4	A IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO TEM COMO OBJETIVO MELHORAR A SAÚDE PÚBLICA DA COMUNIDADE, INCLUINDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	1320	PDC03	4	A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO VISA A PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA NA BACIA H

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE FATEC TATUI -	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	30/04/2014	119.172,00	29.793,00	148.965,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	36835	PDC03	6	O OBJETIVO PRINCIPAL DO PRESENTE TRABALHO CONSISTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO EMISSÁRIO D
PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Cancelado	16/03/2016	277.404,92	40.472,40	317.877,32	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	41901219	PDC03	6	ESTE PROJETO TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA O
PREFEITURA MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A	PREFEITURA MUNICIPAL CONSERVAÇÃO, PRODUÇÃO E	Cancelado	16/03/2016	399.648,77	185.988,56	585.637,33	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar	50000	PDC09	16	PROCESSAMENTO DE CA POSSIBILITAR QUE NO ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE MUDAS, ALÉM DE
		Em execução	-	292.850,00	32.736,00	325.586,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	39628	PDC01	12	O OBJETIVO DO PRESENTE PROJETO É ELABORAR O PLANO DE MANEJO DA ELABORAR PROJETO DE UMA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cancelado	30/04/2014	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36827	PDC03	6	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) PARA O PARQUE ECOLÓGICO CORNÉLIO PIRES
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	189.385,86	12.400,00	201.785,86	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	500	PDC09	18	POR SER UM PROJETO QUE VISA A CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS SUPERFICIAIS DE ABASTECIMENTO URB
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TIETÊ	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Em execução	-	394.819,21	34.703,62	429.522,83	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36835	PDC03	6	CONFORME JÁ DESCRITO, EXISTEM 4 ÁREAS NO MUNICÍPIO DE TIETÊ QUE NECESSITAM DE UMA AVALIAÇÃO PRELIMIN
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	207.864,87	28.687,97	236.552,84	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	156000	PDC01	12	O OBJETIVO DESTA ESTUDO E A ELABORAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS GEORREFERENCIADO QUE POSSIBILITE A GESTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2978	PDC03	6	JUSTIFICA-SE COMO TOMADORA DO EMPREENDIMENTO, UMA VEZ QUE, A PREFEITURA MUNICIPAL NÃO DISPÕE DE EQUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	51320	PDC03	12	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É BUSCAR ATRAVÉS DO FEHIDRO O FINANCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EM
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA	PREFEITURA	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	600000	PDC05	8	CADASTRO DAS NASCENTES. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	78.490,00	1.449,50	79.939,50	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	45223	PDC01	12	O FRAGMENTO FLORESTAL INSERIDO NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAIRINQUE/SP, DENOMINADO PARQUE MUNICI
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Canalização (metros lineares)	36835	PDC01	6	O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO É IMPLANTAR A MODELAGEM DE SIMULAÇÃO COM O MODELO MATEMÁTICO PARA AD
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	78.050,88	1.672,18	79.723,06	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	45223	PDC01	12	O MUNICÍPIO DE MAIRINQUE POSSUI 5132,22 HECTARES DE SEU TERRITÓRIO DENTRO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMIENT
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	50000	PDC01	12	OBJETIVO: O OBJETIVO PRINCIPAL DO PROJETO É MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS NO RESERV
SOS ITUPARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	15091	PDC01	18	OBJETIVO: O PROJETO TEM COMO OBJETIVO CRIAR NOVAS FERRAMENTAS PARA INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZ

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ORÇÃO PÚBLICO (PREFEITURA)	Cancelado	04/01/2017	334.388,00	41.848,70	376.236,70	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	440	PDC09	28	RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA / REVEGETAR ÁREAS DE APPS DE SEIS PROPRIEDADES RURAIS EM BOITUVA-SP
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ORÇÃO PÚBLICO (PREFEITURA)	Cancelado	30/01/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	48314	PDC01	18	MAPEAR TODOS OS FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO NATIVA ACIMA DE 5 HECTARES E PROPOR ÁREA PARA UNIDADE DE CON
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	317.822,78	6.454,53	324.277,31	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	400	PDC03	6	O PROJETO PROPOSTO VAI A ENCONTRO AS METAS ESTRATÉGICAS E GERAIS DO PLANO ESTADUAL QUE FOCA A UTILIZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	193.056,00	4.265,79	197.321,79	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	107326	PDC01	12	DOTAR O MUNICÍPIO DE INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DE ORDENAMENTO AMBIEN
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/01/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	26600	PDC01	9	Após reanálise do empreendimento 2014-SMT_COB-114, indicamos o Instituto de Botânica - IBt, como age
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	17162	PDC01	6	O PROJETO A SER DESENVOLVIDO E ELABORADO VISA EQUACIONAR ADEQUADAMENTE SOB OS PONTOS DE VISTA LEGAL,
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	94.648,40	1.375,78	96.024,18	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	136269	PDC01	6	O PROJETO A SER DESENVOLVIDO E ELABORADO VISA EQUACIONAR ADEQUADAMENTE SOB OS PONTOS DE VISTA LEGAL,
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	294.936,10	2.000,00	296.936,10	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	16288	PDC03	12	O OBJETIVO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA É DAR DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHA
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	200000	PDC01	12	DESENVOLVER, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE LOGÍSTICA REVERSA, COM PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRI
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Em execução	-	3.092.439,00	34.600,00	3.127.039,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	500000	PDC08	12	OBJETIVO: ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE MACRODRENAAGEM QUE AUXILIARÁ OS MUNICÍPIOS NAS TOMADAS DE DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇÓIA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	276.340,40	5.639,60	281.980,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	27299	PDC09	12	O PRESENTE PROJETO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO LEVANTAR DADOS SOBRE AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	125345	PDC05	6	REVISÃO E READEQUAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR DE COMBATE A PERDAS DE ÁGUA COM A PREVISÃO DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL PARA
	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	699.380,00	79.182,92	778.562,92	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	800000	PDC09	32	RESTAURAÇÃO DE APP. MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE ÁGUA DE UM IMPORTANTE M

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/01/2017	149.696,98	59.582,70	209.279,68	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	1000000	PDC01	24	INCREMENTAR A CONEXÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS JUNTO ÀS DEMAIS RESERVAS FLORESTAIS, CONTRIBUINDO PARA PARTIR DO LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO ESPERA-SE OBTER AS MEDIDAS DE DAP, ESPÉCIES PREDOMINANTES E OS ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE PASSIVO AMBIENTAL CARACTERIZANDO A PRESENÇA DE CONTAMINAÇÃO NA ÁGUA SUBTERRÂNEA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	30/01/2015	0	0	0	Município	Reembolsável	Estudos/Projetos (contratos)	52214	PDC01	24	A PARTIR DO LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO ESPERA-SE OBTER AS MEDIDAS DE DAP, ESPÉCIES PREDOMINANTES E OS ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE PASSIVO AMBIENTAL CARACTERIZANDO A PRESENÇA DE CONTAMINAÇÃO NA ÁGUA SUBTERRÂNEA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	175.224,00	3.576,00	178.800,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	28804	PDC03	8	O OBJETIVO DO PRESENTE EMPREENDIMENTO CONSISTE NA ELABORAÇÃO DE TRÊS (03) PROJETOS EXECUTIVOS DE EST
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	6000	PDC03	5	JUSTIFICATIVA: O PROJETO DE RECUPERAÇÃO E REUSO DA ÁGUA DE LAVAGEM, DISPOSIÇÃO FINAL DO LODO E ADEQU
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	43136	PDC03	6	OBTENÇÃO DE UM BANCO DE DADOS GEORREFERENCIADO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO BURU, INCLUINDO AS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	03/06/2015	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	105569	PDC01	12	O MUNICÍPIO DE TIETÊ NÃO POSSUI O CADASTRO DAS REDES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, (POÇOS DE VISITAS, RE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Em execução	-	73.188,00	8.100,00	81.288,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36835	PDC03	6	O OBJETIVO PRINCIPAL DO PRESENTE TRABALHO CONSISTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DO EMISSÁRIO D
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	03/06/2015	119.172,00	29.793,00	148.965,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	36835	PDC03	6	PASSA PELA POLÍTICA AMBIENTAL DO MUNICÍPIO E É PAUTA PRIORITÁRIA NOS CRITÉRIOS GERAIS PARA HIERARQUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	140.832,75	4.846,09	145.678,84	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	40000	PDC01	10	O OBJETO DESTES TRABALHOS É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENH
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	395.620,93	124.164,72	519.785,65	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	39617	PDC05	6	O PROJETO DE RECUPERAÇÃO E REUSO DAS ÁGUAS DE LAVAGEM IRÁ PERMITIR A UTILIZAÇÃO DESSAS ÁGUAS DE VOLT
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	133.894,03	14.710,10	148.604,13	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	39617	PDC03	6	O OBJETIVO ENFASE É O DE EFETUAR ESTUDO À LUZ DAS INTERFERÊNCIAS ANTROPICAS, DE CARACTERIZAÇÃO E MON
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	185.881,36	93.765,64	279.647,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	156000	PDC01	12	O GALPÃO VISA ATENDER A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL E ESTAR PREPARADO PARA O PLANO MUNICIPAL DE GE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	24/10/2016	463.230,65	9.432,28	472.662,93	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	15000	PDC01	8	O GALPÃO VISA ATENDER A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL E ESTAR PREPARADO PARA O PLANO MUNICIPAL DE GE

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA	EDUCAÇÃO	Em execução	-	303.012,60	83.883,40	386.896,00	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	1225145	PDC01	12	MPLANTAR UM SISTEMA AUTOMÁTICO INFORMATIZADO DE DADOS METEOROLÓGICOS, COM APLICAÇÕES E USO EM GESTÃO
FATEC TATUÍ - PROFESSOR WILSON ROBERTO RIBEIRO DE CAMARGO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Cancelado	04/01/2017	311.760,00	80.536,00	392.296,00	Estado	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	2500	PDC05	12	ESTE PROJETO TEM COMO META DESENVOLVER TECNOLOGIAS QUE GEREM MELHORIAS AMBIENTAIS, PROMOVENDO A SUST
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	100	PDC01	16	TER UM CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ATIVIDADES PERMANENTE TANTO PARA AS ESCOLAS PUBLICAS COMO PA
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em execução	-	353.125,67	45.873,60	398.999,27	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15791	PDC01	12	OBJETIVO: O PROJETO TEM COMO OBJETIVO CRIAR NOVAS FERRAMENTAS PARA INFORMAÇÃO, FORMAÇÃO E SENSIBILIZ
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Não iniciado	-	312.201,60	0	312.201,60	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1811904	PDC01	12	Objetivos específicos: - Elaboração de releases com a cobertura das reuniões do CBH, Cameras Técnica
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	9000	PDC01	12	OBJETIVO: O OBJETIVO PRINCIPAL DO PROJETO É MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICADOS NO RESERV
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	8000	PDC01	12	TEM-SE COMO OBJETIVO GERAL DA PROPOSTA O FORTALECIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETA SELETIVA COM CATADOR
FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO E TECNOLÓGICO DA UNIVERS.FEDERAL DE SÃO CARLOS (FAI-UFSCar)	APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	8000	PDC01	12	PRODUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE UM LIVRO LÚDICO E PARADIDÁTICO REGIONAL QUE PERMITA A SENSIBILIZAÇÃO
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	320	PDC01	14	A PROPOSTA ENQUADRA-SE NA LINHA TEMÁTICA PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - Ação: C
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	PREFEITURA AGENCIA AMBIENTAL ESTADUAL DE CONTROLE DA POLUIÇÃO E TECNOLÓGICA DE	Cancelado	26/04/2017	360.803,22	212.629,59	573.432,81	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	600000	PDC01	12	Objetivo Os objetivos aqui descritos consideram as necessidades e urgências locais e também o propos
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Não iniciado	-	3.503.774,08	934.924,98	4.438.699,06	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1900000	PDC01	24	Implantação de Infra estrutura adequada para atender às demandas do órgão colegiado regional de gest
		Em execução	-	3.195.848,60	61.960,33	3.257.808,93	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1409274	PDC08	24	COM AS LEIS AMBIENTAIS ESTADUAIS E FEDERAIS, OS MUNICÍPIOS TEM SE PREOCUPADO COM OS PROBLEMAS AMBIEN

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	383.008,28	8.466,72	391.475,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	18646	PDC03	5	ESTE PROJETO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO PREVENIR A POLUIÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOSS PRESENTES NA ARE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	250.504,02	4.204,48	254.708,50	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	380	PDC03	6	ALCANÇAR 100% DE ESGOTO TRATADO NO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO, O PROJETO PROPOSTO VAI A ENCONTRO AS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRE DE PEDRA	PÚBLICA/EXECUTIV A	Em execução	-	136.923,50	4.966,50	141.890,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2279	PDC09	5	O EMPREENHIMENTO EM QUESTÃO TEM COMO OBJETIVO A RECUPERAÇÃO E RENATURALIZAÇÃO DO RIBEIRÃO TORRE DE P
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	219.557,50	3.781,55	223.339,05	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	380	PDC03	6	ALCANÇAR 100% DE ESGOTO TRATADO NO MUNICÍPIO DE CAPELA DO ALTO, O PROJETO PROPOSTO VAI A ENCONTRO AS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26000	PDC09	18	FAZER UM MAPEAMENTO E DIAGNOSTICOS DAS NASCENTES PARA AUXILIAR NAS POLITICAS PUBLICAS DO MUNICIPIO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	138.033,00	2.782,38	140.815,38	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	3092	PDC03	12	OS GRANDES PROBLEMAS AMBIENTAIS E O CONSEQUENTE AUMENTO DA CONSCIENTIZAÇÃO EM TORNO DAS EXIGÊNCIAS N
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	138.063,63	2.698,00	140.761,63	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	3092	PDC03	12	OS GRANDES PROBLEMAS AMBIENTAIS E O CONSEQUENTE AUMENTO DA CONSCIENTIZAÇÃO EM TORNO DAS EXIGÊNCIAS N
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	4500	PDC09	6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO AMPLO SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ÓRGÃO PÚBLICO (PREFEITURA)	Em execução	-	382.000,00	48.600,00	430.600,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	54000	PDC03	6	A CONTAINERIZAÇÃO, ENTRE DIVERSOS BENEFÍCIOS ALÉM DA COLETA MECANIZADA, PERMITE O ARMAZENAMENTO ADEQ
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	43395	PDC05	4	PRESERVAÇÃO DO ÚNICO MANANCIAL DO MUNICÍPIO, POR MEIO DE PROGRAMA DE COMBATE À PERDAS DE ÁGUA NAS RE
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	176.953,13	9.083,30	186.036,43	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	43395	PDC05	6	CONTINUIDADE AO PLANO DIRETOR DE COMBATE À PERDAS DE ÁGUA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	133.524,27	13.145,26	146.669,53	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	48893	PDC03	6	ELIMINAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS COM A POLUIÇÃO QUE AS ÁGUA DE LAVAGEM PRODUZEM AO SEREM LANÇADAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	15000	PDC09	36	A READEQUAÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL DE MUDAS, OBJETIVA TRATAR E SEMEAR CORRETAMENTE AS SEMENTES EM ES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	316.745,84	8.889,85	325.635,69	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	52214	PDC04	18	O CONSUMO DESCONTROLADO DE RECURSOS NATURAIS, A GERAÇÃO CRESCENTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS, OS POUÇOS CUI

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	390.383,18	124.725,00	515.108,18	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	39617	PDC05	6	OBJETIVO: O OBJETO DO PRESENTE TRABALHO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	200000	PDC03	12	ÓLEOS USADOS, SEJAM LUBRIFICANTES OU DE COZINHA, REPRESENTAM UMA IMPORTANTE FONTE DE POLUENTES NOS C
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Em execução	-	384.867,32	121.231,24	506.098,56	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	39617	PDC05	6	OBJETIVO: O OBJETO DO PRESENTE TRABALHO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	80000	PDC01	12	DESENVOLVER ESTUDOS PARA SUBSIDIAR O PLANO DE MANEJO DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO AVECUIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ÓRGÃO PÚBLICO (PREFEITURA)	Não iniciado	-	390.853,10	27.683,25	418.536,35	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	48314	PDC09	18	LEVANTAMENTO DE FRAGMENTOS FLORESTAIS PARA CONSERVAÇÃO DA VEGETAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E
UNIVERSIDADE ESTADUAL	UNIVERSIDADE PÚBLICA	Não iniciado	-	197.370,00	21.930,00	219.300,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	50000	PDC01	12	GERAÇÃO DE DIVERSAS INFORMAÇÕES DE ORDEM ESPACIAL, SOCIAL E
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	25/05/2017	512.805,33	190.677,14	703.482,47	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	39649	PDC03	6	O MOTIVO PELO QUAL ESSES DETALHAMENTOS DE PROJETOS PARCIAIS SÃO EXECUTADOS É PARA PROPICIAR QUE O AT
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	143.087,45	4.355,06	147.442,51	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	29351	PDC03	4	O ATERRO SANITÁRIO PRESENTE NO MUNICÍPIO ENCONTRA-SE NO LIMITE DE SUA CAPACIDADE, ASSIM A
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	UNIVERSIDADE PÚBLICA	Em execução	-	303.197,00	96.000,00	399.197,00	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1000000	PDC01	12	PREFEITURA IMPLANTAÇÃO DO S MONITORAMENTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	626.508,69	12.785,89	639.294,58	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	28804	PDC03	8	HIDROMETEOROLÓGICOS E CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E PLANODE METAS DA RECICLAGEM DE RSU. FORTALECIMENTO DA COELTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABREÚVA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	45000	PDC01	12	SELETIVA NO CARACTERIZAR, ELABORAR O
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO-UNESP CAMPUS	UNIVERSIDADE PÚBLICA	Em execução	-	315.072,52	72.000,00	387.072,52	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	1000000	PDC01	12	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E PROPOR O PLANO DE MANEJO DAS MICROBACIAS HIDRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	51320	PDC03	12	FAZER O DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE ÁREAS DE MANANCIAS EM SUB-BACIAS DO RIO SOROCABA MÉDIO TIETÊ PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	294.936,10	6.007,60	300.943,70	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	600	PDC03	12	TEM-SE COMO OBJETIVO GERAL REGULARIZAR PERANTE A CETESB O ANTIGO ATERRO DE LIXO URBANO DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Em execução	-	482.289,36	8.561,20	490.850,56	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	26640	PDC03	11	O OBJETIVO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA É DAR DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHA

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SERVICO AUTONOMO DE AGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE - SAAE AMBIENTAL	SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	04/07/2016	0	0	0	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	105569	PDC01	12	O OBJETIVO GERAL DO PRESENTE TRABALHO é A OBTENÇÃO DE UM BANCO DE DADOS GEORREFERENCIADO DA BACIA HI
SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Não iniciado	-	2.886.475,73	288.647,56	3.175.123,29	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	40000	PDC05	12	AUMENTAR A RESERVAÇÃO DE ÁGUA EM PONTOS ESTRATÉGICOS DE TODA A ÁREA URBANA DA CIDADE, OTIMIZAR A DIS
SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVICO DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	05/05/2017	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	39617	PDC03	6	OBJETIVO: ELABORAR UM PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO QUE DEVERÁ SER IMPLANTADO EM UMA LAGOA FACULTATIVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	257.279,21	64.319,81	321.599,02	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	39649	PDC03	6	FINALIZAR A TERCEIRA FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE CERQUILHO PARA RECEBER AS ATUAIS 25 TONELADAS DIÁRI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	211.533,00	4.317,00	215.850,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	19482	PDC01	7	ESTE PROJETO TEM O OBJETIVO DE DAR PROSSEGUIMENTO AO GERENCIAMENTO DA ÁREA DO ANTIGO VAZADOURO DE RE
SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	133.335,00	14.815,00	148.150,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	43395	PDC03	6	PREVER CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO, GARANTINDO COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO SANITÁRIO DE FORMA PLANEJA
SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	289.390,99	32.154,56	321.545,55	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	19676	PDC05	5	CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE COMBATE à PERDAS
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Não iniciado	-	399.923,25	48.533,40	448.456,65	Sociedade Civil	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	50	PDC01	12	4.1. OBJETIVO GERAL: CONTRIBUIR COM A MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DA MICROBACIA DO S
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	ORGAO PUBLICO (PREFEITURA)	Não iniciado	-	339.001,33	18.783,71	357.785,04	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	39000	PDC03	4	PDC-3
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	312.844,50	16.465,50	329.310,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	117000	PDC03	7	JUSTIFICATIVA DE SER A TOMADORA PARA O EMPREENDIMENTO: A REESTRUTURAÇÃO DA COOPERATIVA ESTÁ FORTEMEN
SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Não iniciado	-	302.721,97	33.635,78	336.357,75	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	12384	PDC05	6	OTIMIZAR O CONSUMO E REDUZIR AS PERDAS DE ÁGUA ATRAVÉS DA SUBSTITUIÇÃO DOS HIDRÔMETROS MAIS ANTIGOS
SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVICO DE SANEAMENTO BÁSICO	Não iniciado	-	224.459,57	24.939,95	249.399,52	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	8750	PDC03	6	OBJETIVO: ELABORAR PROJETO DO SISTEMA DE COLETA, AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO PARA A
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU - AR-ITU	SANEAMENTO BÁSICO	Não iniciado	-	185.881,36	93.765,64	279.647,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	156000	PDC01	12	COMO SISTEMA EMERGENCIAL DE REFORÇO AO ATUAL SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUANO MUNICÍPIO, O MONITORAMENT

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/01/2017	0	0	0	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	17162	PDC03	6	O PROJETO A SER DESENVOLVIDO E ELABORADO VISA EQUACIONAR ADEQUADAMENTE SOB OS PONTOS DE VISTA LEGAL,
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Não iniciado	-	142.500,00	7.500,00	150.000,00	Município	Não reemb.	Conservação do Solo - (metros lineares)	5000	PDC03	6	A JUSTIFICATIVA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DEGRADADA DA MICROBACIA DO Córrego ARACATU
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	05/05/2017	0	0	0	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	36835	PDC03	12	ENCAMINHAR OS EFLUENTES PARA O CORRETO TRATAMENTO, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICO
DEPARTAMENTO DE Águas e Energia Elétrica - DAEE	AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL	Não iniciado	-	2.170.000,00	230.000,00	2.400.000,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1850000	PDC01	12	MODERNIZAÇÃO DAS REDE HIDROLÓGICA BÁSICA DA BACIA DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ;
IPESA - INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	MEIO AMBIENTE	Cancelado	05/05/2017	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	800000	PDC04	24	CRIAR, MANTER E DIVULGAR BANCO DE ÁREAS PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL DA ZONA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVE
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Não iniciado	-	407.800,00	0	407.800,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1811904	PDC01	12	DESENVOLVER ESTUDOS PARA SUBSIDIAR A IMPALNATAÇÃO DE UM SISTEMA GEORREFERENCIADO DAS INFORMAÇÕES GEO
UNIVERSIDADE ESTADUAL	UNIVERSIDADE PÚBLICA	Não iniciado	-	224.716,95	24.968,55	249.685,50	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	50000	PDC01	12	GERAÇÃO DE DIVERSAS INFORMAÇÕES DE ORDEM ESPACIAL, SOCIAL E OS Córregos Urbanos devido à
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/01/2017	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	117000	PDC03	7	GRANDE PRESSÃO ANTRÓPICA SOFRE NECESSTAM DE MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO EFI
MUNICIPIO DE SALTO DE PIRAPORA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	Não iniciado	-	1.306.148,17	230.496,72	1.536.644,89	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	40132	PDC03	37	REALIZAR A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SALTO DE PIRAPORA DE FO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA	PREFEITURA	Não iniciado	-	345.167,88	47.104,08	392.271,96	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	630000	PDC04	36	RESTAURAR A VEGETAÇÃO NATURAL DA MICROBACIA LOCALIZADA NO PARQUE MUNICIPAL DA CACHOEIRA, MUNICÍPIO D
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA	PREFEITURA	Não iniciado	-	161.000,28	18.261,00	179.261,28	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	630000	PDC01	8	O PROJETO VISA IDENTIFICAR A SITUAÇÃO E PROPOR Ações PARA A PROTEÇÃO DAS NASCENTES DO MUNICÍPIO.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/01/2017	0	0	0	Município	Não reemb.	Conservação do Solo - (metros lineares)	3000	PDC08	9	CONTENÇÃO DA MARGEM DO RIBEIRÃO LARANJAL, POIS AS CASAS PROXIMAS A ESSES RIBEIRÃO ESTÃO EM UMA ÁREA

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	11/01/2017	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1700000	PDC03	12	OBJETIVO: DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA UGRHI-10 E ESTIMATIVA DE DEMANDAS FUTURAS
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	29/08/2005	58.648,26	0	58.648,26	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2000000	PDC01	5	FACILITAR ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO COMITÊ
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	29/11/2006	150.000,00	0	150.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	2000000	PDC01	12	CADASTRAMENTO DE IRRIGANTES NA BACIA HIDROGRÁFICA DA UHE DE ITUPARARANGA
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITU	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Cancelado	18/01/2005	70.488,80	43.109,10	113.597,90	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	50000	PDC01	12	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DA PARTE INICIAL DA BACIA DO RIO CAPIVARA, NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU, COM LE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	19/10/2009	179.702,55	136.119,16	315.821,71	Estado	Reembolsável	Estudos/Projetos (contratos)	1967	PDC03	8	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTOS COM MELHORIA SANITÁRIA E AMBIENTAL DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	24/10/2008	103.500,00	34.225,00	137.725,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	18000	PDC03	5	MELHORAR AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA BACIA COM O AFASTAMENTO DOS EFLUENTES DOMÉSTICOS ATUALMENTE LANÇA IMPLANTAÇÃO DE NOVA TRINCHEIRA PARA RECEBIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES NO ATUAL ATERRO SANITÁRIO M
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	14/08/2009	179.853,60	96.132,00	275.985,60	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	117000	PDC03	12	SUPRESSÃO DO ATUAL LANÇAMENTO DE EFLUENTES EM CÔRREGO AO LADO DA ROD. MARECHAL RONDON E SEU ENCAMINH
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	06/01/2009	119.059,68	29.764,92	148.824,60	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	150	PDC03	4	

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	31/10/2011	70.544,00	14.775,00	85.319,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	10000	PDC03	3	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DEGRADADA PELO ANTIGO LIXÃO MUNICIPAL.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	04/03/2010	174.976,08	43.744,02	218.720,10	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	50000	PDC05	10	ELABORAR O ZONEAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO COMPATÍVEL COM A POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	31/10/2008	137.512,93	59.344,80	196.857,73	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	103722	PDC05	6	EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS VISANDO A RED
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	07/08/2009	168.667,52	49.652,76	218.320,28	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	17230	PDC03	5	AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DOS ESGOTOS GERADOS NO PRONTO ATENDIMENTO EM ATERNIDADE IPERÓ.
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	09/04/2008	161.209,17	0	161.209,17	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2000000	PDC01	12	ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH/SMT.
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	08/02/2006	101.700,00	0	101.700,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2000000	PDC01	12	PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O CBH-SMT - MELHORIA E AMPLIAÇÃO DOS ACESSOS AO CBH-SMT
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	16/06/2008	179.760,00	94.980,80	274.740,80	Sociedade Civil	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	154637	PDC05	6	PESQUISA E CONSERTO DE VAZAMENTOS LOZALIZADOS PARA REDUÇÃO DO ÍNDICE DE PERDAS ATUALMENTE VERIFICADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHEMBI	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	18/08/2009	139.858,16	34.964,54	174.822,70	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2615	PDC03	8	PROJETO EXECUTIVO PARA FUTURA IMPLANTAÇÃO DE ETE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	18/06/2009	158.768,00	156.211,00	314.979,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	41309	PDC03	6	RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA POR DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA DO ALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	03/11/2008	110.810,01	47.416,51	158.226,52	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	800	PDC03	6	COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DO BAIRRO CARCADINHO.
ASSOCIAÇÃO ECOAR FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Concluído	05/09/2011	35.001,00	12.771,20	47.772,20	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	100	PDC09	8	MELHORAR A QUALIDADE DAS RESTAURAÇÕES FLORESTAIS.

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAMBARÍ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	31/07/2007	106.903,06	28.417,31	135.320,37	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	1500	PDC09	3	CONTROLE DE ASSOREAMENTO E ROSÃO URBANA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	30/10/2008	128.000,00	32.000,00	160.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	100000	PDC06	12	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR O ADASTRAMENTO DE IRRIGANTES NA BACIA HIDROGRÁFICA
FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA	DEFESA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	Concluído	04/06/2013	125.387,60	31.469,00	156.856,60	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2500	PDC01	12	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENGAJAMENTO SOCIAL
SOS ITUPARARANGA - ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO	PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Concluído	08/07/2009	49.280,00	14.720,00	64.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	5000	PDC10	6	PRODUÇÃO DE CARTILHA SOBRE A APA DE ITUPARARANGA ABORDANDO SEUS ASPECTOS GERAIS E PRINCIPAIS IMPACTO
ASSOCIAÇÃO JAPI	MEIO AMBIENTE	Concluído	23/11/2007	118.663,60	35.644,00	154.307,60	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	2036	PDC01	5	PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA PARA OS HABITANTE DA REGIÃO DE ENTORNO DA GRANDE SÃO PAULO
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	26/04/2005	99.410,00	0	99.410,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	2000000	PDC01	12	CAPACITAÇÃO PARA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS
UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Concluído	13/02/2014	39.150,00	36.000,00	75.150,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	100000	PDC01	12	CARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL E MONITORAMENTO DA VAZÃO NA BACIA DO RIO SOROCABA/PI
ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA ICATU	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	17/06/2010	89.000,00	24.000,00	113.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	100000	PDC09	12	SUBSIDIAR A ADOÇÃO DE POLÍTICA VOLTADA A RESTAURAÇÃO FLORESTAL CILIAR PARA A PROTEÇÃO DE MANANCIAS.
ASSOCIAÇÃO JORNADA ECOLÓGICA - AJE	PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	Cancelado	20/03/2006	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	10000	PDC01	12	PESQUISA, ESTUDO E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DOS 34 MUNICÍPIOS COMPONENTE DO CBH/SMT, E PROPOS
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Concluído	09/06/2011	149.436,92	42.147,34	191.584,26	Sociedade Civil	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	2000000	PDC09	24	IMPLANTAÇÃO DE POMARES DE SEMENTES ARBÓREAS NATIVAS
INSTITUTO ARUANISTA DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO	ONG INST. DE PESQUISAS E DESENV. - MEIO AMBIENTE - DESENV. SUSTENTÁVEL	Concluído	04/11/2005	78.238,00	19.579,92	97.817,92	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	288000	PDC12	12	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TREINAMENTO PARA PROJETISTAS, GERENCIADORES, GESTORES E COMUNICADORES AMBIENTAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	07/08/2009	150.000,00	199.278,63	349.278,63	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	31970	PDC03	8	IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE IBIÚNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRINQUE	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/01/2004	0	0	0	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	300	PDC09	12	AMPLIAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	18/02/2004	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	PLANO DE USO DO SOLO NO ENTORNO DE ITUPARANGA
FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA	DEFESA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	Cancelado	18/02/2004	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	CONHECER PARA PRESERVAR
FUNDIBIOS - FUND.APOIO INST. DES. CIENT. E TECNOLÓGICO	-	Cancelado	18/02/2004	0	0	0	-	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE A APA BOTUCATU
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	31/07/2007	36.000,00	9.000,00	45.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2000000	PDC01	4	ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BAC
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	18/02/2004	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	PLANO DE BACIA -RECURSO COMPLEMENTAR
ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - AESFA	CURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	16/01/2004	0	0	0	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	60000	PDC01	12	EDUC. AMBIENTAL -ALTOS DO PARANAPIACABA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	16/01/2004	32.845,84	8.211,46	41.057,30	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	20000	PDC03	12	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO
FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA	DEFESA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	Concluído	07/07/2009	104.500,00	26.125,00	130.625,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	200000	PDC01	12	REDE DE INFORMAÇÕES II
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	22/08/2007	119.992,47	347.238,72	467.231,19	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	35000	PDC03	12	DESTINAÇÃO DE LIXO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	10/12/2009	126.296,49	35.999,54	162.296,03	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	20000	PDC09	12	PRESERVAÇÃO DA NASCENTE E PARTE DO RIBEIRÃO PAU D' ÁLHO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	16/10/2007	100.000,00	29.957,55	129.957,55	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	42000	PDC01	12	PLANO DIRETOR DE ÁGUA, RESÍDUOS E REF. TOPOGRÁFICAS
FUNDIBIOS - FUND.APOIO INST. DES. CIENT. E TECNOLÓGICO	-	Cancelado	24/11/2003	0	0	0	-	Não reemb.	Outros (contratos)	1500000	PDC01	0	ELABORAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS AMBIENTAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	01/08/2003	0	0	0	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	10000	PDC09	0	OBRAS DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE AGUAS PLUVIAIS

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIETÊ - SAMA E DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAE (SÃO PAULO) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL SANEAMENTO PÚBLICO AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL PREFEITURA MUNICIPAL INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	Concluído	18/05/2006	36.786,31	15.723,05	52.509,36	Município	Não reemb.	Recomposição de Mata Ciliar (hectares)	30000	PDC05	12	PROGRAMA DE FOMENTO P/ RECOMPOSIÇÃO DE MATA CILIAR
		Concluído	01/07/2009	119.817,60	29.500,00	149.317,60	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	100000	PDC05	48	ESTUDOS E PROJETOS PARA DIMENSIONAMENTO DE SISTEMA PRODUTOR DE ÁGUA
		Concluído	20/07/2000	514.506,32	131.100,00	645.606,32	Estado	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	5000	PDC08	12	OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS PARA COMBATE E PREVENÇÃO À EROSÃO NOS CJ. HAB. CDHU1 E CDHU2
		Concluído	04/12/2000	13.600,00	4.000,00	17.600,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	20000	PDC03	12	- LOCAL: TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS TRECHOS DA ETE JD.NOVO MUNDO ATÉ A JUSANTE DE A CAPTAÇÃO IPANEM
		Concluído	19/09/2002	105.000,00	16.000,00	121.000,00	Estado	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	50000	PDC01	12	CARACTERIZAÇÃO GEO-AMBIENTAL DA REPRESA DE ITUPARANGA
		Concluído	19/06/2002	60.000,00	15.000,00	75.000,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	100000	PDC03	12	ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O MUNICÍPIO DE VOTORANTIM
	DEFESA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	Concluído	04/08/2000	63.783,00	15.946,00	79.729,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	10000	PDC01	12	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - OBSERVANDO A BACIA DO SOROCABA E MEDIO TIETÊ
		Concluído	24/08/2006	170.000,00	50.000,00	220.000,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	80000	PDC03	12	ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA EST. TRAT. ESGOTOS DE ITANGUÁ
		Concluído	13/09/2000	77.606,20	50.297,00	127.903,20	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	10000	PDC01	1	PROJETO DE ESTUDO DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MANANCIAL IPANEMINHA
		Concluído	24/10/2001	23.291,84	5.822,96	29.114,80	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	30000	PDC03	12	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO EM VALAS
		Concluído	10/07/2002	73.653,60	23.000,00	96.653,60	Município	Não reemb.	Trat. e Disp. de Lixo - Veículos/Equips. (contratos)	6500	PDC03	6	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO PARA O MUNICÍPIO DE PORANGABA
	POLICIAMENTO AMBIENTAL - 1º BATALHÃO 3ª CIA - SOROCABA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	Concluído	19/01/2001	99.524,00	32.200,00	131.724,00	Estado	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	5000	PDC01	12	PROJETO DE ATIVIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL
		Cancelado	09/06/2005	76.621,51	19.155,38	95.776,89	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	8893	PDC03	6	PROJETO EXECUTIVO PARA AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTOS NO MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	05/06/2009	144.000,00	0	178.750,11	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	500000	PDC01	12	.
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	02/01/2002	24.000,00	6.000,00	30.000,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2000	PDC03	12	PROJETO REDE COLETORA, EMISSÁRIO E SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOTORANTIM - SAAE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	04/07/2003	95.600,00	24.000,00	119.600,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	56537	PDC03	3	ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DAS OBRAS LINEARES E DA E.T.E. DE VOTORARANTIM.
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITU	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/09/2003	87.280,00	28.800,00	116.080,00	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	DIAGN.DOS CONFLITOS ATUAIS E POTENCIAIS DECORRENTES DA RELAÇÃO REC.HÍDRICOS X USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
FUNDAÇÃO SOS MATA ATLANTICA	DEFESA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	Concluído	10/09/2001	50.000,00	12.500,00	62.500,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	10000	PDC01	12	- DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA REGIÃO DA BACIA DO COMITÊ DO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ VIA INTERNE
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	19/10/2001	93.504,81	62.336,54	155.841,35	Estado	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	15000	PDC03	12	ELABORAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DA CIDADE DE ALUMÍNIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	13/12/2000	105.969,40	26.492,36	132.461,76	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	1300	PDC09	12	- BENEFÍCIOS: CONTER ENCOSTAS, PREVININDO CONTRA EROSÕES NA VILA RÉ; - LOCAL: VILA RÉ.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	09/08/2000	8.000,00	6.000,00	14.000,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	15000	PDC03	12	- O PROJETO PROCURA ATENDER À A SOLUÇÃO MAIS INDICADA PARA A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS D
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	02/10/2000	118.480,00	29.620,00	148.100,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	30000	PDC03	12	PROJETO DE ENGENHARIA DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	25/11/2004	66.510,35	16.627,59	83.137,94	Estado	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	17841	PDC03	4	CONCLUSÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DE LARANJAL PAULISTA
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Concluído	13/02/2006	117.100,00	37.105,00	154.205,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	612190	PDC05	6	PLANO DIRETOR DE COMBATE ÀS PERDAS TOTAIS DE ÁGUA - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA COMBATE ÀS PERDAS TO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE	PÚBLICA/EXECUTIVA	Concluído	19/12/2005	46.660,24	11.665,06	58.325,30	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	13000	PDC09	12	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MATA CILIAR
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA -SAAE-	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	25/11/2004	127.160,00	313.662,00	440.822,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	80000	PDC03	12	.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SMA	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	Concluído	08/10/2004	40.000,00	9.650,00	49.650,00	Estado	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	100000	PDC01	12	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL RODA D'ÁGUA

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	05/02/2004	139.107,73	14.779,99	153.887,72	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2000	PDC03	12	OBRAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	28/08/2002	47.960,00	11.990,00	59.950,00	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	1000	PDC09	12	SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS DA ZONA URBANA
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itú	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	17/05/2005	49.700,00	21.300,00	71.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	25000	PDC05	12	ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO ITAIM NO MUNICÍPIO DE ITU
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	28/02/2002	23.917,50	18.076,00	41.993,50	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	20000	PDC01	12	LEVANTAMENTO DOS IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS E CARTA GEOTÉCNICA - DIRETRIZES P/ PLANEJAMENTO URB.
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	20/11/2003	150.000,00	146.474,20	296.474,20	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	3500	PDC09	12	GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS - DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	12/02/2004	57.600,00	14.504,29	72.104,29	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	10000	PDC03	12	EDUCAÇÃO AMBIENTAL - COLETA SELETIVA DE LIXO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/02/2004	7.600,00	1.900,00	9.500,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	15000	PDC09	6	PROJETO TÉCNICO DE RECUPERAÇÃO DE MANANCIAL DA BAHIA DO Córrego Lagado
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	18/07/2011	146.865,76	49.545,21	196.410,97	Município	Não reemb.	Trat. e Disp. de Lixo - Veículos/Equip. (contratos)	15000	PDC05	12	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO PARTICIPATIVO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE CONCH
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	11/07/2005	51.600,00	12.900,00	64.500,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	4000	PDC09	12	PROJETO TÉCNICO DE CONTENÇÃO DOS PROCESSOS EROSIVOS DO BAIRRO SÃO ROQUE
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	26/11/2004	117.595,00	92.405,00	210.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	42000	PDC03	12	TERMO REFERENCIA PARA ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO DA ETE E ELEVATÓRIAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	30/12/2004	70.623,20	23.000,00	93.623,20	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	6500	PDC03	6	CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Tietê - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Concluído	15/05/2002	79.703,00	50.297,00	130.000,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	30000	PDC03	12	TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba - SAAE- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	14/09/2000	74.391,61	38.960,00	113.351,61	Município	Reembolsável	Estudos/Projetos (contratos)	150000	PDC01	12	ESTUDOS DE VIABILIDADE DE EXPLORAÇÃO, RECUPERAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO RIO PIRAJIBU
Sindicato dos Pescadores Artesanais do Estado de São Paulo	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	03/12/1999	105.000,00	70.341,04	175.341,04	Estado	Reembolsável	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	2500	PDC03	12	IMPLANTAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS DO MUNICÍPIO DE QUADRA
	ENTIDADE SINDICAL	Em execução	-	33.328,00	0	33.328,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	150000	PDC01	12	.

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	10/09/2002	38.660,24	9.665,06	48.325,30	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	200	PDC01	0	PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	01/10/2003	360.000,00	155.000,00	515.000,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	38000	PDC03	12	REAPROVEIT. EST. TRAT. RESÍDUOS DA VOTOCEL P/ TRAT. DE ESGOTOS DOMÉSTICOS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Cancelado	07/11/2003	150.000,00	263.500,00	413.500,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	10000	PDC03	12	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DESAGUE DE LODO DA ETE - VALOS DE OXIDAÇÃO, DO BAIRRO CECAP
CONSÓRCIO DE ESTUDOS, RECUPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA BACIA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CERISO	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL	Cancelado	26/04/2005	110.000,00	0	110.000,00	Sociedade Civil	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	2000000	PDC01	9	DIRETRIZES PARA PLANEJAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ÁREA ENVOLTÓRIA DA REPRESA ITUPARARANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CESÁRIO LANGE	PÚBLICA/EXECUTIVA	Cancelado	07/01/2005	149.596,98	576.601,96	726.198,94	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	13000	PDC03	12	SISTEMA DE AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	24/06/2005	61.440,64	15.360,15	76.800,79	Município	Não reemb.	Trat. e Disposição de Lixo - Obras (habitantes)	30000	PDC03	12	DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
UNESP - INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE BOTUCATU	ENSINO SUPERIOR E PESQUISA	Concluído	22/09/2006	119.569,00	29.892,25	149.461,25	Estado	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	50000	PDC01	12	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DE BOTUCATU
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP	SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	06/04/2005	44.657,49	263.828,41	308.485,90	Estado	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	15000	PDC03	12	.
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PORTO FELIZ (SAAE)	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	11/09/2003	110.800,00	27.700,00	138.500,00	Município	Não reemb.	Outros (contratos)	42427	PDC05	0	PROJETO SOS-AVECUIA; CONFORME DELIBERAÇÃO CBH-SMT-109/02, DE 29/11/2002 E O TOMADOR FOI SUBSTITUÍDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	08/10/2004	84.000,00	21.000,00	105.000,00	Município	Não reemb.	Trat. e Disp. de Lixo - Veículos/Equips. (contratos)	22000	PDC03	6	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - CAMINHÃO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - FF	CONSERVAÇÃO, PRODUÇÃO E RECUPERAÇÃO FLORESTAL	Cancelado	26/01/2001	151.447,00	45.000,00	196.447,00	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	A SER INFORMADO PELO AT
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SMA	LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	Cancelado	24/08/2001	150.000,00	0	150.000,00	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC03	0	A SER INFORMADO PELO AT
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE (SÃO PAULO)	AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL	Cancelado	01/03/2002	200.000,00	50.000,00	250.000,00	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC09	0	.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	MEIO AMBIENTE E PESQUISA	Cancelado	30/01/2003	41.356,02	25.920,00	67.276,02	Estado	Não reemb.	Outros (contratos)	0	PDC01	0	A SER INFORMADO PELO AT

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO GEOLOGICO	ÓRGÃO DE PESQUISA DO GOVERNO DE SÃO PAULO	Concluído	15/02/2011	115.000,00	114.039,42	229.039,42	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2000000	PDC01	24	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOREFERENCIADAS DA MINERAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA - RACIONA
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL	MEIO AMBIENTE E PESQUISA	Concluído	08/03/2004	41.356,02	25.920,00	67.276,02	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1301000	PDC01	6	- BENEFÍCIOS: LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES CATEGORIAS DE VEGETAÇÃO NATURAL E TAMBÉM REFORESTAMENTO,
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	17/11/2003	200.000,00	50.000,00	250.000,00	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	15000	PDC09	12	- CANCELADO CONFORME OFÍCIO CBH-SMT Nº 287/2003
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itu	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	18/07/2005	111.543,00	56.457,00	168.000,00	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	122528	PDC09	10	ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESASSOREAMENTO E REFORMA DO VIVEIRO DE MUDAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	21/10/2009	64.000,00	0	64.000,00	Município	Não reemb.	Planej. e Gerenc. dos Recs. Hídricos (contratos)	50119	PDC01	12	.
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tietê - SAMAE	SANEAMENTO PÚBLICO	Cancelado	20/05/2004	120.000,00	30.000,00	150.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	34000	PDC03	36	.
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUADRA	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	24/10/2006	120.000,00	29.000,00	149.000,00	Município	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2884	PDC01	6	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE QUADRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	24/05/2007	110.800,00	27.700,00	138.500,00	Município	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	44000	PDC05	12	PROJETO SOS-AVECUIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUMIRIM	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	08/06/2005	38.660,24	33.188,76	71.849,00	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	200	PDC03	2	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS E TRA VESSIA SUBTERRÂNEA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	15/03/2005	199.998,88	76.691,48	276.690,36	Município	Não reemb.	Galerias de Águas Pluviais (metros lineares)	2000	PDC08	3	CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL SERRA NEGRA
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquilho	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	10/04/2007	150.000,00	526.287,38	676.287,38	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	29725	PDC03	12	TRATAMENTO PRELIMINAR DE ESGOTO DA ETE RIBERÃO DA SERRA/CAPOAVA
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS	Concluído	24/10/2008	148.400,00	66.767,52	215.167,52	Sociedade Civil	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	2000000	PDC09	24	LEVANTAMENTO DE CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO, MONITORAMENTO DE QUALIDADE DE ÁGUA E CONCENTRAÇÃO DE COM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	10/08/2006	94.119,00	22.900,20	117.019,20	Município	Não reemb.	Abastecimento de Água (habitantes)	350	PDC04	3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL EM BAIRRO DISTABTE DA SEDE MUNICIPAL

Nome do interessado	Atividade principal do interessado	Situação do empreendimento	Data de conclusão	Valor aprovado	Valor de contrapartida	Valor total	Segmento do interessado	Modalidade	Benefício: indicador	População beneficiada	PDC: sigla	Tempo de execução (meses)	Descrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	22/02/2005	95.613,00	22.992,00	118.605,00	Município	Não reemb.	Poço Tubular Profundo (m3/hora)	1500	PDC04	3	ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO DISTRITO DE JUQUIRATIBA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO	PREFEITURA MUNICIPAL	Cancelado	01/04/2004	32.844,64	8.211,16	41.055,80	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	250	PDC03	2	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS NO BAIRRO BOM RETIRO II
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITU	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	08/12/2005	100.000,00	26.817,29	126.817,29	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	10000	PDC03	2	SECA GEM DE LODO DA ETE CANJICA UTILIZANDO ESTUFAS AGRICOLAS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO	SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Concluído	30/06/2009	150.000,00	161.192,02	311.192,02	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	30000	PDC03	9	TRATAMENTO DE 100% DOS ESGOTOS DA BACIA DO RIBEIRÃO DA SERRA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOROCABA -SAAE-	PREFEITURA MUNICIPAL	Concluído	30/09/2008	150.000,00	158.935,30	308.935,30	Município	Não reemb.	Coleta e Tratamento de Esgotos (habitantes)	537000	PDC03	6	PROJETO EXECUTIVO DO EMISSÁRIO DE ESGOTOS S2 (MARGENS DO RIO SOROCABA)
ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - AESFA	CURSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Em execução	-	38.700,00	10.010,52	48.710,52	Sociedade Civil	Não reemb.	Educação Ambiental (contratos)	60000	PDC12	22	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ALTOS DO PARANAPIACABA, VISANDO A CONSCIENTIZAÇÃO E IDENTIDADE DA
DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE (SÃO PAULO)	AUTARQUIA PÚBLICA ESTADUAL	Concluído	14/10/2008	149.442,00	188.490,00	337.932,00	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	12	PDC01	12	MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA - 1ª FASE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	AGÊNCIA AMBIENTAL ESTADUAL DE CONTROLE DA POLUIÇÃO E TECNOLOGIA DE SANEAMENTO	Concluído	26/07/2011	115.420,00	156.163,80	271.583,80	Estado	Não reemb.	Estudos/Projetos (contratos)	1100000	PDC01	20	DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DAS ÁGUAS EM SUB-BACIAS DE INTERESSE